



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECÔNOMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Zanela

**TRAVESTIS EM CONTEXTOS DE PROSTITUIÇÃO DE RUA:
Sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta**

Florianópolis, 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECÔNOMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Zanela

**TRAVESTIS EM CONTEXTOS DE PROSTITUIÇÃO DE RUA:
Sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Luciana Patrícia Zucco

Banca Examinadora:

Olga Regina Zigelli Garcia (UFSC)
Rosana de Carvalho Martinelli Freitas (UFSC)
Teresa Kleba Lisboa (UFSC) – Suplente

Florianópolis, 2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zanela, Maria

Travestis em contextos de prostituição de rua :
sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de
conduta / Maria Zanela ; orientador, Luciana Patricia
Zucco, 2019.
102 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Travestis. 3. Prostituição. 4.
Sexualidade. 5. Estética. I. Zucco, Luciana Patricia. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Maria Zanela

Título: Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Olga Regina Garcia Zigelli, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Teresa Kleba Lisboa, Dra. – Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva
Coordenadora do Programa

Profa. Dra. Luciana Patrícia Zucco
Orientadora

Florianópolis, 23 de agosto de 2019

*“Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta*

*Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida*

*Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria [...]”*

(Milton Nascimento)

AGRADECIMENTOS

O agradecimento se tornou um compromisso diário em minha vida. Não teria chegado tão longe, tão inteira e dona de mim, se não fossem as vozes e braços que me levantaram. Com isto, agradeço:

À minha deusa-mãe Nanã Buruquê, pela sabedoria e proteção. *Salubá!*

À minha mãe, aqui na Terra, prostituta há 18 anos, responsável por me criar e cuidar das minhas dores nos momentos mais difíceis. Guerreastes incansavelmente para me manter em pé, para construir os caminhos por onde passei, para me ver com um diploma. E, incansavelmente, dar-te-ei, além do meu amor, minhas conquistas. Quero seguir sendo teu orgulho!

Às travestis e prostitutas que me foram espelho, símbolo de luta e resistência. Sou o que sou graças ao que somos todas nós! Gratidão por produzirem em mim consciência e autonomia. Minha travestilidade é reflexo e produto dos seus ensinamentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos de dois anos que me permitiu realizar este trabalho de maneira mais tranquila e integral.

À minha orientadora Luciana Patrícia Zucco, por ser calmária em dias de profundos terremotos em meu interior, por me segurar nestes momentos em que os tropeços estiveram diante de mim. Fostes luz, bússola e afeto. Direcionou-me, muitas vezes, como uma mãe, com a mesma voz que lançou as críticas (construtivas) acalmou minha mente inquieta. Gratidão pelo acolhimento e por todo o aprendizado, madrinha!

Ao NUSSERGE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero), em especial à professora Teresa Kleba Lisboa, por terem me acolhido no Núcleo, guardarei com muito carinho todos os momentos que passamos juntas/os. Levo para a vida a certeza de que aprendemos e ensinamos em um processo contínuo de troca.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades (NeTrans/UFSC/CNPq) e suas/seus integrantes, pelo conhecimento produzido e mobilizado, desde nossa primeira reunião de fundação em 26 de abril de 2018.

Às minhas amigas Gabriella Viroli e Stefânia Lorenzini, Nieta Rocha, Carolina Mendonça e Soraia Araújo, pela presença constante em minha trajetória. Fizeram-me sorrir, foram encanto e aconchego e, principalmente, abrigo, quando mais precisei.

À Gabriela da Silva, primeira travesti a ingressar em um curso de doutorado na UFSC, musa inspiradora, *mamis*, amiga e companheira na fundação do NeTrans (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades).

Às professoras Arice Tavares, Ana Cláudia Perpétuo de Oliveira, Ângela Della Flora, Magda Chagas, Joana Célia dos Passos, por acreditarem em minhas potencialidades, sendo referências indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e à minha trajetória acadêmica. Cada contribuição foi essencial à minha ascensão. Sozinha ando bem, com minhas Mestras ando melhor!

Aos meus clientes, aqueles que bem ou mal pude aprender, ainda que pela dor, a não me iludir. Pude, também, conhece-los homens despídos de máscaras. Nas trocas mais íntimas, (re)descobri minha sexualidade e o valor do meu corpo/corporalidade. Aprendi, entre os prazeres e os perigos, a compreender a sexualidade como trabalho, como forma de dar sustento a uma vida precária.

RESUMO

A corporalidade aparece como questão central a ser investigada neste trabalho. O objetivo geral desta intervenção textual é analisar as dimensões estéticas e os códigos de conduta da/na corporalidade travesti, a partir da experiência com a prostituição de rua, como o lugar de constituição de uma travestilidade. A fundamentação da autoetnografia está baseada em Santos (2017), mas utilizo a “*Autoetnografia Travesti*” para a realização deste trabalho, trazendo a Memória da Autora como percurso indispensável à análise, intercruzando experiências e vivências entre Autora e Interlocutoras. A pesquisa incluiu para sua construção trânsitos entre ativismos, encontros e entrevistas individuais com cinco travestis, as quais residem na seguintes cidades: Balneário Camboriú (SC), Florianópolis (SC), Tubarão (SC) e Araras (SP), realizadas ao longo de 2018. As análises focalizaram três eixos principais: 1) "Sexualidade como Trabalho", no qual são exploradas questões sobre a prostituição como parte das relações de trabalho e venda do sexo. 2) "Dimensões Estéticas", no qual organizei narrativas sobre as dimensões estéticas que constituem as corporalidades das travestis, tendo como horizonte a Travestilidade. 3) "Códigos de Conduta", no qual explorei questões acerca dos comportamentos oriundos da identidade travesti. Ao considerar, transitoriamente, pontuei os aspectos relacionados à raça, gênero, sexualidade e geração como fundamentais à construção da travestilidade.

Palavras-chave: Travestis. Prostituição de Rua. Sexualidade como trabalho. Dimensões estéticas. Códigos de conduta.

ABSTRACT

Corporality appears as a central issue to be investigated in this paper. The general objective of this textual intervention is to analyze the aesthetic dimensions and codes of conduct of the travesti corporality, based on the experience with street prostitution, as the place of constitution of a travesti identity. The grounding of autoethnography is based on Santos (2017), but I use the "Travesti Autoethnography" for the accomplishment of this work, bringing the Author's Memory as an indispensable path for the analysis, interweaving experiences between Author and Interlocutors. The research included for its construction transits between activisms, meetings, and the conduction of individual interviews with five travestis, who live in the following cities: Balneário Camboriú (SC), Florianópolis (SC), Tubarão (SC) and Araras (SP) held throughout 2018. The analyzes focused on three main axes: 1) "Sexuality as Work", in which questions about prostitution as part of labor relations and sex selling are explored. 2) "Aesthetic Dimensions", in which I organized narratives about the aesthetic dimensions that constitute the travestis corporealities, having as their horizon the Travesti identity. 3) "Codes of Conduct" in which I explored questions about behaviors arising from travesti identity. In considering, transiently, I pointed out aspects related to race, gender, sexuality and generation as fundamental to the construction of travesti identity.

Keywords: Travestis. Street Prostitution. Sexuality as work. Aesthetic dimensions. Codes of conduct.

LISTA DE SIGLAS

- ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- APROSBA – Associação das Profissionais do Sexo da Bahia
- APROSPI – Associação das Prostitutas do Piauí
- APROSPB – Associação das Prostitutas da Paraíba
- APROSSE – Associação das Prostitutas de Sergipe
- ASPRORN – Associação dos e das Profissionais do Sexo e Congêneres do Rio Grande do Norte
- ATTBC – Associação de Travestis e Transexuais de Balneário Camboriú
- CED – Centro de Ciências da Educação
- CIN – Departamento de Ciência da Informação
- CIPMAC – Centro Informativo de Prevenção, Mobilização e Aconselhamento às Profissionais do Sexo de Campina Grande
- CUn – Conselho Universitário
- CUT – Central Única de Trabalhadores
- CUTS – Central Única de Trabalhadoras/es Sexuais
- IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
- LBT – Lésbicas, Bissexuais e Transexuais
- MBP – Movimento Brasileiro de Prostitutas
- NETRANS – Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades
- NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
- PG – Programa
- PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
- PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- RBP – Rede Brasileira de Prostitutas
- STF – Supremo Tribunal Federal
- TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – 1ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Base de Dados <i>Scielo</i>	27
Quadro 2 – 1ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	28
Quadro 3 – 2ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Base de Dados <i>Scielo</i>	29
Quadro 4 – 2ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	30
Quadro 5 – Caracterização das Travestis entrevistadas	59
Quadro 6 - Tecnologias de intervenção corporal narradas pelas interlocutoras.....	73

SUMÁRIO

1	GERMINAÇÕES TRAVESTIS: DA CONSCIÊNCIA À AUTONOMIA	15
1.1	TENSÕES E ACOLHIMENTOS AO ADENTRAR NO SERVIÇO SOCIAL, EM ESPECIAL NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS).....	24
1.2	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A TEMÁTICA EM TELA NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS CIENTÍFICAS	26
2	IMERSÃO AUTOETNOGRÁFICA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE UMA PESQUISADORA ORA A INVESTIGAR ORA A SER INVESTIGADA	32
2.1	POR UMA “AUTOETNOGRAFIA TRAVESTI”: NA <i>PISTA</i> , NA ESQUINA, NO ATRAQUE DA PESQUISA.....	33
2.2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	36
3	VERTENTES TEÓRICAS E INTERVENTIVAS DA PROSTITUIÇÃO	40
3.1	PROIBICIONISTA/ABOLICIONISTA	40
3.2	REGULAMENTARISTA	41
3.3	LABORAL.....	43
4	DO “TRAVESTISMO” À TRAVESTILIDADE: CONCEITUAÇÕES E MODOS DE SER	45
4.1	TRAVESTILIZANDO OS ACESSOS AO CAMPO- <i>PISTA</i>	51
4.2	TERRITÓRIOS EM DISPUTA E POLÍTICAS DA CORPORALIDADE	57
4.3	TRAVESTIS EM CENA.....	59
5	ANÁLISES TRANSITÓRIAS: DIÁLOGOS E FRONTEIRAS	65
5.1	CORPORALIDADES DAS TRAVESTIS: DIMENSÕES ESTÉTICAS E CÓDIGOS DE CONDUTA	65
5.2	SILICONIZAÇÃO DA TRAVESTILIDADE: <i>DA CASA DE BARTÔ AOS DIAS ATUAIS</i>	78
5.3	CONDUTAS FORJADAS NA <i>PISTA</i> : CÓDIGOS E LINGUAGENS	80
5.4	MOBILIDADES, MIGRAÇÕES E APROPRIAÇÕES COMO CÓDIGOS DE CONDUTA	83
5.5	RACIALIZANDO A PROSTITUIÇÃO E A TRAVESTILIDADE	85
6	CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS	88
	REFERÊNCIAS.....	90
	APÊNDICE A - Roteiro das Entrevistas	98
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	100

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Cabe a mim, inicialmente, situar a leitora¹ de como se dará a organização do formato do texto a seguir, apresentado em seções e subseções. Recuso-me algumas das burocracias que normatizam, que adestram a produção acadêmica de identidades e corporalidades subalternizadas como as desta que vos escreve: Travesti e Puta, por vezes, a que representa a Puta Imaginada (GRANT, 2014). Antes de continuar a leitura, convido-a a despir-se de tudo que possa lançar a mim a desqualificação intelectual do que venho trazendo como crítica e, principalmente, como produção de saberes e conhecimentos localizados, oriundos de uma análise sobre as dimensões estéticas e os códigos de conduta da/na corporalidade travesti, a partir da experiência com a prostituição de rua, como um dos lugares (possíveis) de constituição da travestilidade. Para tanto, identifiquei como a construção da estética travesti e suas corporalidades compõem-se em contextos de prostituição de rua e venda do sexo². Busquei desvendar como se expressa a autonomia da travestilidade, pontuando aspectos relacionados à raça, gênero, sexualidade e geração, em conexão com os significados, simbolismos e “saberes” produzidos pela estética da corporalidade travesti e seus/nossos códigos de conduta.

Assim sendo, proponho uma tentativa de “decolonizar” a produção de conhecimento, ainda que dialogue, em alguns momentos, com teóricos eurocêntricos e brancos. Utilizo algumas autoras nessa perspectiva, sem, contudo, dar conta da sua complexidade, uma vez que tal leitura exigiria mais imersão e profundidade teórica. Chamo, porém, atenção para a publicização de uma linguagem e “cultura” travesti aqui assegurada, que, de certo modo, produz conhecimento. Esta intervenção textual, em caráter de dissertação, é estruturada a partir de uma ordem cronológica da experiência do vivido. As seções se constituem com base em uma lógica temporal. Parto de minha travestilidade em constru(a)ção, inicialmente na universidade (**seção 1**), para dialogar com as primeiras germinações sobre ser e estar travesti: da consciência à autonomia e, a partir destes reflexos, proponho o objetivo central deste *ataque* com a pesquisa, onde as primeiras ideias se constituem na experiência com a prostituição, como tenho reafirmado: dos programas de prostituição aos programas de pós-graduação. Entendo que esse processo é multifacetado e tem uma peculiaridade: revela-se,

¹ O texto será discorrido por meio de uma linguagem que res(ex)iste e subverte os regimes de poder, por meio da **Guerrilha de Linguagem**, onde o gênero feminino figura como o centro do discurso, a qual o gênero masculino será incluído indiretamente.

² Nos termos de Prada (2018, p. 50), “a prostituição consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, *vender práticas sexuais* (grifo meu), de modo regular ou ocasional. É basicamente uma prestação de serviço.”

inclusive, na minha permanência em contextos de prostituição. Descrevo, também, meus (des)encontros com o movimento social organizado, em especial com o *Movimento Brasileiro de Prostitutas*, até a aproximação com as redes formadas por travestis. As articulações com o vivido me conduziram ao Serviço Social, movida inicialmente pelo debate marxista; interessava-me, naquele momento, apropriar-me do debate com o intuito de dialogar com base na **questão social do trabalho sexual**.

Para (re)compor as experiências e vivências, aproximações e distanciamentos, (des)encontros e tensões, exercito como base metodológica a *Autoetnografia Travesti* (**seção 2**). Posteriormente, destaco as visões teóricas plurais sobre a prostituição (**seção 3**). Apresento uma revisão de literatura sobre as Travestilidades em épocas distintas. Por esse ângulo, *travestilizar* os acessos ao campo (**seção 4**) se apresenta como uma estratégia política de produzir saberes, construindo possibilidades de imersão e sociabilidades nativas, visto que a autora que vos escreve é a própria *Estranha*, desvendando outras dimensões do estranhamento, para além da relação **Pesquisadora-Outra**. Por meio de registros (auto)etnográficos, descrevo minha estreia na prostituição, minhas primeiras aproximações com as ruas, contatos com cafetinas e clientes, bem como as dicotomias desta atividade laboral. Outrossim, analiso, a partir das narrativas das interlocutoras as dimensões estéticas e os códigos de conduta da/na corporalidade travesti (**seção 5**), fazendo aproximações a aspectos da questão racial na/da Travestilidade. Ao final, desenvolvo as considerações transitórias deste trabalho (**seção 6**).

1 GERMINAÇÕES TRAVESTIS: DA CONSCIÊNCIA À AUTONOMIA

*“Serei a do asfalto / Rainha do luar / Entrega o seu corpo / Somente a quem possa carregar
E, onde (h)á-mar, transbordar / Em água salgada lavar / E me levar / Livre, me love, me luta
Mas não se esqueça / Levante a cabeça / Aconteça o que aconteça / Continue a navegar
Continue a navegar / Continue a travecar / Continue a atravessar / Continue a travecar [...]”*

(Linn da Quebrada, 2017)

Eu sou travesti! E muito em breve “mestravesti” ou, simplesmente, uma travesti mestra, a 1º a ingressar em um programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Brasil é o país que mais mata travestis no mundo, tem 90% de sua população no exercício da prostituição (ANTRA, 2018), e há pouco tempo, ainda, nos negava o direito à cidadania, ou seja, de existirmos como sujeitas de direito – medida reconhecida com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)³. Dou início a esta intervenção textual, compreendida, também, como um manifesto político e denominada de dissertação, relatando um pouquinho sobre minha trajetória até este momento de escrever, a quem me lê, academicamente.

Minha imersão nos *Estudos de Gênero e Feminismos* se deu a partir de 2013, quando ingressei na UFSC, no Curso de Graduação em Biblioteconomia. Eu, travesti, matriculada em um curso tradicional, com bases teóricas-epistemológicas voltadas aos interesses do livre mercado, pude me perceber distante das questões sociais que me motivavam a estar presente nesta instituição do saber. Naquele momento, era uma enorme conquista, sendo a primeira pessoa da família a ingressar na academia, em uma instituição pública, mesmo com todas as violências sofridas cotidianamente desde a infância, por pertencer a uma classe subalternizada e destinada ao estigma e à marginalização.

Eu e o Curso de Biblioteconomia: um choque de realidade (!). Lembro-me muito bem dos meus (des)encontros logo nas primeiras disciplinas. No primeiro semestre, tive uma disciplina de Ética, ministrada por um professor que eu admirava muito, mas que também me causava certo desconforto. Era a segunda aula do semestre, quando ao fazer a chamada, no final da aula, ele me chama pelo nome civil, que, à época, ainda me pertencia. Eu o admirava

³ No dia 1 de março de 2018, em decisão histórica, o STF julga procedente o direito à mudança de (pre)nome e sexo (jurídico) de travestis e transexuais, independente de cirurgia de transgenitalização, de laudos médicos e de ação judicial, equiparando-se à Argentina, em sua *Lei de Identidade de Gênero*, ao possibilitar a retificação do registro civil diretamente em cartório. Ver em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/03/02/stf-e-tse-fazem-historia-ao-afirmar-cidadania-de-transexuais-e-travestis/>>. Acesso em: set. 2018.

por tudo que ouvia dele pelos corredores; pelas suas ideias sempre muito preocupadas com as questões sociais, com as desigualdades, com o comportamento ético e, principalmente, pela sua luta por uma “Biblioteconomia Social”⁴. Vi diante de mim um sujeito capaz de fundamentar e aprofundar discussões políticas e teóricas sobre desigualdades sociais, direitos humanos, inclusão social, mas que, em seu cotidiano, não estava preparado para se relacionar e interagir com uma aluna travesti, tampouco sensível e conhecedor de uma política da sua própria Instituição, que dispõe sobre o uso do nome social por travestis e pessoas transexuais⁵.

O primeiro semestre de Biblioteconomia foi fundamental, apesar das violências institucionais sofridas, para eu compreender o meu lugar no Curso e na Instituição. Nas aulas de ética, me deparei com a “dor e a delícia” de estar ali. Se por um lado enfrentei, de forma combativa, a incompreensão do meu primeiro professor universitário, causando-lhe estranhamento e autocrítica, por outro, pude encontrar motivações para resistir às experiências violentas e permanecer por e para uma “Biblioteconomia Social”, antes desconhecida por mim. Entender como se estabeleciam as relações de poder e as “hierarquias de saberes” foi estratégia primordial de resistência. Embora os processos aos quais me constituíram como travesti estivessem a todo momento apontando para um (não-)lugar marginal e imoral, desencadeando outros inúmeros micro-processos de assujeitamento, forçando-me, muitas vezes, inconscientemente, a criar “linhas de fuga” (ANDRADE, 2012) para a minha permanência na instituição.

No segundo semestre de 2013, com um pouco mais de compreensão sobre o meu lugar na UFSC, que para além do que as convenções, regulamentos e acordos nos ditam, era bem mais do que ter uma formação acadêmica. A mim não era importante ter um diploma por ter, cumprir horas por cumprir, tampouco ser adestrada por saberes, até então, incontestáveis. Eu queria mais. Queria fazer da minha presença um ato político diário, uma intervenção necessária e transformadora. Eis o meu intento: provocar a Instituição e todo seu aparato de controle e segregação. Provocar: ação que se tornou um hábito diário, um exercício de interação entendido por mim como pedagógico, que tem como efeitos de causa a reflexão e o diálogo, fundamentais para uma permanência menos dolorida e com redução de conflitos.

⁴ Biblioteconomia Social compreende o diálogo com os movimentos sociais na interação entre bibliotecas e sociedade, em que se reconhece as pluralidades de ser e estar das interagentes, das bibliotecárias e das demais envolvidas nesse processo de mediação. Nessa chave de interpretação, bibliotecária refere-se ao agente de transformação, de identidade política e profissional interdisciplinar, mediadora também de conflitos sociais.

⁵ Resolução Normativa Nº 59/CUn/2015, de 13 de agosto de 2015, esta última edição deu lugar a anterior Nº 18/CUn/2012, de 24 de abril de 2012, pois a primeira apresentava algumas falhas e inconsistências, que foram discutidas no *V Transday NIGS*, evento promovido pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Subjetividades (NIGS), em 2014.

Assim, minha identidade estava atravessada por inúmeros questionamentos e inquietações, quando cheguei até o Núcleo de Estudos de Gênero e Subjetividades (NIGS).

Meu primeiro acesso aos *Estudos de Gênero e Feminismos* foi por meio do NIGS. À época, este Núcleo tinha como uma de suas principais referências Sophia Caroline Samenezes de Jesus, mulher transexual e bolsista do Núcleo, que mais tarde tornou-se minha amiga. No segundo semestre de 2014, participei da minha primeira mesa, no *V Trans Day NIGS: Seminário Transfobia, Cidadania e Identidades Trans*, onde fiz uma fala sobre as experiências e impasses em relação ao nome social e cidadania trans em Santa Catarina (SC). Nesse momento, cada vez mais inserida nos espaços acadêmicos, aparelhados por discursos de estudiosas e pesquisadoras de gênero, pude perceber nos processos de produção do conhecimento relações permeadas por um “saber doutrinador”. Este era comunicado, ainda, pelas classes dominantes e, desta forma, sendo legitimado, fazendo deste lugar enunciado - “feminista”, “decolonial”, “antipatriarcal”, “transinclusivo”, “antirracista” -, um conflitivo campo de disputa, que apesar das tentativas de combater as violências de gênero, atentando-se às intersecções de classe/raça/etnia/sexualidade, permanecia em práticas colonizadoras.

As classes dominantes, essas hegemonicamente de cor branca, heterossexual, com acesso aos programas de pós-graduação e a privilégios que o sistema capitalista (re)produz, inclusive para quem ingressa numa instituição pública, ainda são responsáveis pela produção e disseminação dos saberes “científicos”. São responsáveis também por estudarem/pesquisarem negras, indígenas, quilombolas, travestis, transexuais, LGB, prostitutas, ou seja, pessoas pertencentes às classes subalternizadas de um modo geral. O meu intuito [aqui] não é censurar, nem cancelar qualquer que seja a discussão ou análise proveniente dessas classes sobre pessoas subalternizadas, mas evidenciar as desigualdades que se sub-sistemizam até mesmo numa instituição “pública, popular e de qualidade (...) que apoia a diversidade”⁶. Tal reflexão é necessária para pensarmos o lugar das classes subalternizadas na produção do conhecimento, logo, das travestis.

É importante destacar que as classes dominantes mencionadas não são apenas as que constituem parte significativa da burguesia, mas todas aquelas que operam em situação de poder. As dinâmicas das relações e interações sociais percebidas por mim, em contexto

⁶ Durante a gestão do Reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo [*In Memoriam*] (2016-2017) foi criada a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento à Violência de Gênero (CDGEN), setor vinculado à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), que desde sua fundação lança notas de apoio à diversidade sexual e de gênero. Disponível em: <<http://cdgen.saad.ufsc.br/inauguracao-da-enpena-a-ufsc-acolhe-a-diversidade/>>. Acesso em: set. 2018.

universitário, ainda que direcionadas por perspectivas que têm como objetivo a equidade de gênero, estão fadadas à exploração e ao controle dos saberes populares.

Inserida no Centro de Ciências da Educação (CED), nos Núcleos de Estudos de Gênero, habituada às imposições a que pessoas marginalizadas quando institucionalizadas precisam se assujeitar, busquei compreender qual seria o meu lugar fora daquele espaço. Ali, mesmo diante de todas as violências institucionais, eu estava aparentemente sob os cuidados de uma “universidade inclusiva”, responsável por instituir uma política social sobre o direito ao uso do nome social. Embora eu concorde com Bento (2014) sobre o nome social ser uma “gambiarra legal”, há de se considerar que essas resoluções e ou portarias que dispõem sobre o direito ao uso do nome social são importantes instrumentos de permanência para pessoas transexuais e travestis em instituições públicas. No meu Trabalho de Conclusão de Curso (ZANELA, 2016), evidencio os efeitos desta política social que, apesar de insuficientes, propiciaram a permanência de mulheres transexuais e travestis na UFSC.

Compreender o meu lugar fora da Instituição foi um processo de dor, ao perceber cotidianamente que mais um ciclo poderia se encerrar e eu teria que traçar outros (des)caminhos: como o fim do curso. Uma das experiências que mais marcou minha trajetória acadêmica foi a busca por estágios, que se tornou uma fonte de renda fundamental para minha permanência e um meio de iniciar meu contato com o exercício profissional. Ao procurar estágios fora da UFSC, consegui perceber a dimensão do problema no qual estava situada. Meu corpo acionava inúmeros “alertas”, é como se eu carregasse uma placa de “não recomendada a esta sociedade”. Eu percebia – e ainda percebo – os olhares. Atenta, preocupada, saía às ruas com a esperança de ser vista como uma igual no acesso ao espaço público e, também, privado, apesar de representar a diferença com marcadores sociais e de identidade forjados na *“informação social”*⁷ que meu corpo comunicava aqueles a quem eu recorria em busca de oportunidades e experiências laborais.

Tenho memórias recentes das minhas tentativas, incansáveis, de adentrar ao “mercado de trabalho”, que iniciou, ainda, na graduação, nas idas às entrevistas de estágios. Nos dois primeiros anos de curso, “me possibilitaram” fazer estágios internos, ou seja, nas dependências institucionais, apesar da remuneração (dos estágios internos) corresponder a um valor abaixo dos recebidos nos estágios externos. A Universidade estabelecia no seu regimento interno o máximo de dois anos de estágio na instituição. Diante desses “efeitos

⁷ De acordo com Erving Goffman (2005), essa modalidade de informação corresponde ao conjunto de signos verbais e não-verbais comunicados acidental ou intencionalmente, total ou parcialmente nas interações entre os indivíduos. Fundamentalmente, ela representa aquilo que o indivíduo expressa de si e impressiona o Outro.

reduativos” à minha capacidade de encontrar saídas, encontrei-me em desespero, pois sabia como seria a realidade para além dos muros da universidade. Minha primeira ação, nesse contexto, foi ir à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) solicitar auxílio, num período que não dispunha de edital. Nesse ínterim, à espera de ser contemplada com uma bolsa estudantil que pudesse me dar condições mínimas de continuar estudando, fiquei à procura de outros estágios externos à Instituição.

*“A placa de censura no meu rosto diz:
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado à sociedade*

*Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado!
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!*

*A placa de censura no meu rosto diz:
Não recomendado à sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado à sociedade*

*Não olhe nos seus olhos
Não creia no seu coração
Não beba do seu copo
Não tenha compaixão
Diga não à aberração”*

(Caio Prado, 2014)

Mais tarde, consciente da minha função política e, principalmente, dos processos de constituição da minha travestilidade, dei início ao que, outrora, era um intento distante: a materialização do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Neste, busquei compreender as reais necessidades informacionais sobre o acesso à informação e à construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis matriculadas regularmente na UFSC. Pesquisa que, além da revisão bibliográfica, priorizou o trabalho de campo e a observação participante. Seus resultados evidenciaram as práticas de violência de gênero e suas implicações no contexto universitário (ZANELA, 2016). Esta pesquisa só foi possível, à época, depois de muita insistência e diálogo com algumas professoras do Departamento de Ciência da Informação (CIN), pois se tratava de um “objeto de estudo” e problema de pesquisa considerados como INOVAÇÃO para a área, e uma inovação que poderia não ser compreendida tanto pelo CIN quanto pelas leitoras, de acordo com alguns(mas) docentes.

Nesse mesmo tempo-espço, de consciência, de processo-trânsito constitutivo de si, pude perceber-me incapaz de externar meu corpo, minha identidade. Com o tempo, atenta aos meus processos de constituição, via-me travesti na rua e transexual nas instituições que, de

alguma forma, adestravam-me à ordem normativa. Eis a contradição dos corpos dissidentes em trânsito. No processo-trânsito me auto-higienizei por algum tempo. A consciência de uma identidade travesti estava em mim, atravessava meu discurso em momentos singulares, em tempo-espaço que permitiam me sentir segura, capaz de compreender as dimensões éticas deste lugar habitado em meio a contradições, posicionada frente à dualidade de me fazer pertencer ao que realmente (eu) era e de me deslocar desta posição estrategicamente, de acordo com as experiências cotidianas. Travesti: identidade esta que me foi possível compreender sua dimensão social, cultural, ética e política, a partir da prostituição, das relações com a *pista*⁸, na troca dos desejos mais íntimos, com a produção de valor da venda do sexo e assistindo às transformações do meu corpo. Reconheço as potencialidades desta existência, desta vida precária, de poucas ou nenhuma escolha.

Da consciência à autonomia, itinerário, trajeto, percurso ou simplesmente trânsito. Ser travesti e estar como travesti, duas possibilidades de existências distintas, das quais pude compreender no exercício da prostituição. Acredito que não há escrita criadora sem alteridade entre autora e locutora. Ora me vejo sujeita A investigar, ora sujeita investigada. Importante destacar que estes papéis “pesquisadora” e “sujeita da pesquisa”, aliás, sujeita da própria escrita, da história do vivido, do real, do material, das experiências palpáveis, encontram-se, dialogam e produzem saberes outros, mesmo que no decorrer do processo de escrita troquem suas posições, desloquem-se na prática científica.

No processo de escrita, de produção afetada, eu sou a própria Estranha, não abandono meu território, falo do seu interior, desloco-me a outras possibilidades do universo em que habito, em que me faço pertencente. Este universo, que me possibilita escrever, diz sobre mim, não apenas sobre mim, sobre elas (as entrevistadas), sobre as formas plurais de ser travesti, em suas subjetividades. **Parto do pressuposto que a experiência da prostituição de rua constitui estética(s) de corporalidade travesti**, com suas particularidades e partilhas, convergências, sem, contudo, universalizar formas de ser e estar travesti. Constitui-se no lugar que a maioria de nós encontra, nas relações com a *pista*, a possibilidade de exercer a autonomia para ser e se fazer travesti, inclusive em territórios institucionais de poder, onde este ser e estar, a princípio, não é bem-vindo. Dito de outro modo, a *pista* nos possibilita a construção de identidade(s), de estética(s) de corporalidade e a autonomia para assumi-las, diferentemente de outros espaços e instituições que nos negam a autonomia de ser, saber-se e fazer-se travesti.

⁸ Territórios em que as travestis exercem a prostituição, como ruas e esquinas. Locais onde há trânsito de travestis que vendem sexo.

Nesse sentido, não tenho a intenção de formular afirmações precipitadas, nem de reforçar determinismos acerca da experiência das travestis com a prostituição. O objetivo central deste estudo-pesquisa surgiu, inicialmente, da minha imersão no universo da prostituição, como prostituta, da minha relação com a “fabricação” do corpo (BENEDETTI, 2005), da relação com os clientes e, principalmente, da relação com as dezenas de travestis que convivi e convivo ao longo desses nove (9) anos de consciência travesti, consolidada na universidade. Durante esse tempo, muitas narrativas atravessaram minha experiência, tanto dentro das dinâmicas estabelecidas pela prostituição, quanto fora deste universo. O que me levou a alguns questionamentos: Há uma construção estética e produção de saberes peculiares não somente decorrente da travestilidade, mas, sobretudo, da travestilidade construída na *pista*?; O que faz com que na *pista*, eu e elas, tenhamos a suposta liberdade de nos encontrarmos na travestilidade e em outros espaços-sociabilidades, não? Por que a experiência da prostituição na *pista* permite a mim e a elas a autonomia de ser, saber-se e fazer-se travesti?.

Tais questões são importantes para elucidar alguns processos de constituição de si na experiência travesti, a partir de construções de identidade, comunidade e tradição. As narrativas das travestis, as falas localizadas, potencializadas em gritos de resistência, há muito tempo permitem-me pensar de modo autocrítico sobre nossos corpos, que se materializam de forma singular, nesse vai-e-vem das negociações do sexo/da sexualidade. A constituição da estética da corporalidade travesti parte deste princípio; adiante, veremos esse fenômeno se manifestar na “historicização” da travestilidade no Brasil, que mais tarde exportou sua identidade para outros países das Américas.

Neste estudo-pesquisa, escrito sob a forma de uma intervenção textual, elaboro análises profícuas com base em categorias centrais, fundamentais para o processo-trânsito ao qual me desloco e falo, partindo de uma leitura feminista pela ótica dos “saberes” travesti. Buscarei subsídios teóricos, em alguns momentos, nas produções de poucos pensadores europeus e brancos, elaborando constantemente críticas à estrutura colonial-branca-sexista, deslocando-me desse lugar de produção do conhecimento, muitas vezes inquestionável, ao encontro de teorias decoloniais produzidas por pensadoras e teóricas mulheres, negras e LBTs, em diálogo também com os clássicos pensadores negros.

Teóricos e teóricas que surgem de espaços periféricos, em representações subalternizadas, confrontam-se com a matriz do pensamento eurocêntrico, que nada tem a ver com a realidade social de grupos e sociedades que vivem à margem das potências econômicas europeias e euro-americana, e das relações de poder vigentes neste sistema que produz

exclusões - “[...] não posso ser indiferente às várias hecatombes que sacodem o nosso cotidiano” (DUARTE, 2005, p. 25). As teorias decoloniais apontam a subalternização das identidades nacionais em países dominados pelo discurso colonial. Emergem como a gênese de uma crise de identidade entre global-local e moderno-contemporâneo, projetando inúmeros grupos identitários, dentre eles o *Movimento Brasileiro de Travestis* e o *Movimento Brasileiro de Prostitutas*, a fim de trazer à cena histórias de sofrimento e exclusão, de cerceamento de direitos e genocídio.

Neste sentido, situo brevemente meus encontros com o Movimento Social Organizado e as articulações do vivido, com intuito de contextualizar minha inserção em diálogo com a produção de “saberes” de travestis e prostitutas, *Travestilizando* e *Prostituindo* saberes. Ser filha de uma prostituta me possibilitou conhecer os dois lados da história sobre as prostitutas no Brasil (em especial): a contada pelas pesquisadoras/es, cientistas sociais, partidárias e a-partidárias, ativistas radicais de toda ordem, abolicionistas do trabalho sexual, religiosas, conservadoras, ao revisitar a literatura sobre a temática; a contada pelas próprias sujeitas, as prostitutas.

Ao analisar as pesquisas sobre a temática supracitada, observei que a maioria delas se apresentam, metodologicamente, como micro-estudos de situações muito particulares, ou seja, com uma porção muito restrita da realidade. A experiência com a prostituição me deslocou para o outro lado, de ouvinte e apoiadora das prostitutas à operadora da *sexualidade como trabalho*. Do lado de cá, o Outro lado, à margem, subalternizada, passei a produzir textos (significados) a partir do vivido, da voz que conhecia o que dizia. Construindo-me e desconstruindo-me como o Outro de si, a Estranha que acolhe a si, sem abandonar o próprio território por inteiro, ainda que me desloque; o Universo do Outro é o que diz sobre mim, é o que está contido em minha experiência.

Minha articulação com o Movimento Brasileiro de Prostitutas (MBP) teve início em 2015, quando fui apresentada à Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) – fundada e coordenada por Lourdes Barreto, e à Monique Prada – fundadora da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS). Neste período, minha convivência com as prostitutas era intensa, diária, aprofundando-se também fora dos espaços de articulação política, em diálogos com colegas de trabalho de minha mãe, frequentando zonas de prostituição, e a partir da minha experiência com o vivido na *pista*. No segundo semestre de 2016, realiza-se em Hotel localizado no Morro das Pedras, Florianópolis, o evento “Redimensionando o Feminino: Coalizões e Respostas” organizado por três Redes: 1) Rede Brasileira de Prostitutas (RBP); 2) Rede Trans Brasil; e, 3) Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Este tinha a

finalidade de discutir e propor políticas públicas à população de prostitutas, travestis e transexuais, com isso, cunhando demandas, discussões e saberes sobre identidades, corporalidades e sexualidades.

É mister, neste sentido, apontar as convergências entre o que compreendemos por Ciência e a nossa prática ativista, pois ao longo de muitas décadas a Ciência Moderna silenciou a importância de questões sobre Identidades de Gênero e Sexualidades, que em processos de resistência sempre estiveram presentes no campo da produção de saberes (localizados). Houve uma consolidação dos estudos relacionados às identidades dicotômicas feminina-masculina, hegemônicas e binárias, a partir da heterossexualidade (compulsória) e seus estereótipos, como base no cientificismo europeu, retirando a autoridade e legitimidade de identidades subversivas, inscritas em fronteiras nômades (LOURO, 2004).

Trago à cena as seguintes categorias, que desenvolvo ao longo do texto: travestilidade; corpo/corporalidade e estética; códigos de conduta; sexualidade como trabalho. Manifesto neste momento, em que escrevo e produzo políticas (da rua) e resistências, para além do conhecimento “científico” que me é cobrado como pesquisadora⁹ como intelectual, a crítica, mais que isso, a autocrítica, essencial às escrituras que esboço neste caminho, às vezes sem volta, às vezes sem saída, porém libertadora. Manifesto a crítica ao colonialismo, a crítica às produções científicas importadas, ora europeias, ora norte-americanas, a crítica ao conhecimento produzido por homens e brancos, a crítica à dificuldade que temos em enfrentar essas estruturas hegemônicas de poder que ainda permanecem intactas no campo da produção de saberes e conhecimentos.

Não irei “universalizar” o fenômeno da prostituição como trabalho sexual, apesar de considerar que ambos conceitos revelam as mesmas condições materiais de exercício. Acredito fundamentalmente na potencialidade epistemológica a partir desse reconhecimento de pertencimento social, que encontra em sua “raiz” a compreensão de um sistema maior que a “luta de classes”, que é o sistema patriarcal. Entendo a prostituição como parte das relações de trabalho, em que a força de trabalho produzida resulta na venda de práticas sexuais. É importante destacar que o movimento de prostitutas (trabalhadoras sexuais, profissionais do sexo) dentro do feminismo é bem recente, com pouco mais de uma década. Para essa compreensão da sexualidade como trabalho, recorrerei às contribuições de Federici (1975)¹⁰, que à época escrevia a partir da categoria mulher: “Sexo é trabalho para nós, é um dever. O

⁹ Ver “O pesquisador e seu Outro” (AMORIM, 2001).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.commoner.org.uk/wp-content/uploads/2012/02/05-federici.pdf>>. Acesso em: set. 2018.

dever de agradar está tão embutido em nossa sexualidade que aprendemos a ter prazer em dar prazer, em deixar os homens excitados” (FEDERICI, 1975, *n.p.*).

A *pista* – como lugar, campo de batalha, habitada à noite – é inóspita para alguns, e realizadora de desejos para outros. Lugar de encontro, de lascividade, de corpos expostos, pouca roupa e muita libido. No bom português: “lugar de putaria”. Putaria que tem valor, força de trabalho e horário a cumprir, controlado por patroas/patrões (cafetinas e cafetões), mais conhecidas como *cafifas* ou *mamis*¹¹, proprietárias dos “pensionatos” e casas de travestis. A *pista*, em algum momento desse processo de negociação e agenciamento entre prostitutas e cafetinas/cafetões, à medida que as relações financeiras se estabelecem, reproduzirá práticas de ordem capitalista, obviamente dentro de uma lógica precária e marginalizada, por vezes, de exploração laboral.

1.1 TENSÕES E ACOLHIMENTOS AO ADENTRAR NO SERVIÇO SOCIAL, EM ESPECIAL NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (PPGSS)

As discussões sobre prostituição, como constituinte das relações de trabalho, em um primeiro momento, aproximaram-me, de forma profícua, das teorias marxistas. Destarte, ocasionando minha vinda ao Serviço Social, com o intuito de aprofundar os conhecimentos com relação à questão social do trabalho, para assim, estabelecer conexões teórico-metodológicas a partir de uma perspectiva feminista, anticapitalista, decolonial e interseccional. Embora compreendesse as limitações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social brasileiros, meu ingresso ao PPGSS, para além de um ato político de resistência contra a ordem e o controle, inclusive no campo das produções de conhecimentos hegemônicos, fazia-se transformador ao trazer para o seu interior a experiência do vivido a produzir saberes e conhecimentos sobre a sexualidade como trabalho.

O acúmulo de leitura marxista foi fundamental nesse processo de ingresso e de compreensão da “cegueira ideológica” (LISBOA; OLIVEIRA, 2015) e ortodoxia em contextos de produção do conhecimento e práticas de ensino-aprendizagem, observando em meu percurso a linha tênue entre Serviço Social e as temáticas de gênero/sexualidade e raça/etnia. Eu precisava estabelecer conexões entre a experiência do vivido e o que lia na Literatura, afinal de contas também era sobre mim, sobre corpos subalternizados, sobre identidades autoagenciadas e organizadas. Mais que isso: era sobre corpos e identidades que têm classe, que tem lado na

¹¹ Nomes dados às cafetinas que recebem as travestis em suas casas (pensionatos) e cobram diárias pela ocupação das ruas e da moradia, às quais são dependentes e, muitas vezes, acumulam dívidas.

história, que é o da classe trabalhadora, a produzir, sob o julgo da Moral e do purismo de classe, pelos moldes das opressões. A olharem a realidade pelo “binóculo classista”, por vezes, negam a pluralidade de ideias, corpos em movimento e identidades que rompem com ideologias hegemônicas de poder.

Eu fui a primeira travesti entre pós-graduandas/os, professoras/es, pesquisadoras/es neste PPGSS, a primeira a se aproximar de profissionais que são formados para trabalharem com o Povo, com demandas sociais e subalternidades. Aliás, fui a primeira travesti a ingressar em um Programa de Pós-Graduação da UFSC. Recordo-me dos primeiros dias de aula, em especial do primeiro, dos momentos em que cada discente falava de si, de sua trajetória, de como foi o caminho até chegar ali. O itinerário de muitos era comum: saíram da graduação direto para o mestrado e doutorado, sem experiência com o exercício profissional, tampouco com a população de travestis. Eu provocava neles(as) uma série de incômodos, não era somente uma travesti e prostituta que fazia parte do *Movimento Brasileiro de Prostitutas*, mas, também, uma sujeita política que desafiava as orientações teóricas dominantes, bem como os dogmas da Ciência eurocêntrica. A “eclética”, a pós-moderna, ou, simplesmente, uma detratora da leitura instituída, por mais que eu me esforçasse para ouvir e apreendê-la. Onde eu cabia no Serviço Social? Em meio a olhares atravessados, “falas abafadas” em corredores, risos de deboche, minha capacidade intelectual era desqualificada.

Questionamento(s) que me faço até os dias de hoje, em curso, que lugar tem uma travesti no Serviço Social? Em que cenários (possíveis) pode a travesti falar? A que atua na base do partido? Ou a que trabalha na ponta do serviço público? As travestis estudantes de Serviço Social estão produzindo saberes e conhecimentos aqui (na UFSC), lá, acolá, em número considerável, ocupando as universidades, as salas de aula, apropriando-se dos estudos em Serviço Social, a partir de suas perspectivas teóricas e de suas trajetórias. Importante reflexão para pensarmos a inserção das travestis neste campo de produção do conhecimento, seus acessos e enfrentamentos, para além da disputa ideológica.

Minha presença no Serviço Social é atravessada por inúmeros conflitos, por tentativas constantes de intervir nos espaços de interação, incutindo à turma “sociabilidades travestis”. Estas possuidoras de saberes subalternizados, a cada gesto de aproximação, nos intervalos das aulas, nos diálogos de corredores. Não havia conciliação possível, era nítido e se traduzia no isolamento, conduzido de forma discreta.

Em meio a tantas tensões, compartilhei afetos, construí amizades incríveis com mulheres potentes, a começar pela minha orientadora Luciana Patrícia Zucco, fundamental à minha trajetória no PPGSS, responsável por me acolher com carinho nesta jornada caótica

que é estudar, pesquisar e produzir sobre *Gênero e Feminismos no Serviço Social*. Luciana é destas mulheres que se transforma em aconchego, tem olhar crítico, porém sensível, sabe ‘direitinho’ como fazer suas orientandas alçar vôos. E, que vôos lindos tenho alçado. Com ela aprendo. Com ela ensino. Um encontro feliz que me fez chegar até o **Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE)**¹², à época, coordenado pela professora Teresa Kleba Lisboa, consagrada referência às novas gerações de graduandas e pós-graduandas em Serviço Social, que, assim como eu, articulam as temáticas com a perspectiva de gênero, estudos feministas e Serviço Social.

Isto posto, considerando as reflexões apontadas acima, seus “aspectos germinativos” e transitórios: desde as primeiras inserções no campo acadêmico até os encontros com os Movimentos Sociais Organizados, a seguir, apresento uma breve revisão bibliográfica sobre travestis e travestilidades, com o intuito de evidenciar os saberes que se aproximam dos objetivos deste trabalho.

1.2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A TEMÁTICA EM TELA NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS CIENTÍFICAS

Adianto, aqui, que se faz necessário pensar as corporalidades como produtos linguísticos, históricos e culturais, oriundos de diversos discursos e instituições, que se interconectam de forma indissociável e interdependente do envoltório biológico. Neste sentido, no que se refere às questões linguísticas acima citadas, trago à luz os discursos acadêmicos. Em meio a uma complexa rede de saber-poder, tais discursos não se eximem de se colocar como uma formação que permite a produção de determinados regimes de verdades¹³ (FOUCAULT, 2004) e, porque não dizer, neste contexto onde intervenho, a produzir corpos/corporalidades.

¹² Credenciado pelo CNPq desde 2000, integra as temáticas que envolvem relações de gênero, gerações, classe, raça/etnia e suas configurações com a questão social. O NUSSERGE integra o Instituto de Estudos de Gênero – IEG da UFSC, responsável pela edição da Revista Estudos Feministas (REF) e pela organização do Seminário Internacional Fazendo Gênero, dois dos espaços de divulgação da produção intelectual sobre gênero mais relevantes do âmbito nacional e regional. Também integra a rede de Docentes e Assistentes Sociais que atuam nas diferentes Instituições de Ensino Superior no Brasil, interagem em questões teórico-metodológicas e participam de mesas coordenadas ou simpósios coordenados em diferentes encontros da categoria. Este Núcleo teve representatividade (assento) no Fórum de Mulheres de Florianópolis e no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher.

¹³ Conjunto de procedimentos regulados que ganham estatuto de verdade e para que produza efeitos se coloca como um regime (FOUCAULT, 2004).

Partindo desta reflexão, realizei revisão bibliográfica em plataformas de indexação¹⁴ de artigos, dissertações e teses, disponíveis na internet, sem estabelecer ordem cronológica, nem distinção de idiomas. Utilizei determinadas palavras chaves (ver Quadro 1 e 2) para identificar a produção de conhecimento sobre travestilidade no Brasil, bem como os trabalhos que se comunicam com os objetivos deste meu investimento de pesquisa, a fim de compor seu “corpo referencial”. Ao selecionar as produções científicas, orientei-me pelos resumos, títulos e palavras-chave.

Este processo de recuperação e, posterior, seleção das informações foi desenhado em duas (2) etapas. Inicialmente, em um primeiro momento, de julho a dezembro de 2017, direcionei minhas buscas considerando o primeiro objetivo-esboço, ainda em fase de desenvolvimento, ao qual pretendia: investigar “a experiência com a prostituição de rua como o lugar de constituição da travestilidade”. Para tanto, utilizei os seguintes descritores:

Quadro 1 – 1ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Base de Dados Scielo

TERMO DE BUSCA	Brasil	Colômbia	Argentina	Espanha	México	Chile	TOTAL
“Travesti” and “prostituição”	9	-	-	-	-	-	9
"prostituição travesti"	2	-	-		-	-	2
"travestis"	98	8	2	2	2	1	115
"gênero travesti"	1	-	-	-	-	-	1
“Travestis” and “prostituição”	10	1	-	-	-	-	11
"prostituição de rua"	-	1/1	-	-	-	-	2
"travesti"	41	6	2	1	-	-	50
"travestilidade"	6	1	-	-	-	-	7

Fonte: Dados sistematizados pela autora

Os dados recuperados indicaram uma miríade de trabalhos publicados sobre a temática correspondente ao objetivo-esboço inicial “travestis e prostituição”. Revelam, ainda, uma produção de conhecimento no campo da Saúde Pública, ainda pelo viés (des)patologizante, concentrando as discussões com base na categoria “transexualidade”. A travestilidade, bem como a sujeita travesti, aparecem como identidade secundária, como se fosse um *apêndice* da primeira. Brasil, Colômbia e Portugal aparecem como os países que mais produzem sobre a temática, com publicações, principalmente, em revistas do campo da Saúde [Saúde Pública e Psicologia], dos Estudos de Gênero e Feminismos e da Literatura. As principais revistas que publicam sobre a temática são: 1) *Sexualidad, Salud e Sociedad*; 2) *Cadernos Pagu*; 3) *Ciência*

¹⁴ Foram utilizadas as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), onde pude ter acesso a periódicos científicos; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

& Saúde Coletiva; 4) Revista Estudos Feministas (REF); 5) Cadernos de Saúde Pública; 6) Saúde e Sociedade; 7) *Alpha* (Osorno); 8) Literatura y Linguística.

Quadro 2 – 1ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

TERMO DE BUSCA	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	TOTAL
"travestis"	23	2	-	35	18	79 trabalhos
"Travestis e prostituição"	3	1	-	2	3	9 trabalhos
"travestilidade"	7	1	-	9	1	18 trabalhos

Fonte: Dados sistematizados pela autora

Em nova recuperação das informações, no mês de julho de 2018, com o descritor “travestis”, constatei que foram indexados 14 artigos neste primeiro semestre (Jan/Jun) de 2018 sobre a temática, sendo nove (9) deles publicados em revistas da área da Saúde.

Os resultados apontam uma maior concentração de Teses e Dissertações em Programas de Pós-Graduação situados nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, em instituições localizadas nos estados de São Paulo (Universidade de São Paulo – USP e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), Ceará (Universidade Federal do Ceará – UFC) e Santa Catarina (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). Foram identificados cinco (5) trabalhos pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); destes, quatro (4) dissertações e duas (2) teses, elencadas abaixo:

Dissertação 1: “Travestilidades: trajetórias de vidas, lutas e resistências como construção de sociabilidade”, de autoria de Kleber Mascarenhas Navas, defendida em 2011;

Dissertação 2: “Conhecendo violências sofridas por travestis que vivem no centro de São Paulo”, de Denis Gonçalves Ferreira, defendida em 2016;

Dissertação 3: “Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: o Programa TransCidadania”, de Chinaira Raiazac Faria Santana, defendida em 2017;

Dissertação 4: “Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento”, de Léa Gomes da Cruz Soares, defendida em 2018;

Tese 1: “O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis”, de Maria Lúcia Chaves Lima, defendida em 2013;

Tese 2: “Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital”, de Kleber Mascarenhas Navas, defendida em 2016.

➤ **Levantamento em outros Programas de Pós-Graduação - Serviço Social:**

Dissertação 1: “Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere”, elaborada por Guilherme Gomes Ferreira, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), defendida em 2014;

Dissertação 2: “Travestis e (re)ações à violência sofrida nos espaços de prostituição na cidade de Campina Grande – PB”, de autoria de Ednaldo da Costa Braz, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), defendida em 2016;

Dissertação 3: “Meu corpo, um campo de batalha’: a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital”, escrita por Tibério Lima Oliveira, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), defendida em 2016;

Tese 1: “Donas de rua, vidas lixadas: interseccionalidades e marcadores sociais nas experiências de travestis com o crime e o castigo”, escrita por Guilherme Gomes Ferreira, pela PUC-RS, defendida em 2018.

Este levantamento direcionado à Pós-Graduação em Serviço Social se faz necessário, pois aponta, para além da escassez de produções neste campo de análise, o ineditismo do tema proposto, alinhado aos seus objetivos e métodos, que trazem uma nova perspectiva para os *Estudos em Serviço Social*.

Em um segundo momento, que considero a segunda (2ª) etapa deste processo de recuperação das informações, o objetivo foi reformulado, o que implicou, substancialmente, a reorganização do eixo central a ser investigado, passando a ter como foco: *Dimensões Estéticas e os Códigos de Conduta da/na Corporalidade Travesti*, em contextos de prostituição de rua.

Quadro 3 – 2ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Base de Dados Scielo

TERMO DE BUSCA	Brasil	Colômbia	Chile	México	Argentina	Costa Rica	Portugal	TOTAL
“Corporalidades”	13	7	4	4	3	2	1	34
“Corporalidade” and “travesti”	1	-	-	-	-	-	-	1
“Estética” and “Corporalidade”	3	-	1	-	-	-	-	4
“Estética” and “corporalidades”	-	1	1	-	-	-	-	2

Fonte: Dados sistematizados pela autora

A produção destas informações aponta para a necessidade de: localizar prévia seleção através dos títulos¹⁵ dentre aqueles trabalhos levantados, evidenciando os que poderiam fazer diálogos importantes com os objetivos desta intervenção textual; de identificar seus contextos político e social, que impulsionaram tais objetos de estudos e nos ajudaram a pensar em corpos situados e produzidos, que promoveram saberes.

Quadro 4 – 2ª Etapa: Levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

TERMOS DE BUSCA	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	TOTAL
“Corporalidade travesti”	-	-	-	1	1	2
“Dimensões estéticas” and “corporalidades”	-	-	-	1	1	2

Fonte: Dados sistematizados pela autora

Nota-se que com o descritor “corporalidade travesti”, em aproximação ao “objeto”, foram recuperados dois (2) trabalhos, a saber: 1) “Belíssima: um estudo merleau-pontyano da corporalidade travesti”; tese de 2013, escrita por Edmar Henrique Dairrel Davi, situada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Esta tinha como objetivo compreender os significados e sentidos que as travestis atribuem ao processo de transformação de seu corpo; 2) “Corpos em trânsito, transes e tranças: produções de corporalidades por/com mulheres trans”; dissertação de 2015, escrita por Thaíssa Machado Vasconcelos, situada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Seu objetivo foi problematizar como mulheres trans produzem corporalidades femininas. De modo geral, pude, minimamente, refletir sobre que corpos estão sendo produzidos e visibilizados pelos discursos “científicos” relacionados às travestilidades.

Esta etapa de revisão bibliográfica permitiu, assim, visualizar os investimentos acadêmicos e políticos sobre travestilidades que, em nosso levantamento, são publicados no Brasil a partir do século XXI, nas Ciências Sociais, quando se observa um crescente interesse de pesquisadoras/es por experiências diversas de travestis. Possivelmente, tal produção foi impulsionada pelas intensas e importantes transformações culturais e políticas vivenciadas no país, em um cenário democrático, onde os movimentos sociais ganharam novas forças e visibilidades com espaços de reivindicação popular. Após a abertura política, de forma mais

¹⁵ Dentre os trabalhos encontrados, foram selecionados aqueles que tinham no título, prioritariamente, as palavras travesti(s) e travestilidade(s), ou aqueles que a essas questões de fato fizeram referência direta.

marcante, cidadãos demandaram maior participação no sentido de terem garantidos seus direitos fundamentais e, como grupos sociais, trazendo demandas particulares (JESUS, 2012).

2 IMERSÃO AUTOETNOGRÁFICA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DE UMA PESQUISADORA ORA A INVESTIGAR ORA A SER INVESTIGADA

*“Eu não quero que me digam / o que escrever / Eu posso escavar meus próprios conteúdos /
Eu quero ser levada / a cavar poços profundos / em terras desconhecidas”.*

(KEATING, 2009, p. 23)

Uso de minha memória como Autora Travesti, da experiência do vivido, como uma possibilidade alternativa de descrever as composições estéticas e os códigos de conduta da corporalidade travesti, a partir da experiência com a *pista*. Regressar ao que vivi me surge como uma forma de recuperar, expor em dimensões e trazer à cena os cenários em que imergi com minhas companheiras de fero, de luta e de batalha. Compor analiticamente a experiência vivenciada na “pista” seria, deste modo, um resgate coletivo das relações entre corpo e identidade, como processo de constituição da travestilidade em contextos de prostituição de rua. Tempo e lugar: aproximações sociais e políticas. A distância temporal deste exercício autoetnográfico indica uma imersão-do-vivido ao Universo estudado, aproximação com as sujeitas-de-si, que se apresentam também como escritoras desta intervenção textual, seus-nossos corpos produzem textos, comunicam saberes.

“Autoetnografia” vem do grego: auto (self = “em si mesmo”), ethnos (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e grapho (escrever = “a forma de construção da escrita”) (SANTOS, 2017). Segundo o autor, a palavra nos remete a um fazer específico em sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato (“escrever”) sobre um grupo de pertencimento (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve). Neste caso, a travesti que vos escreve é a nativa, a que se desloca em seu próprio território, constituindo a experiência junto de suas semelhantes. Ao mesmo tempo, é a estranha, na condição de que neste momento não se encontra na “pista”, mas na escrita com e pelas cinco Travestis entrevistadas. Minha escrita é como um ponto de encontro, de revisitação ao Outro-de-si, é um convite sem pressa à celebração do vivido, em tempo-espço próximo, presente, em movimento.

Neste sentido, proponho *travestilizar* o fazer autoetnográfico, trazendo à escrita as dimensões objetivas e subjetivas que compõem a **Cultura Travesti**, assim como Anzaldúa (2000), que parte de sua experiência pessoal para um contexto sociocultural e político coletivo. A cultura e a história chicanas são exploradas e analisadas através da subjetividade da autora, que ao mesmo tempo utiliza o texto para libertar sua identidade e reescrever a

história de toda a comunidade. Além do mais, ao fazê-lo na intersecção de várias comunidades (anglo-americana, mexicana e indígena) e não apenas numa delas, concede um caráter inovador à própria autoetnografia. Outrossim, para decolonizar o conhecimento, faz-se necessário “uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo, de forma a “apresentar uma possibilidade de produção de conhecimento emancipatória alternativa” (KILOMBA, 2010, p. 32).

Em pesquisas com o tema da prostituição (FREITAS, 1985; GASPAR, 1985; PERLONGHER, 2008; SILVA, 1993), realizadas entre os anos de 1980 e 2000, eram comuns que as primeiras inserções em campo se dessem pela pesquisadora andando pelos locais a esmo (BARRETO, 2015), contatos diretos com algum local de prostituição ou se passando por garota de programa ou cliente. Neste sentido, este entrelugar que ocupo, à luz da experiência com o exercício da prostituição é que intervenho. Destarte, a autoetnografia é uma “estratégia experiencial” que inscreve saberes em constru(a)ção e se configura em “uma possibilidade de incorporar minha voz e realizar uma leitura atenta de vozes múltiplas” (ibid.), e de “enriquecer e adicionar credibilidade à pesquisa [...] de uma população marginalizada e bastante específica” (SMITH, 2005 apud VERGUEIRO, 2015, p. 28). Acredito que esta autoetnografia travesti também constitui memória coletiva, quando proponho escrever **com** as minhas “interlocutoras” e não sobre elas, aliás, coloquei-me nesta constru(a)ção de saberes como coautora, como “escrevvente” de saberes nativos, ao compreender que “o significado e valor de minha/nossa escrita são medidos pelo quanto eu me arrisco/nós nos arriscamos e por quanta nudez eu alcanço/nós alcançamos” (ANZALDÚA, 1983, p. 172, **grifo meu**).

2.1 POR UMA “AUTOETNOGRAFIA TRAVESTI”: NA PISTA, NA ESQUINA, NO ATRAQUE DA PESQUISA

A "autoetnografia travesti" inicia-se a partir de minha imersão no campo da pesquisa: a “pista”. A “pista” é o que conhecemos por esquinas, lugar onde a luz dos postes ilumina nossos corpos e buscamos a venda do sexo. É preciso, para além de imergir, fazer parte deste espaço-lugar, mais que ambientar-se, fazer parte do próprio ambiente; ser dona das calçadas, placas, postes e marquises que nos sustentam, que nos possibilitam a transformação dos nossos corpos, a materialização do nosso gênero e a constituição da nossa identidade. Minha pesquisa não se realizaria, nem faria sentido, se eu não escrevesse [a história] junto a elas [as travestis prostitutas], tampouco se não pertencesse a este (não-)lugar marginal, habitado por nós travestis, que se prostituem ou que já tiveram experiências com a prostituição. O processo

interventivo de aproximação e interação com as travestis, como parte da ambientação, da relação pesquisadora-sujeita, não seria o suficiente.

Pesquisar a prostituição de rua como o lugar que constitui uma estética de corporalidade travesti é uma tarefa que não pode ser delimitada a uma única área de estudos. O tema aqui proposto envolve discussões que abarcam os estudos feministas e de gênero – as relações de gênero –, os movimentos sociais e novos movimentos – sua constituição –, os processos epistemológicos – a forma de se fazer pesquisa e produzir o conhecimento –, dentre outras. Outrossim, optar por uma ou outra área do conhecimento seria um grande equívoco, que fragmentaria o objeto e não permitiria sua apreensão. Visei dar conta da complexidade desta realidade, não a fragmentando e ocultando parte dela, mas enfrentando a desordem e a incerteza, e produzindo um conhecimento que seja a um só tempo forma de tradução, de reconstrução e que se saiba local, situado em determinado tempo e momento (MORIN, 1996), expressando os saberes e culturas das sujeitas entrevistadas.

Neste contexto, observo que os saberes são constantemente construídos, questionados e apropriados de formas diversas. Pesquisadoras, militantes, prostitutas, cada uma possui seus saberes e influencia os das demais, bem como suas formas de ação. É frequente, em casos de populações em situações de subalternidade (classes populares, submetidas a modos específicos de exclusão do mercado, sem representação política e legal ou possibilidade de se tornar membros do estrato social dominante), que os discursos sejam construídos para elas e não com ou por elas. Como forma de impedir que vozes subalternizadas sejam silenciadas, é fundamental que se construa coletivamente e de forma simétrica o conhecimento, bem como compreender que tanto os nossos saberes, quanto os delas, são parciais e localizados. Cabe à pesquisadora articulá-los em redes e unir as sujeitas às demais, permitindo uma visão conjunta e conexões parciais que possibilitem a objetividade advinda de uma racionalidade posicionada (HARAWAY, 1995 apud BARRETO, 2015). Assim, não se parte de uma verdade absoluta, científica e “neutra”, mas de um conhecimento que é falível e verdades que são aproximadas e provisórias (OLIVEIRA, 2008).

Se, por um lado, é preciso refletir sobre a posição das travestis que se prostituem, é essencial pensar sobre nossas condições como produtoras de saberes considerados legítimos, ainda que a Autora seja a própria Estranha nativa. Buscamos, em conduta informada pela reflexividade, compreender as dinâmicas que operam nos espaços de interação, os nossos pensamentos e posturas, bem como seus efeitos sobre a pesquisa. Reconheçamos nesta a oportunidade de potencializar as sujeitas, que se tornam conscientes do saber e das possibilidades de intermediá-lo, compartilhando a responsabilidade pela mudança social

(NEVES; NOGUEIRA, 2005). A reflexividade deve abarcar: a identificação dos exercícios e das relações de poder com seus efeitos sobre a pesquisa; a análise da teoria do poder; os julgamentos éticos que interferem nos valores e interesses políticos da pesquisa; a responsabilidade pelo que é produzido (RAMAZANOGLU; HOLLAND, 2002), em uma perspectiva interdisciplinar.

A interdisciplinaridade se coloca como vínculo, não entre, mas com saberes, gerando reformulação do saber, do ser e do fazer, de modo que as dificuldades para colocá-la em prática serão minimizadas pela práxis, unindo humildade e partilha de esforços e resultados (COIMBRA, 2000). Objetivei produzir uma pesquisa cuja interdisciplinaridade não se limitasse a aspectos teóricos, mas também metodológicos e epistemológicos, relacionando constantemente produção do saber e militância (BARRETO, 2015).

Esta intervenção-textual é de caráter qualitativo, com trabalho de campo (MINAYO, 2002). Contou, ainda, com levantamento bibliográfico e análise documental do documentário: 1) *Casa da Bartô: Aplicação de silicone industrial em travestis* (1987), disponível na plataforma digital do *YouTube*. Entendo que os conteúdos do documentário trazem elementos, composições e dimensões, em contrastes minuciosos, sobre as transformações corporais de travestis que exercem a prostituição. Destarte, meu intuito é descrever alguns trechos destes *docs*¹⁶, em caráter introdutório, para tecer, por meio de análise, conexões com a “pista”, as interlocutoras (sujeitas de si e co-autoras) e as dimensões estéticas e os códigos de conduta da corporalidade travesti.

O procedimento para elaboração da pesquisa seguiu a metodologia proposta por Lakatos & Marconi (1991) e, portanto, pautou-se nas seguintes etapas: identificação (levantamento bibliográfico, através da consulta a fontes primárias¹⁷ e terciárias¹⁸); localização e compilação (fichamentos); elaboração do Plano de Trabalho (estrutura da abordagem); análise e interpretação; fichamentos (informações pertinentes para o objetivo da pesquisa); redação. A seleção das interlocutoras que participaram do estudo considerou: as sujeitas que possuam experiência e vivência relacionadas à temática deste estudo, no caso, travestis na prostituição, em contextos de rua.

¹⁶ Abreviação utilizada para documentários.

¹⁷ As fontes primárias compreendem as obras ou textos originais que contém material inédito sobre determinado assunto. Este tipo de obra costuma dar origem a outras, ampliando a literatura a respeito do assunto. Em suma, compreendem obras que ainda não foram analisadas ou interpretadas constituindo subsídio de pesquisas documentais (ANDRADE, 2001).

¹⁸ As fontes terciárias têm como função auxiliar na localização dos documentos primários e secundários (CUNHA, 2001).

2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Dedico-me à pesquisa empírica, por acreditar na potencialidade deste meio de conhecimento das relações sociais, produzida via faculdades de espírito, como o olhar, o ouvir e o escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000). Esta nos aproxima da realidade em questão, considerando que, o fato de pertencer a uma mesma sociedade, não assegura nosso conhecimento em relação a essa realidade, uma vez que nossas concepções são frequentemente fundadas em estereótipos que dificultam a reflexão e relativização, mascarando a diversidade de significados e interpretações (VELHO, 1978).

O trabalho de inspirações autoetnográficas e de manifesto por uma “autoetnografia travesti” tem seu início desde os meus primeiros contatos com o campo (a *pista*), como prostituta. À época, em 2015, era impensável me apropriar deste entrelugar para desenvolver pesquisas. Com o tempo, percebi-me imersa às discussões sobre trabalho sexual, (puta)feminismo, relações laborais, onde, tomada pela necessidade de aprofundar o debate de um ponto de vista acadêmico, envolvi-me com mais afinco nas atividades que traziam a temática como questão central e emergente; movida, também, pela ausência das travestis neste campo de ativismos. Algo me intrigava, eu transitava pelos territórios da prostituição, ouvia minhas colegas falando sobre a atividade como parte das relações de trabalho e não as encontrava nos principais fóruns de discussões e ativismos. Neste sentido, esta é uma pesquisa que se compõe em tempos distintos e longos, realizada em diferentes espaços e com objetivos diversos, mas com objetos que se interconectam (PISCITELLI, 2013), sendo sua autora ora sujeita investigada, ora sujeita A investigar.

Os olhares aos diálogos em campo foram se desenvolvendo a partir da tentativa de estreitar laços com as travestis, inicialmente minhas colegas de *pista*. A aproximação entre nós não é uma tarefa fácil, por se tratar de um ambiente que se retroalimenta em dinâmicas de competição e conflitos. O tempo todo vemos umas às outras como Estranhas, por isto, a seleção de algumas entrevistadas formais teve como critério a atuação destas em movimentos sociais organizados, como é o caso de Marilu da ONG SOMOS e de Ana Paula Barreto (Pocotó) da Associação de Travestis e Transexuais de Balneário Camboriú, filiada à ANTRA, tornaram-se importantes colaboradoras de pesquisa. A aproximação por meio de coletivos propicia, ainda, formação de vínculos, que permitem um trabalho mais aprofundado e comprometido socialmente com os interesses da população estudada e com a transformação social (BOCK, 2003; BOCK et al., 2007). Minha aproximação com Pérola Negra e Paty

Estrela se deu por meio das relações com a *pista*, respectivamente em Balneário Camboriú e Tubarão; e com a Laura Brazil por meio da UFSC.

Entendo que a possibilidade de trocas dialógicas, afetivas e do meu lugar de travesti prostituta, porém universitária, com as sujeitas entrevistadas, me permitiu “escapar” dos possíveis conflitos que poderiam interferir no conteúdo das narrativas. As escolhas metodológicas foram de acordo com os interesses e objetivos da pesquisa, não havendo, necessariamente, um engessamento ao modelo.

A narrativa oral (ROCHA-COUTINHO, 2004) como método foi uma escolha política, permitindo que a sujeita interlocutora seja atuante nos processos de produção do conhecimento, concebendo saberes e práticas em conjunto, manifestando-se na escrita, mais do que um “objeto” a ser observado. Por meio das narrativas há uma construção anárquica, constituída de rebeldia coletiva, fundamental à decolonização dos saberes. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, possibilitando à interlocutora relatar os fatos de sua vida com mais fluidez e valorizar seu contexto de vida. Preferi, quando foi possível, coletar os dados em seus ambientes, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com cinco travestis em exercício da prostituição, apenas Laura Brazil era a única que não exercia a prostituição naquele momento. Todas essas condições foram igualmente relevantes para o próprio corpo da pesquisa, optando pela etnografia para dar significado às experiências pessoais e/ou coletivas.

As entrevistas contaram com uma estrutura de perguntas organizadas em 3 seções: (1) Dados de identificação, onde foram abordados aspectos gerais, tais como, idade, raça-etnia, identidade de gênero, escolaridade, situação conjugal, naturalidade, local de moradia, etc.; (2) Corpos e Condutas Travestis, onde foram abordados os momentos em que se descobriram e se assumiram travestis, as pessoas centrais para a construção de suas identidades/corporalidades, o acesso aos recursos necessários para a construção da Travestilidade, as características necessárias para se ter um corpo “ideal” de travesti e a relação entre corpo e pista; e, por fim, (3) Trajetórias na prostituição, idade em que fez o primeiro programa, motivações que a levaram à pista, locais onde trabalhou, tempo de pista, relação com as colegas de trabalho e clientes, exigências que a pista faz em relação à estética corporal, códigos e linguagens e visão sobre a prostituição de rua.

As entrevistas foram gravadas, sendo nominadas no texto conforme indicação das participantes, assegurando sigilo às informações por elas solicitadas. Tanto os diálogos gravados quanto os textos transcritos e utilizados na pesquisa foram previamente autorizados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado por todas as

envolvidas. Também foi entregue às participantes um Termo de autorização do uso da imagem e voz, que acompanhou o TCLE, para posterior utilização das filmagens no documentário que se pretende produzir.

Além da fala, outros aspectos foram analisados: pertencimento racial (a identificação e associação com a mesma); a postura; o silêncio; o choro; a exaltação; a recusa diante de algumas perguntas; as contradições no discurso. Os aspectos gerais e específicos identificados foram utilizados, igualmente, para compreender os processos de construção identitária das travestis e, principalmente, a Sexualidade como Trabalho determinante para os recursos necessários à materialização da Travestilidade. Apesar de não se conhecerem, as entrevistadas se aproximam a partir de um discurso geral com a presença de um histórico de violências e limitadas oportunidades de trabalho. Este foi um dado recorrente entre elas, sugerindo que se estende às travestis que exercem a prostituição de rua. Ademais, a questão de gênero foi central na pesquisa e se intersecciona com outros marcadores sociais.

Com exceção da entrevista de Marilu, realizada via *WhatsApp*, devido à impossibilidade de voltar à Araras/SP em tempo hábil, podendo comprometer os prazos finais de entrega da dissertação, optei por fazer a entrevista formal via aplicativo de conversas. Ressalto que alguns registros acerca da história de vida de Marilu foram realizados no 2º semestre de 2017, quando iniciei minhas idas ao campo no interior de São Paulo. Este período me possibilitou conhecer outras realidades de um mesmo Universo, auxiliando, inclusive, no processo de escrita e de análise, à medida em que as experiências de lá e de cá se entrecruzavam.

Os depoimentos foram organizados segundo o método de interpretação de sentidos, fundamentados na hermenêutica-dialética (GOMES et al, 2005). O processo de transcrição, após a escuta preliminar, ocorreu da seguinte forma: escrita com transcrição sequencial e temática das entrevistas. Sequencial, visto que segui a ordem dos acontecimentos da forma como foram relatados. Temática, visto que transcrevi apenas os conteúdos diretamente relacionados ao tema da pesquisa.

Observei ambientes de prostituição, mas, também, outros locais pelos quais circulam as travestis, como seus espaços de lazer e de militância. Esta observação foi em alguns momentos sistemática, na forma de observação participante, e em outras livre. A imersão em campo, assim como minha condição de sujeita cognoscível (SALGADO, 2008), uma vez que também ocupo esses espaços e deles faço parte, possibilitam que conheça não os fenômenos isolados, mas a totalidade do contexto e os significados que perpassam este, bem como as formas típicas de pensar e agir (DURHAM, 1978).

Importante destacar que a aproximação se deu de “nativa” para “nativa”, o distanciamento que ocorre neste processo de imersão, ao qual me coloco em evidência, é o que me conduz a deslocamentos de migração. Percebam que sou a “nativa”/sujeita cognoscível quando demonstro ter códigos de conduta comuns às travestis prostitutas, que correspondem a uma estética corporal e de linguagem peculiar às dinâmicas de prostituição de rua e, por outro lado, em contextos de migração, posso ser a “Estranha”/sujeita cognoscente, aquela que invade territórios, sendo vista como “ameaça”.

Nas idas a campo, procurei, também, seguir as etapas do processo de observação participante: 1) aproximação e inserção ao grupo social estudado; 2) visão de conjunto da comunidade objeto de estudo. Essa etapa pode ser operacionalizada com o auxílio de alguns elementos, como o estudo de documentos oficiais, reconstituição da história do grupo e do local, observação da vida cotidiana; 3) sistematização e organização dos dados.

Os registros em diário não seguiram uma ordem cronológica preestabelecida. Alguns estão organizados por ordem dos eventos de âmbito regional e nacional dos quais participei: “Red-mencionando o Feminino”, que ocorreu em novembro de 2016, na cidade de Florianópolis/SC; III Workshop Nacional da Rede Trans Brasil, de 15 a 18 de dezembro de 2017, realizado em Curitiba (PR); II Encontro Nacional de Redes Formadas por Travestis, Transexuais e Transgêneros, de 19 a 21 de abril de 2018, em Campo Grande (MS). Em tais cenários, pude me dedicar a observar as “sociabilidades noturnas” pós-evento.

Em seus quartos, o descanso de um dia corrido de participação nas mesas de discussões dava lugar a um ensaio, cheio de incentivos ao convite das ruas. Em cada um desses eventos, atentei-me à conduta das travestis que, ao anoitecer, buscavam conhecer os pontos (áreas) de prostituição das respectivas cidades. Foi e será escrito ao final do contato um texto etnográfico, com base nas observações devidamente organizadas, como meio de produção de conhecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), considerando que a (auto)etnografia abrange não só a descrição, mas a interpretação dos dados a partir de um contexto mais amplo, buscando realizar a descrição densa (GEERTZ, 1989).

A escrita é fundamental, ainda, para reescrever histórias mal contadas, produzindo mudanças, permitindo-nos a um só tempo adentrar em mistérios, nos distanciar e também sobreviver. Barreto (2015), recorrendo ao pensamento de Anzaldúa (2000), discorre sobre a importância da construção de textos nos quais as sujeitas se colocam, se expõem e se revelam, alcançando as pessoas com uma escrita carregada de sangue, pus e suor.

3 VERTENTES TEÓRICAS E INTERVENTIVAS DA PROSTITUIÇÃO

Ao abordar a prostituição, recorro à literatura que discute seus processos políticos, sociais e jurídicos, demarcados temporalmente e sistematizados como “modelos”. Esse não é um debate que traz as particularidades da prostituição travesti, mas que me ajuda a pensá-la, ainda que possa incorrer em associações pouco aprofundadas. Destaco que a produção de conhecimento sobre a prostituição é impulsionado pela visibilidade do movimento de mulheres prostitutas, que defende a sexualidade como trabalho, sendo este modelo apresentado no transcorrer da Seção como laboral. Chamo, igualmente, a atenção para as tensões referentes à compreensão da prostituição como parte das relações de trabalho, uma vez que há críticas apontadas por segmentos feministas que a definem como opressão, embora esta não seja a posição das travestis entrevistadas. Na Literatura, os modelos de prostituição, majoritariamente exercida por mulheres, são identificados como: (1) Proibicionista/Abolicionista; (2) Regulamentarista; (3) Laboral.

3.1 PROIBICIONISTA/ABOLICIONISTA

No modelo proibicionista, a prostituta é associada à delinquência e, por isso, é penalizada, assim como as demais pessoas que atuam no meio. Localizam-se, nesta vertente, concepções que fundamentam práticas que têm o intuito de “proibir” e/ou “criminalizar” a prostituição. São adotadas posturas e ações a fim de extinguir a atividade, vista como reduto de violência, submissão feminina, exploração e crime contra as mulheres, no caso contra as travestis.

O modelo proibicionista vê a prostituição como um grave atentado contra os direitos humanos, uma clara manifestação da violência contra as mulheres e um símbolo inequívoco de exploração sexual. Deve-se, então, proibir e sancionar a venda e a compra de serviços sexuais. Não há distinção entre prostituição voluntária ou forçada; entre prostitutas e prostituidores (NUCCI, 2014, p. 69).

Este modelo é adotado em países como Estados Unidos, China, Malta, Eslovênia e outros países do leste europeu (TAVARES, 2010, p. 3). Na prática, apesar da pressão estatal em relação à prostituição nos países que seguem este “sistema de repressão”, não há evidências de que a atividade deixou de existir nestes locais, sendo certo, todavia, que houve o favorecimento da clandestinidade e do trabalho precário.

É importante destacar que a discussão sobre este modelo causa uma série de tensionamentos no interior dos movimentos feministas. Para os movimentos

antiproibicionistas, “proibir” e/ou “criminalizar” a prática da prostituição implica na criminalização de mulheres pobres, gerando, conseqüentemente, um fortalecimento do sistema penal.

Segundo Barreto (2015), no modelo abolicionista, a prostituta é tomada como aquela que precisa de ajuda, vítima que necessita ser libertada de práticas regulamentaristas, sendo que cafetões/cafetinas e agenciadoras/es precisam ser penalizados. As defensoras deste sistema endossam um discurso salvacionista. A atividade não é considerada criminosa (como ocorre com o modelo proibicionista), passando-se a penalizar, apenas, o agenciador da prostituição.

As abolicionistas acreditam que a indústria do mercado sexual e suas expressões em atividades pontuais, como pornografia e prostituição, afeta a segurança de todas as mulheres, ao legitimar a objetificação feminina e propagar a exploração sexual e a violência contra crianças e mulheres (WHISNAT; STARK, 2004). Nesse sentido, a legalização da prostituição favoreceria a expansão da indústria pornográfica e do tráfico de pessoas (JEFFREYS, 2008). Importante ressaltar que o ativismo abolicionista, algumas vezes, de forma proposital, equipara o exercício da prostituição à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O abolicionismo contemporâneo trata a prostituição como violência sexista, fio condutor do patriarcado, da estratificação social e das violências sexuais sofridas pelas mulheres durante a infância (PISCITELLI, 2012). Este modelo surge a partir de forte influência do movimento feminista antiprostituição, que parte do pressuposto de que a prostituição é um dos pilares do patriarcado, assim, sendo responsável, também, pela desigualdade de gênero. Em contrapartida, alguns indicadores apontam que a clandestinidade aumentou, acarretando conseqüências graves para a vida das mulheres e travestis que exercem a prostituição (TAVARES, 2010).

A Suécia e a França adotaram um novo modelo abolicionista, chamado também de “modelo nórdico”, que busca criminalizar o cliente, ao invés da prostituta. No Brasil, a legislação nacional entende como legal a prostituição, mas ilegais os exercícios laborais vinculados à prática de venda do sexo e, também, ao *rufianismo* [cafetinagem] (BRASIL, 2002). O abolicionismo fundamenta-se na visão da prostituta como vítima, que deve ser libertada e conscientizada da opressão a que está submetida, com a conseqüente criminalização dos/as agenciadores e cafetões/cafetinas (BARRETO, 2015).

3.2 REGULAMENTARISTA

O modelo regulamentarista, para Barreto (2015) toma a prostituição como um mal social, sendo impossível de ser erradicado, embora precise ser controlado para assegurar a proteção da sociedade, sua moral, a decência e a saúde. Localizam-se, nesta vertente, visões que se associam à noção de que a prostituição é um trabalho, devendo ser reconhecida como atividade laboral, constituída de direitos trabalhistas e condições dignas de exercício profissional.

Na Alemanha e Holanda, a prostituição é uma atividade profissional reconhecida, que garante direitos sociais, civis e trabalhistas às/aos profissionais do sexo. Partindo desta lógica, reconhecer a prostituição como trabalho sexual e reprodutivo, assim como o trabalho realizado pela dona de casa, seria uma forma de questionar o próprio sistema capitalista (MARTEUIL, 2014).

No debate sobre prostituição, há dois paradigmas que se contrapõem: (1) “paradigma do empoderamento” (que seria o laboral) e o (2) “paradigma da opressão” (abolicionista). Em meio aos extremos, há um terceiro, que seria o “paradigma polimorfo”, compreendendo tanto as questões de empoderamento quanto as de opressão presentes no exercício da prostituição. (WEITZER, 2012). Corroborando com a perspectiva do “empoderamento”, Prada (2018) faz um paralelo com os programas sociais e as ações afirmativas destinados às mulheres, mantenedoras de suas famílias, apontando que, de algum modo, esses benefícios empoderam-nas “ao transferir a elas a responsabilidade pelas decisões sobre a administração financeira dos lares” (PRADA, 2018, p. 63); o que, no caso da prostituição, o dinheiro ganho com a atividade não teria o mesmo peso. Para Juliano (2014), o estigma acerca da prostituição é mais danoso que a própria prostituição.

No Brasil, o deputado Jean Wylis (PSOL-RJ) apresentou um projeto de lei, sob o nº 4211/12, que trata da regulamentação da prostituição. Nos idos de 2013, logo após a morte de Gabriela Leite, o setorial de mulheres da Central Única de Trabalhadores (CUT) emitiu nota posicionando-se contra a regulamentação da prostituição. Em resposta a esse posicionamento é fundada, no ano de 2015, a Central Única de Trabalhadores/as Sexuais (CUTS), que reúne diversas lideranças que atuam nas associações de prostitutas de todo o país.

O Brasil adotou algumas práticas regulamentaristas, com forte intervenção do Estado, incluindo a restrição da atividade em áreas específicas, como ocorreu na Região da Rua dos Guaicurus, em Belo Horizonte/MG, e na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro/RJ (SIMÕES, 2010). É importante destacar que, em muitas cidades, ainda, os aparatos policiais são acionados para efetuar a retirada das mulheres e travestis dos pontos de prostituição, com a finalidade de “gentrificar” os espaços públicos, onde se exerce a prostituição. Nesse sentido,

busca-se controlar a atividade, sem a efetivação de políticas públicas, mantendo-a como mal necessário (RODRIGUES, 2004).

3.3 LABORAL

O modelo laboral, ainda, segundo Barreto (2015), apresenta como característica marcante o fato de a prostituição ser compreendida como trabalho, que deve ser regulamentado por legislação laboral e civil comuns, logo, não há a intenção por parte do Estado de controlá-la e suprimi-la. Neste, a prostituta, mulher e/ou travesti, é reconhecida como trabalhadora. As articulações teóricas e interventivas que reconhecem a prostituta como trabalhadora foram influenciadas pelo *Movimento Organizado de Prostitutas*, por meio de suas associações e lideranças, que entendem ser de suma importância aprofundar o debate em torno da prostituição como parte das relações de trabalho.

O estigma e o isolamento assumem papéis centrais no que refere-se às explorações (sexual/laboral), ocasionando, fundamentalmente, a luta por melhores condições de trabalho (OSBORNE, 2002). Para Despentes (2016), o “problema” da prostituição é como o “problema” das drogas, uma vez tendo exercido a atividade, a prostituta não consegue abandoná-la, pois se acostuma a ganhar dinheiro de modo rápido. Inclusive, corroborando com este pensamento, é muito comum encontrar nas narrativas das prostitutas, em especial das travestis entrevistadas, afirmações como “prostituição é um vício”. Neste sentido, Prada (2018, p. 50) discorre: “Eu acredito que nosso vício mesmo, nós que exercemos esse trabalho de modo rotineiro, é em pagar nossas contas e sustentar nossas famílias, de preferência com algum conforto”.

Barreto (2015) destaca que o dossiê especial “*Sex Workers Organising*”, do ICTUR (*International Centre for Trade Union Rights*), assegura uma análise baseada em direitos trabalhistas, sendo tal entendimento de extrema importância para o exercício da prostituição, pois prioriza os interesses das prostitutas (ICTUR, 2005). De todo modo, a atividade nos dias de hoje é exercida por um número considerável de mulheres e travestis. Estima-se que entre 40 e 42 milhões de pessoas exercem a prostituição no mundo (FUNDAÇÃO SCELLES, 2012).

A distinção entre trabalho voluntário e forçado implica na negação de direitos humanos das prostitutas (DOEZEMA, 1998). A lei brasileira estabelece que o trabalho sexual não pode ser exercido por menores de 18 anos ou por maiores de idade que estejam sob coerção ou ameaça. Quando não nos reconhecem como trabalhadoras, de fato, é como se nos

colocassem à margem da sociedade e destituíssem-nos de valor, visto que vivemos em uma sociedade em que a condição de trabalhadora é o que determina a valorização das sujeitas (JULIANO, 2004).

Esta visão é perpassada pela noção de que é uma opção mais flexível, mais bem remunerada e com jornada de trabalho mais curta do que outras atividades, gerando lucros para as profissionais, sua família e demais envolvidas (LIM, 2004). Perceber o trabalho sexual como passível de exploração, como qualquer ocupação, pode implicar em bases para a mobilização e lutas por melhores condições de trabalho, direitos e benefícios, bem como para a resistência à opressão, permitindo o surgimento de estratégias para a busca por mudanças (KEMPADOO, 1998). Uma das lutas do movimento de prostitutas é por dissociar estigma e prostituição ao enfatizar a valorização da identidade profissional.

A prostituição, há muito tempo, tem se tornado uma possibilidade de escolha para mulheres e travestis, não no seu sentido absoluto, ainda que algumas o façam, mas uma escolha relativa dentre trabalhos precários, compreendendo que esta escolha é influenciada por limites históricos e sociais, como o gênero (JULIANO, 2004). É mister pensarmos nas categorias supracitadas e outras como classe e geração a partir de uma perspectiva interseccional, sem hierarquizá-las (PISCITELLI, 2008b).

4 DO “TRAVESTISMO” À TRAVESTILIDADE: CONCEITUAÇÕES E MODOS DE SER

Lembro-me, como se fosse hoje, das minhas primeiras incursões aos conceitos que me davam sentidos de pertencimento. Eu estava passando por um momento de transição escolar e levada comigo algumas incertezas na mochila; mudei de uma escola, onde estudei da 1ª à 8ª série, para uma escola nova, desconhecida. Aos 15 anos, na 1ª série do 2º grau (Ensino Médio), na disciplina de Sociologia, a professora nos pediu para fazer um trabalho com tema livre. Naquela época, eu já sentia a necessidade de escrever sobre mim, sobre tantas como eu, tornando visível minha existência e tudo o que representava socialmente. Era angustiante demais guardar para si o peso de Ser às escondidas, à espera da aprovação de alguém, de um sinal de acolhimento. Precisava me expressar e esse trabalho de escola foi uma das primeiras oportunidades de materializar, por meio da linguagem, o exercício da diferença.

A verdade é que, teoricamente, eu sabia muito pouco sobre os significados formais de conteúdo LGBT – orientação sexual e identidade de gênero. Meu primeiro manual informativo foi a *Enciclopédia Barsa*. E, no meu entendimento, à época, aqueles conceitos: “homossexualismo”, “travestismo”, “transexualismo”, eram o que tinha de mais avançado na Ciência. Desta fonte de informação, elaborei meu primeiro trabalho escolar sobre “Gênero e Sexualidades”, que tinha o intuito de apresentar a descrição de cada letra da sigla LGBT.

Ao ingressar na Universidade, meu primeiro contato com a Literatura sobre travestilidades e suas subjetividades foi por meio do *Estudos de Gênero e Feminismos*. A partir deste acesso, encontrei uma miríade de trabalhos que buscavam refletir sobre a experiência travesti. No campo da produção de conhecimento acadêmico, estes trabalhos, em sua maioria, refletiam, à época, e ainda refletem cinco anos depois, a experiência travesti em contextos de prostituição. Considero importante falarmos em temporalidade ao discutirmos a identidade travesti. Reportar-se ao tempo significa compreender os aspectos histórico, sociais e culturais da identidade em questão.

Em 2012, portanto há seis anos, a primeira travesti brasileira, Luma Nogueira de Andrade, defendia sua tese de doutorado, “*Travestis na escola: resistências e assujeitamentos à ordem normativa*”, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Fortaleza. Seu trabalho buscou desvendar as resistências e assujeitamentos das jovens travestis na escola. Recentemente, no ano de 2017, Megg Rayara Gomes de Oliveira também defendia sua tese, intitulada “*O diabo em forma de gente: (r)existências gays afeminadas, viados e bichas pretas na educação*”, pelo Programa de Pós-Graduação em

Educação da Universidade Federal do Paraná. Na tese, analisou as experiências de gays afeminados, viados e bichas na escola. Duas teses defendidas por travestis, dedicadas a pensar a escola como espaço de resistência para as identidades dissidentes. Os trabalhos supracitados trazem contribuições fundamentais aos *Estudos Trans* e Travestis*, embora acredite ser um pouco arriscado dissociar a experiência travesti dos contextos de prostituição, uma vez que 90% da nossa população ainda permanece no exercício da prostituição, segundo da Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA), de 2018. Quantas de nós, em contextos educacionais, ainda conciliamos os estudos com a prostituição?

Em uma linha histórica, a identidade travesti se constitui estabelecendo forte ligação com a estética da corporalidade, desde a *montação* para as festividades carnavalescas e seus bailes nas décadas de 1950/1960, até a ocupação da Rua na década de 1970, época em que as travestis, condicionadas às especificidades da prostituição de rua, interviam cirurgicamente em seus corpos, inicialmente com o uso de silicone industrial líquido. Tanto os bailes de carnaval quanto a prostituição de rua produziram corporalidades travestis, em períodos históricos de ostensiva repressão e criminalização das travestis como sujeitas desviantes.

Partindo desta perspectiva, orientada pela Literatura sobre travestilidades do passado e do tempo presente, penso que o fenômeno das travestis em contextos de prostituição – campo do conhecimento estruturado em estudos consagrados sobre gênero e sexualidade – perpassa novas dinâmicas e sociabilidades, oriundas da contemporaneidade, como é o caso da *sexualidade como trabalho* e seus desdobramentos à estética da corporalidade. Nesse sentido, pensar as travestis em contextos de prostituição implica em compreender processos de constituição de si, para além da relação estritamente laboral, considerando, também, que há um horizonte de significações, simbolismos e saberes quando nos propomos ao pensamento crítico.

A origem da terminologia “travesti” data de 1910, ano de publicação do livro *Die Transvestiten*, um dos mais importantes e completos estudos acadêmicos sobre sexualidade e vestimentas, escrito por Magnus Hirschfeld. Naquela época, com base na perspectiva médica da sexologia, os termos “travesti” e “travestismo” se referiam ao impulso para o uso de vestimentas do sexo oposto ao assignado no nascimento (LEITE JUNIOR, 2008 *apud* DUQUE, 2011). A terminologia “travestismo”, no final do século XIX e início do século XX, nos revela que, independentemente do que ser masculino ou feminino possa significar para o período, o importante é que fossem representados e atualizados em conformidades com os sexos considerados correspondentes: homens com masculinidade e mulheres com

feminilidade, sendo considerado um “desvio” qualquer outra possibilidade de existência (LEITE JUNIOR, 2008).

Em 2005, adotou-se a terminologia “travestilidade” como forma de abolir o que se chamava de “travestismo”, assim, distanciando-se dos determinismo patologizantes que há muito tempo perseguiram as travestis. Destarte, os ativismos e a academia passam a dialogar sobre a importância de pautar a substituição da terminologia, incorporando a “travestilidade” aos estudos brasileiros (AMARAL et all, 2014). O termo travestilidade, proposto por Peres (2005), passa a ser utilizado em vários outros trabalhos (PELÚCIO, 2007; LEITE JUNIOR, 2008, NOGUEIRA, 2009), a fim de dar conta da heterogeneidade das experiências e vivências das travestis. Ou ainda, usos do termo no plural: travestilidades (DUQUE, 2009), a fim de enfatizar uma nomeação que não se faz homogênea, havendo inúmeras tensões internas.

A travestilidade não é uma identidade que se fecha em uma produção de significados do binômio homem-mulher, quando a sujeita se enuncia travesti se coloca na materialidade de um corpo com características femininas, mas, não se posiciona como mulher, é travesti. A travestilidade não existe como dado natural e estratificado, é performance (PELÚCIO, 2008; BENEDETTI, 2005).

A terminologia “travesti” se popularizou no Brasil na década de 1960, devido ao fenômeno do “travestismo” ou do “travestir-se” (TREVISAN, 2004). O auge deste fenômeno ocorreu neste período devido à relação estreita entre aqueles que se entendiam por travestis e o *showbusiness* (DAVI, 2013). Este processo de popularização iniciou-se na década anterior (1950), à época a classe empresarial percebeu na arte dos corpos dissidentes, à luz das performatividades exageradas, o quanto poderia “lucrar” com o entretenimento homossexual nos bailes à fantasia. Para Green (2000), esse fenômeno incentivou o aparecimento de travestis. Importante nos atentarmos a esse momento da história, período em que ocorreu uma forte “capitalização” da travestilidade nos bailes de carnaval. Ainda que os autores da época tenham se dedicado a caracterizar esse fenômeno como “travestismo”, entendo esse vir-a-ser como uma dimensão estética da travestilidade: a montagem.

Os bailes de carnaval eram famosos pela presença de homossexuais e, por isso mesmo, noticiados vastamente pela imprensa (GREEN, 2000), promovendo audiência e notoriedade, pelo menos naquele momento, aos participantes. Percebam que há uma linha tênue entre a homossexualidade e o que, à época, chamava-se de “travestismo”, em um primeiro momento parece que a única distinção possível entre esses modos de ser e estar é o vestuário, o ato de vestir-se, situar-se em outro gênero, alheio ao seu. A verdade é que isto não fica bem definido

na Literatura supracitada. É preciso pensar a travestilidade dos anos 1950/1960 para além de uma suposta apropriação de vestuário, é preciso que entendamos o conjunto de signos e linguagens que compuseram a identidade travesti neste período. A travestilidade desta época perpassou pelos mesmos dilemas identitários que são comuns à atualidade. O “travestismo”, ainda que com todas as suas problemáticas, antecedeu a Travestilidade e produziu corporalidades travestis à luz da verdade, legitimadas pelo ato de vestir-se, de (des)construir-se por meio de um gênero situado.

À época, as travestis, embora tratadas no masculino, começaram a ocupar os palcos do teatro, em produções esplendorosas, após terem suas primeiras aparições nos bailes de carnaval (GREEN, 2000). Nesse sentido, o *glamour* aparece como uma dimensão estética da travestilidade e permanece até os dias de hoje. Pensar a inserção das travestis na sociedade implica também em pensar nos lugares de afirmação desta identidade. O teatro, assim como a *pista*, a ocupação da Rua e seus contextos de prostituição obtiveram uma centralidade primordial à expressão dos modos de ser e estar travesti, inclusive como veículos de resistência, visto que à época, o “travestismo” em público era visto como uma violação do código penal, deste modo, as festividades carnavalescas e seus bailes de máscara simbolizavam um caminho à transgressão dos costumes e da ordem normativa e suas convenções, como nos aponta Green (2000).

A identidade travesti que se desenvolveu nas grandes cidades brasileiras, a partir da década de 1970, diferencia-se expressivamente daquela relativa à década anterior, quando o termo “travesti” se referia principalmente às transformistas que participavam de shows que se disseminaram pelo país (GREEN, 2000). Tal diferença está relacionada à entrada das travestis no universo da prostituição e a conseqüente ocupação das ruas e avenidas das grandes cidades. Ainda que essas identidades se diferenciem em alguns aspectos, é mister pensar as aproximações entre elas. Há um fio condutor que as une neste processo, visto que a *montação* não é uma dimensão estética alheia à Travestilidade e está permeada de significações generificadas.

Os estudos contemporâneos, a partir de abordagens etnográficas, sobre as travestis em contextos de prostituição tem como base *inspirações Foucaultianas*, à luz de uma perspectiva construtivista (DAVI, 2013). Os saberes sobre sexualidade localizam-se, ainda, orientados por um escopo de normatividades, com base no sistema sexo-gênero binário, na moral e nos códigos de conduta vigentes. A travestilidade, ao longo dos tempos, tem contribuído para o que irei denominar de Cultura Travesti, considerando todas as dimensões e pluralidades que a

constituem, a produzir significações, simbolismos e saberes que desafiam as estruturas hegemônicas e colonizadoras.

Nesse sentido, alguns estudos destacaram-se no cenário brasileiro, os quais os e as autores/as dedicaram-se a estudar os modos de vida travesti, a experiência, o ser e estar travesti, as formas plurais de compreensão e constituição de si, trazendo-nos uma riqueza de narrativas, com travestis de todos os cantos do país. Importante ressaltar a pluralidade destes estudos, que apontam (des)caminhos e colocam sob tensão a ordem normativa de produção do conhecimento, introduzindo novos saberes à Ciência a partir de uma Cultura que se retroalimenta constantemente de epistemologias nativas.

Dentre os estudos consagrados sobre as travestis brasileiras destacam-se alguns:

Kulick (2008) buscou evidenciar aspectos indispensáveis para a compreensão da subjetividade e dos modos de vida travesti, servindo-nos de base para pensar a compreensão e constituição de si e as implicações à estética da corporalidade travesti. Suas reflexões conduzem-nos a pensar a prostituição de rua para além da exclusão social e econômica. Destarte, a prostituição em sua obra revela-se como um caminho à constituição da travestilidade no que concerne as dimensões estéticas e as relações que se constroem a partir dela. Disserta, também, sobre a existência de um fluxo migratório das travestis desde os anos de 1970, tendo a França como destino preferencial até 1982. Mais uma vez, a temporalidade surge como marcador fundamental para desvendar as sociabilidades travestis, a França em outrora era o destino mais procurado pelas travestis que migravam. Dos anos 2000 para cá, de acordo com minhas companheiras *Européias*, o país do momento foi e é a Itália, como também nos aponta Pelúcio (2005), corroborando com Rago (1989) quando esta evidencia a ligação entre imigração e trabalho sexual.

Pelúcio (2005) aponta para os deslocamentos como parte de um processo primordial à constituição da travestilidade. Refletindo com a autora, penso que a rotatividade no mercado do sexo, opera de forma significativa a estética da corporalidade travesti, que de tempos em tempos precisa ser reinventada. A mobilidade é atividade constante das travestis, inicialmente seus/nossos primeiros percursos se desenham na extensão do próprio país, em viagens pelas capitais, pelas cidades milhões; logo em seguida, vem o desejo de ir à Europa, até a consagração com o título de *Europeia*. O desejo de ir à Europa não se resume à aquisição material, mas também a uma “reeducação para as travestis” (PELÚCIO, 2005).

Nascimento (2014a; 2014b) coloca em evidência as trajetórias e sociabilidades de travestis, transexuais e transformistas no Estado da Paraíba, buscando demonstrar que esses deslocamentos, diferentemente do que aponta Pelúcio (2005), não se relacionam diretamente

aos processos de constituição de si das travestis, embora criem dinâmicas e relações sociais que perpassam municípios e cidades em diferentes dimensões (DAVI, 2013).

Benedetti (2005) evidencia que o deslocamento das travestis, muitas vezes, tem a Europa como destino de trabalho. Silva (1993), por sua vez, enfatiza que os países europeus mais procurados pelas travestis, em trânsitos de migração, contribuem para a sofisticação de suas identidades. *Benedetti* (2005) apresenta em sua obra “Toda feita”, as intervenções corporais e suas dimensões estéticas realizadas pelas travestis, dentre elas algumas que exercem a prostituição, chamando a atenção a importância dessas práticas para a construção identitária destas sujeitas. São atribuídos significados e simbolismos à Travestilidade, conforme esta se constitui moldada por aspectos estéticos.

Teixeira (2009) destaca, ainda, que a migração de travestis não está vinculada a uma condição de pobreza, mas à expectativa de uma vida melhor. Nós travestis, de modo geral, vemos a Europa como um horizonte para a ascensão social. **Laura Brazil** [interlocutora desta pesquisa] relatou que no ano de 2008 vendeu o seu carro para conseguir ir à Europa. **Brazil** enfatizou: “se eu for reformar minha casa vou levar até 60 anos e não vou conseguir reformar minha casa, que a casa era de material e toda a estrutura tava caindo. Aí eu pensei ‘vou vender o fusca e vou, seja o que deus quiser’”.

A própria militância travesti surgiu na prostituição. Em 1980, cerca de mil manifestantes – entre os quais também haviam lésbicas, gays, negros e prostitutas – marcharam pelo centro de São Paulo, com faixas, onde, entre outros dizeres, lia-se “*Libertem os Travestis*” (GREEN, 2000; FACHINNI, 2003; TREVISAN, 2004). Importante sinalizar que neste período histórico, era comum o tratamento masculino às travestis, embora algumas lideranças, à época, contestassem a atribuição de signos masculinos às suas identidades. Em 1993, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (FACHINNI, 2005). Em 2005, a movimento organizado das travestis criou a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). As organizações de travestis começam a se articular prioritariamente através de organizações em locais de prostituição, tendo como marco histórico a reivindicação de um grupo de travestis que exerciam a prostituição na Praça Mauá, no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2011). Esta manifestação deu origem a primeira organização política de travestis do Brasil e da América Latina, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), no ano de 1992.

A prostituição é uma posição histórica e culturalmente instituída como feminina – ainda que submetida a normas ditadas por um domínio masculino (MORAES 1996). A apropriação desse exercício laboral por parte de nós travestis nos conduz à incorporação da

identidade da "puta". Algumas travestis, com as quais convivo, se denominam como "profissionais do sexo", o que implica em uma ressignificação do seu sentido histórico. Para Prada (2018, p 25), a palavra puta “[...] pode tanto se referir a uma profissão quanto indicar a pior das ofensas às mulheres”. Grant (2014) lança o conceito da *Putta Imaginada* para se referir à imagem estereotipada da prostituta, que é: a trapaceira, a enganadora, a traficada, a oprimida, a louca, a andarilha, a cortesã e a dominatriz. Parker (1992) conceitua a "puta" como uma figura que desempenha papel importante na construção do gênero – neste caso da Travestilidade. Alguns estereótipos associados à puta no Brasil, como o uso de roupas marcadamente sensuais e a expressão por meio de posturas e gestos considerados imorais, são fortemente assimilados pelas travestis (MORAES, 1996).

4.1 TRAVESTILIZANDO OS ACESSOS AO CAMPO-PISTA

*“De noite pelas calçadas
 Andando de esquina em esquina
 Não é homem nem mulher
 É uma trava feminina
 Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
 Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
 É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
 Está sempre em desconstrução*

*Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário
 Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário
 Não tem Deus
 Nem pátria amada
 Nem marido
 Nem patrão
 O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário
 Ela é tão singular
 Só se contenta com plurais
 Ela não quer pau
 Ela quer paz*

*Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho
 Seu segredo ignorado por todos até pelo espelho [...]*

(Linn da Quebrada, 2017)

As sujeitas não são posicionadas por uma identificação preexistente, as identidades são produzidas em contextos histórico-culturais, por meio da reinvenção das posições identitárias, alterando também o percurso da História e da Cultura. Ao posicionar-se em “uma” identidade, produzimos formas de ser e se fazer em contrastes com o passado e o presente, quando a reivindicamos, expressa, ainda, uma posição histórica e cultural específicas. Como a cultura

está sempre em processo dialógico de construção e reconstrução, é impossível pensar e produzir ação em identidades originárias, essencializadas pelo discurso dualista, como as dicotomias homens-mulheres, nativos-estrangeiros, negros-brancos (HALL, 2006; 2003).

A identidade não é uma produção “eu-mundo” de forma coesa e linear, há uma terceira pessoa nesse processo de constituição de si, finalmente educada, que é a experiência corporal ou sua expressão: “experiência mestiça”. A naturalização das sujeitas, engendrada pela pedagogia dos corpos, transforma o social e o coletivo em entidades preexistentes, cujo objetivo é a exclusão das experiências das sujeitas (SERRES, 1991). À medida que somos construídas pelo discurso coletivo, este se apropria dos signos que envolvem as identidades e recompõem outras possibilidades de discurso, influenciando a Outra em sua produção de identidade. Não obstante, detemos algum nível de poder que subverte representações de identidade padrão (FOUCAULT, 1984). As identidades movimentam-se no paradoxo das relações humanas: produzindo formas de ser ambíguas, heterogêneas e inconclusivas. “As narrativas do Eu” é um caminho para afastar as alteridades e contradições existentes no âmago das sociedades (HALL, 2005).

A partir dessa chave de interpretação, descrevo o processo de reconhecimento da identidade travesti segundo as entrevistadas, e os acessos à *pista*, na qual me incluo como sujeita cognoscente/cognoscível. Neste processo, narro às contradições e possibilidades de construção da travestilidade em contextos situados, no caso a prostituição de rua, bem como as resistências sociais e, inclusive, pessoais no âmbito das transformações corporais. Algumas escolhas nos fazem atravessar nosso próprio eu. É um caminho demorado: entender as limitações de si, da Outra e recriar-se, reconstituir-se, ser o que se é e, especialmente, saber-se capaz de externar o que o corpo “grita”. É uma tentativa de “gritar” para si, o som não ganha ecos, não se faz ouvir, é um grito que precisa ser visto. Os olhos gritam, os desejos gritam, a boca grita em silêncio; o som é sonoro dentro de si, é um pedido de socorro a si, sem que a Outra ouça. É um grito político. É um grito interior. É um grito a ser visto. O corpo grita com gestos, com olhares que comunicam dor, com a impaciência de esperar, com a incompreensão de quem amamos. Esse exercício de gritar para dentro de si é exaustivo, é um trabalho emocional que internaliza, em processos de solidão, o que somos. Demorei a entender que meu grito precisava ocupar outros ouvidos, outros corpos, outras dimensões do ser. Gritos falados, gritos silenciosos, gritos escritos, gritos verbalizados, gritos em lágrimas, gritos estéticos, gritos em escândalo, gritos e mais gritos. Eles se tornaram parte de uma identidade que precisou de uma imagem, de uma composição corporal expressiva, gritante, para ser

ouvida. Meu corpo produziu significados, falou em códigos, sustentou o peso de recriar-se, matando as raízes do que semearam em mim.

Balneário Camboriú, fevereiro de 2015

Era fim de tarde de uma quinta-feira. O sol estava se pondo e os poucos reflexos de sua saída ainda adentravam a janela de meu quarto. As cortinas em movimento, no balanço do vento, que anunciava uma noite “fresquinha”. Os registros daquela semana, em especial daquele dia – que seria o primeiro de uma experiência que constituiu este (não-)lugar de descoberta de si, de uma identidade em construção – permanecem em minha memória, em *flashes*, de lembranças embaçadas. Neste dia, fui ao banheiro, pensativa, ainda indecisa, fiquei embaixo do chuveiro desembaraçando meu cabelo enquanto planejava meu primeiro dia de encontro com a *pista*. A água quente do chuveiro cumpria o seu papel de realçar as bordas das minhas unhas; todo aquele restinho de esmalte, que sobrava nos cantinhos, removia-se com a água do meu banho demorado, acentuando a beleza de minhas unhas vermelhas e afiadas.

Desliguei o chuveiro, enrolei-me na toalha e fiquei a olhar-me no espelho do armarinho do lavabo; atenta ao processo de solidificação do vapor no espelho, a entender que na vida tudo é processo. Quarta-feira, dia anterior, tinha tomado outro banho demorado, este para depilar todos os pelos que teimavam em crescer no meu corpo; bem devagar e cuidadosa, passei a lâmina sobre minha pele, enquanto a água quente que escorria aliviava a queimação. Era um aviso prévio de que a pele desenvolveria alergia. Por isto, um ou dois dias antes de ter qualquer contato íntimo e/ou sexual era o tempo ideal para parte deste ritual de *montação*¹⁹: a depilação. Passei a noite de quarta para quinta acalmando minha pele com pomadas e cremes antialérgicos, enquanto, em frente ao espelho, tirava o *xuxu*²⁰ com uma pinça, fio a fio, extraíndo pela raiz, até a pele do rosto ficar como um pêssego. Esse processo-trânsito de construção do corpo, da feminilidade, da travestilidade, situa-se para além das modificações da corporalidade com o uso de hormônios. É um campo de constituição da corporalidade que se distribui em micro-processos de materialização da travestilidade (identidade travesti) e que tem sua gênese, fase inicial da autonomia de ser, saber-se (autoconhecimento) e fazer-se travesti, com o acesso a inúmeras dietas de hormonização.

Voltando ao dia de quinta. Saí do lavabo, passei pela sala, onde minha mãe via televisão, até chegar em meu quarto. De frente a um espelho enorme – porque aprendi a procurá-los, meu corpo sentia a necessidade de ser visto, tinha esse “tesão” repentino em

¹⁹ Processo de vestir-se com roupas femininas, muitas vezes com certo exagero.

²⁰ Resquícios de pelos no rosto, caracterizados por manchas esverdeadas.

correr ao encontro deles, em mudar minha aparência de acordo com os reflexos incômodos, com as projeções inadequadas – dei início a outra fase desse “trabalho do corpo em métricas”, medindo-me; contornando minhas curvas com os olhos; adequando minha falta de peito ao *pirelli*²¹ (bojo); puxando as alças da minha calcinha bem acima dos quadris, depois de *aquendar*²², para causar a impressão visual de que meus quadris eram mais largos do que realmente são.

O *picumã*²³ no vai-e-vem das músicas *bate-cabelo*, *remixadas*, era um esquentar para o primeiro dia de atividades laborais na *pista*. Um *manto*²⁴ de brilho e maciez. Imaginava, de forma consciente, que, na falta de peito siliconado, seria meu cabelo o abalo da noite, mal sabia que o que as mariconas queriam era *neca*²⁵ duríssima. Bom, eu estava começando. Era novinha e sabia muito pouco sobre as reais demandas dos clientes de prostituição travesti. Meu cabelo abalava, não posso negar, deixava-me uma *boneca*²⁶, mais feminina, e provocava a cobiça dos homens por onde eu passava. Ainda a admirar-me em frente ao espelho, meu grande companheiro de batalha, buscava signos femininos, aqueles que me seriam valiosos a conquista de clientes. Observo minhas sobrancelhas arqueadas e acentuo-as, corrigindo suas imperfeições e definindo a beleza de suas formas naturais; muito corretivo no *xuxu* para cobrir as manchas esverdeadas daqueles pelos que não dei conta de extrair com a pinça. As *make ups*, em minha experiência, como travesti e prostituta, foram, por muito tempo, instrumentos de trabalho secundários. Por ter um *picumã* enorme, volumoso, louro, sempre dei o truque no cabelão, tornou-se minha marca registrada, meu *axé*.

Uma série de acontecimentos me colocou diante desse impasse: ser ou não ser puta (?); trabalhar com sexo-sexualidade, fazendo da prática sexual uma atividade laboral ou recorrer à *pista* para satisfazer meus desejos mais íntimos, sem preocupar-me com sua dimensão estética e—seus códigos de conduta no campo das relações de trabalho (?). Descobrir-me filha de uma prostituta que, à época, estava no seu décimo quinto (15º) ano de exercício na prostituição, fez-me ouvir as experiências das mulheres com a prostituição com mais cuidado. Os relatos dessas trabalhadoras, incluso minha mãe, tinham seus fundamentos com germinações no vivido, no cotidiano do exercício profissional, no interior das disputas da relação corpo-trabalho, rompendo, à priori, com qualquer contraposição localizada em

²¹ Enchimento que travestis usam para dar formas ao corpo.

²² Ato de esconder o genital (pênis), puxando-o para trás até esconder o volume, com uma calcinha bem apertada ao corpo.

²³ Cabelo, peruca.

²⁴ Nome que se dá ao cabelo, quando é longo e volumoso.

²⁵ Nome que se dá ao pênis.

²⁶ É como carinhosamente os clientes se referem às travestis.

ímpetus de ataque moral, fosse religioso, mesquinho ou, no que pese mais em suas vidas, sexista-machista.

Para minha mãe, sua relação com o trabalho sexual era de autocompreensão do seu lugar como profissional, no “universo” do trabalho, embora ainda esteja enquadrada em um sistema de controle patriarcal, que separa as mulheres entre santas e putas. Nesse sentido, mantém o “segredo” de sua profissão a muitas pessoas, temendo as consequências drásticas ocasionadas pelo estigma, em especial, às putas que ousam falar.

Ainda sobre quinta-feira de fevereiro, uma semana após eu celebrar meu aniversário no dia de Mamãe *Yemanjá*, rainha do mar. *Odoyá!*²⁷ Estava ansiosa, reflexiva, dando os últimos retoques no rosto, *blush* bem marcado, olhos pretos e um batom marrom (porque nunca me encantou cores fortes na boca). Brincos e colares enormes, chamativos, como era de costume. Muito dourado nos acessórios, muito brilho, muito *strass*; em contraste com um vestido preto, plissado e com renda cobrindo os braços. Meu primeiro “vestido de noite”, de fervo, de encontro com a *pista*, e que guardo com carinho para lembrar dos tempos de *novidade*²⁸, de encanto e de batalha. Como dizia minha amiga Gigi: Vamos batalhar, *viado!*

Se para minha mãe era correto manter “segredo” a algumas pessoas da família, temendo condenações desnecessárias, a mim, naquele momento, era necessário fazer o mesmo. Neste dia, ao bater em minha porta, perguntando-me se eu iria sair, disse a ela que iria dar uma volta com uma amiga. Durante a semana, liguei para um amigo e pedi para ele me acompanhar na minha primeira noite de *pista*. O combinado era dele me buscar em casa, deixar-me na Avenida do Estado – *point* da prostituição em Balneário Camboriú, e ficar a duas quadras de distância com o carro estacionado, esperando eu fazer o primeiro cliente. Por medo e inexperiência, minhas primeiras noites de *bateção*²⁹ foram assim, acreditando que esse amigo me livraria de todo mal.

Passei semanas estudando as principais ruas de prostituição da cidade, os territórios que tinham donas e/ou controlados pelas *cafifas*, para ter o cuidado de não invadir espaços ocupados – porque de acordo com algumas *bixas*³⁰, tem territórios que é *milhões*³¹, eu, depois de compreender as dinâmicas da *pista*, prefiro trabalhar com a ideia de que são as *bixas* que

²⁷ Saudação à Rainha do Mar.

²⁸ Refere-se à travesti que recém chegou na pista.

²⁹ Refere-se a *bater porta*, que é quando ocorre uma saída com cliente (bater à porta do carro). *Bateção* é quando a noite foi intensa, com saídas frequentes.

³⁰ Tratamento comum entre travestis.

³¹ A rua está *milhões*, quer dizer, os clientes estão pagando bem, sem reclamar o valor combinado e com direito a gorjeta.

produzem valor aos territórios – as *bixas* que têm *estrela*³² e sabem trabalhar coletivamente. Avenida do Estado, Avenida Martin Luther, ruas do centro da cidade, ruas próximas à DLed, à Balaroti (loja de materiais de construção), em frente ao *Casa Hall Shopping*, nas proximidades do Corpo de Bombeiros, foram territórios de muita procura das travestis, inclusive com número considerável de travestis que migraram de outros estados do país, a trabalho. Nos últimos anos, houve uma descentralização desses espaços, com o advento das páginas virtuais voltados para o mercado sexual, muitas fizeram seus corpos na *pista* e passaram a divulgar seus serviços sexuais pela internet.

Aos vinte anos, eu tinha acabado de me libertar de uma relação abusiva, com um homem cisgênero³³, que me escondia de sua família, de seus amigos, de seus colegas de trabalho; tinha vergonha de namorar uma travesti. Precisei ser humilhada durante três anos para, em diálogos frequentes com minha mãe, entender que a nossa relação de namoro se estruturava em uma lógica de abuso e controle, de objetificação e segredo, que só beneficiava a ele, aos seus interesses e desejos. Foram três anos, dos 17 aos 20 anos. Três anos de caos, de sentimentos feridos em sucessivas experiências violentas. Dentro de mim uma catástrofe de sensações e de impressões sobre os homens, sobre as relações de conjugalidade, sobre o sexo, sobre o desejo.

Meu corpo precisava conhecer outros corpos, outros desejos, outras experiências sexuais, ser desejada em todas as suas formas, gozar a dois. Mais que isto, era-me necessário receber um oral e continuar sendo vista como mulher, com todo o esplendor de minha travestilidade, como gênero feminino e/ou mulheridade dissidente, constituindo, como método interventivo, outras masculinidades nas práticas sexuais dos homens, para além das hegemônicas e normativas. A prostituição me direcionava a este percurso. Contudo, a prostituição também me apareceu como fonte de renda, como possibilidade de tornar-me independente, responsável pelo meu próprio dinheiro, para comprar minhas maquiagens; manter meu *picumã* (cremes, xampus, óleos reparadores, escovas semanais, hidratação), minhas unhas; comprar minhas roupas, sapatos, acessórios; pagar aluguel, transporte, alimentação, terapia hormonal, cirurgias plásticas. Travesti é caro. Travesti é investimento. No meio de uma graduação, sem perspectivas de conseguir trabalho no mercado formal, sendo rejeitada em inúmeras entrevistas de estágio, encontrei na prostituição o acolhimento necessário para trabalhar e pagar minhas contas.

³² Travestis que fazem sucesso na pista, que se destacam mais que as outras.

³³ É um conceito (uma identidade) que abarca as pessoas que se entendem pertencentes ao gênero que lhes foi designado no nascimento.

4.2 TERRITÓRIOS EM DISPUTA E POLÍTICAS DA CORPORALIDADE

Primeiros dias na avenida, com meu amigo fazendo vigília, eu sentia-me um pouco segura, embora estivesse com a sensação de estar invadindo uma propriedade que não me pertencia. *Toc toc* para lá, *toc toc* para cá, o salto do meu *escarpin*, envernizado em sua base e com *design* de zebra em seu bico, sinalizava o descompasso do meu andar, do meu corpo trêmulo, ansioso, à espera das primeiras *mariconas*³⁴. Os carros rodavam, buzinas ecoavam, faróis altos eram, propositalmente, mirados ao meu corpo; piadinhas ao fundo. A esquina era uma vitrine. Queria deslocar-me, de preferência a um motel. Bater *pencas*³⁵ de portas. Eu era novidade, estava começando e sabia que, cedo ou tarde, as *bixas* implicariam comigo e me *multariam*³⁶. As ruas têm donas, em contextos de prostituição de rua. A qualquer momento, exposta na avenida, chamando a atenção dos clientes, eu poderia ser interpelada por outras travestis. Minhas amigas travestis, em Florianópolis, haviam me alertado sobre o controle da atividade, principalmente em cidades *tombadas*³⁷ pelo *varejo*³⁸, onde se ganha pouquíssimo e se tem muita concorrência.

Há algumas condições primordiais ao exercício da prostituição de rua no que concerne às práticas laborais, de convivência, de ocupação da *pista*, em todas as cidades do Brasil, considerando que cada uma se adequa a um conjunto de códigos e valores específicos, influenciado por regionalismos, migrações, estética, conflitos geracionais e noções de espaço público-privado. Balneário Camboriú, por ser uma cidade turística, conhecida como a Dubai brasileira, com frequente visitação de *gringos*³⁹, investidores, polo de concentração da pequena-burguesia, é um dos principais destinos em Santa Catarina para o exercício do trabalho sexual, é cidade *milhões*. Diante deste cenário, muitas travestis saem de suas cidades de origem, em sua maioria das regiões Norte e Nordeste, para trabalhar com sexo-sexualidade no Sul do país. A migração entre travestis é um fenômeno que se manifesta em processos de disputa, situados em contextos de competitividade e “fabricação” do corpo, de ordem estética material e simbólica, ocasionando conflitos inter-territoriais, que tem como objetivo-fim a venda do sexo-sexualidade, enquanto prática do desejo.

³⁴ Homens que saem com travestis às escondidas, em sua maioria, clientes de prostituição.

³⁵ Grande quantidade. Refere-se, neste contexto, a muitos programas (PG's) de prostituição.

³⁶ Quando é cobrado um valor a mais, devido a algum desacordo, descumprimento de regras na relação travesti-cliente ou até mesmo entre travestis

³⁷ Quando a cidade está tomada pelo *varejo*.

³⁸ Serviços sexuais baratos, abaixo do valor padrão.

³⁹ Clientes estrangeiros.

Há de se entender que esses conflitos fazem parte de um projeto ético-político, instaurado por nós travestis no campo das relações sexuais, inerente à prática sexual como força de trabalho, esta peculiar à experiência com a rua. Ética e trabalho, neste caso, regem-se, intrinsecamente, a partir de uma lógica que rompe com a padronização e normatização dos corpos e das sexualidades, à medida que atribui à prática da prostituição um dado conjunto de acordos que orientam às travestis com relação aos seus direitos e deveres no âmbito das relações com a “pista”.

Era outono na Maravilha do Atlântico – BC, o vento assoviava e anunciava que a madrugada seria de frio intenso. Era noite de *padê*⁴⁰ e *drinks exóticos* para suportar o treme-treme de um corpo que pedia por cobertas quentes e cama macia. Antes de sair de casa, dei *dois tiros* de *Pó*⁴¹, com a expectativa de ter o corpo amortecido, blindado contra o ar gelado e o sono que teimava em me perseguir. Desci na avenida por volta das 22 horas, com meia *arrastão*, *scarpin* salto agulha, de vestidinho bem curto (aquele do *axê*) e uma bolsinha dourada bem presa ao corpo. Estava *turva*⁴², animada, a noite anterior tinha sido boa, ganhei em dólares. Cliente bom era raro, mas quando aparecia *soltava o aquê*⁴³. Eu precisava da *colocação*⁴⁴ para trabalhar, sentia-me mais corajosa e disposta, além de ficar muito atenta aos perigos da noite. Mentalizava o tempo todo as saídas com clientes, pois quanto menos tempo eu ficasse parada na rua, mais me sentia protegida.

Nesta noite, fiz uma saída, fui atender. Na volta do *PG*⁴⁵, pedi para o *ocó*⁴⁶ me deixar no mesmo lugar em que me pegou. Dez minutos depois, um carro para em minha frente, pensei que era cliente, fui até o carro, eis que o vidro de trás abre e duas *bixas* me perguntam: “O que tu tá fazendo aí, *viado*?”... “Cadê a *diária*?”... “Tu sabe que essa avenida tem dona?”. Disse a *bixa* que eu era da cidade e que trabalhava há algum tempo na avenida e, se precisasse, mudaria de ponto (faria o meu próprio), pois não queria *bafão*⁴⁷. Elas reiteraram, dizendo que eu só poderia descer ali pagando a diária. No dia seguinte, voltei a ser alvo de perseguição, ameaçaram cortar meu *picumã* se eu descesse na avenida novamente. Após esse acontecimento, entrei em contato com um amigo *alibã*⁴⁸, relatando o ocorrido e pedindo

⁴⁰ Esta palavra é utilizada para se referir à cocaína.

⁴¹ Trata-se do ato de cheirar a cocaína.

⁴² Quando a travesti está sob o uso exagerado de drogas.

⁴³ Dinheiro.

⁴⁴ Ato ou efeito de colocar-se. Ficar alterada com o uso de drogas e bebidas alcoólicas.

⁴⁵ Programa de prostituição.

⁴⁶ Homem.

⁴⁷ Confusão.

⁴⁸ Policial. Significa também o carro patrulha.

ajuda. Fiz os registros necessários via delegacia e tive o apoio extraoficial deste amigo, que me ajudou em outras situações de desespero.

É importante ressaltar que esses conflitos inter-territoriais, em sua maioria, têm motivações que visam atingir a estética da corporalidade travesti, descaracterizando sua identidade, por meio de práticas violentas e que, inclusive, interferem no autoagenciamento da imagem visual como aspecto fundamental ao exercício do trabalho, produzindo valor a partir da *informação social* que o corpo comunica. Ou seja, toda a qualidade e produtividade do trabalho da venda do sexo se traduzem pela estética.

4.3 TRAVESTIS EM CENA

As travestis entrevistadas residem nas cidades de Araras/SP; Balneário Camboriú/SC, Florianópolis/SC e Tubarão/SC, sendo que as narrativas coletadas nesses espaços, exceto a de Araras, que foi realizada via aplicativo de conversa (*whatsApp*). Para apresentar minhas interlocutoras e suas trajetórias, reporto-me aos codinomes de *pista*, em alguns momentos ao nome próprio, pois as mesmas autorizaram suas identificações (ver Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/ TCLE).

Abaixo, são listados os dados do perfil das travestis entrevistadas, dispostos na parte inicial do roteiro. Essa parte da entrevista é de grande importância, pois permite estabelecer uma relação mais próxima à entrevistada, além de ser um momento de conhecimento mútuo, possibilitando a troca de informações para ambas as partes. Optei por esses dados para conseguir mapear os traços mais gerais das travestis com quem estive para coletá-los, posicionamento que facilitou minha adaptação na condução da entrevista.

Quadro 5 – Caracterização das Travestis entrevistadas

	Musa dos Bombeiros	Marilu	Paty	Pérola Negra	Laura Brazil
Idade	35	35	49	23	48
Raça, Etnia	Branca	Parda	Branca	Negra	Branca
Escolaridade	EM Completo	EF Completo	EM Incompleto	Superior Incompleto	Superior Completo
Situação conjugal	Solteira	Solteira	Namorando	Solteira	Casada
Religião	Católica	Católica	Espírita	-	-
Naturalidade	Londrina	Araras	São Paulo	Salvador	Florianópolis
Local de moradia	Balneário	Araras	Tubarão	Balneário	Florianópolis

	Camboriú			Camboriú	
Filhos/as	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem

Fonte: Dados sistematizados pela autora

As interlocutoras deste trabalho pertencem a três gerações de travestis, sendo este um importante marcador para verificar os distanciamentos e as aproximações em relação à *Estética da Corporalidade* travesti e o exercício da prostituição. Importante ressaltar que, apesar de indicarem local de moradia, os deslocamentos foram constantes em suas trajetórias. Atualmente, apenas **Pérola Negra** migra para outras cidades do Brasil a trabalho, especialmente para as Capitais. Dentre elas, **Laura Brazil** e **Pérola Negra** conseguiram acessar o ensino superior, sendo que somente a primeira concluiu a graduação. De modo geral, a religiosidade está muito presente em suas narrativas. Uma questão me chamou a atenção: **Marilu** em conversas informais chegou a se declarar negra, porém, no ato da entrevista, preferiu declarar sua raça de acordo com a certidão de nascimento, que consta como “parda”. A única interlocutora autodeclarada negra é **Pérola Negra**.

Ana Paula Barreto: Musa dos Bombeiros

A.P.B, a famosa *Pocotó* para as íntimas, é uma travesti com traços bem marcantes, altíssima, branca e de olhos claros; há muito tempo conhecida, também, como a **Musa dos Bombeiros**. Este título, ao qual carrega com muita honra e satisfação, é oriundo dos *ferros* de carnaval, das muitas participações no Bloco dos Bombeiros do *Navegay*⁴⁹. Ali, então, nascia a Musa, há, aproximadamente, nove (9) anos atrás.

Ela consegue nos conectar com um simples olhar, embora pareça, em um primeiro momento, bastante enigmática. A.P.B. nasceu em Londrina/PR, saindo de sua terra natal muito jovem, com 14 anos de idade. A relação com sua família é tranquila, ainda que os processos de aceitação na sua juventude tenham gerado conflitos, comuns a todas. *Pocotó* relatou que seu nome foi uma homenagem ao pai, pois ele queria uma filha mulher com o nome de Ana Paula. *Pocotó*, também, narrou que suas idas às *matinês* se estendiam em fugas à “pista”. Com o passar do tempo, as *matinês* tornaram-se desculpas para conseguir escapar e exercer a prostituição, ainda em Londrina. A.P.B. se prostitui desde os 13 anos e ficou 11 anos, de toda sua trajetória, trabalhando no ponto dos bombeiros, em Camboriú. São 22 anos de exercício da prostituição.

⁴⁹ Maior Bloco de Sujos do Carnaval catarinense, na cidade de Navegantes.

Meu primeiro contato visual com a Musa foi nos idos de 2005, à época, eu tinha 10 anos de idade, quando passava pela Avenida do Estado com minha mãe e a avistava belíssima, trabalhando. Foram muitos anos tendo-a como referência do meu vir-a-ser. Lembro-me que ela era *destacada*; passava com minha mãe, de carro, e ficava procurando-a pela Avenida. Por muito tempo, guardei esse sentimento de admiração por ela, sem conseguir externar e/ou tê-la como parte do meu processo de corporificação. Conheci Pocotó, oficialmente, no ano de 2015, quando entrei em contato com ela para relatar uma perseguição que estava sofrendo na *pista*.

Balneário Camboriú, 2 de outubro de 2018

A Musa dos Bombeiros recebeu-me em seu apartamento para a entrevista formal. Minutos antes de sair de casa, enviei uma mensagem por *WhatsApp* para confirmar minha ida. Talvez, neste dia, ela estivesse mais preocupada que eu, o tempo todo me interpelava pelo aplicativo de conversas para saber se eu estava chegando. Atrasei um pouco, passei no fotocópia para imprimir o roteiro da entrevista e o TCLE, e na padaria para comprar algumas guloseimas. Cheguei 10 minutos depois do horário agendado, ela parecia estar ansiosa, entrei em seu apartamento, um local aconchegante e acolhedor. Trocamos algumas palavras e logo iniciei a entrevista.

Marilu Guidotti

Marilu é uma travesti que eu tive o prazer de conhecer nas minhas idas ao interior de São Paulo, mais especificamente na cidade de Araras. Maria Lúcia, nome que escolheu e pronuncia com satisfação, é nativa de Araras, a *cidade das árvores*. Ela inspira humildade. Dona de um lindo sorriso, M.L. é expressiva, tem traços bem marcados e é muito vaidosa. Seu quadril é avantajado, moldado pelo silicone industrial e exibido com orgulho. Meu primeiro contato com Marilu foi na “pista”, nas proximidades da Rodoviária de Araras, por intermédio de meu marido, à época. De todas as interlocutoras, Marilu é a mais falante, tem o dom da comunicação e fala abertamente sobre sua trajetória, de forma espontânea e entusiasmada, com riqueza de detalhes. Encontrei-me com ela inúmeras vezes - na “pista”, no centro da cidade de Araras, em um café afetuoso na padaria “Água na Boca”, e na festa Arraial, na Praça Barão de Araras -, em todas, fui acolhida com sorrisos e boas risadas.

Balneário Camboriú, 17 de outubro de 2018

A realização da entrevista formal ocorreria no mês de novembro deste mesmo ano, em viagem pré-agendada a Araras. Devido a algumas mudanças no calendário de finalização do estudo-pesquisa, antecipei a data da entrevista, adequando-a às condições materiais de sua

execução, considerando a distância entre cidades e o tempo-prazo. Portanto, avaliei como mais viável entrevistá-la via *WhatsApp*, aplicativo de conversas, sendo esta a única entrevista realizada por este meio. Entrei em contato com Marilu para definirmos a ordem de exposição do roteiro de entrevista⁵⁰, que se prontificou a seguir o *script* acordado. Enviei o roteiro escrito por extenso no aplicativo de conversas e solicitei que, para cada questionamento enumerado, gravasse um áudio sem limite de tempo, sinalizando os respectivos áudios com seus números de identificação.

Paty Estrela

Pelas *pistas* da vida, do Brasil e do Sul do Estado, desta vez em Tubarão, fui apresentada à Paty Estrela, por intermédio da minha *mamis* Gabriela da Silva. Desde que entrou na UFSC para cursar o Doutorado, eu e ela nos aproximamos mais e passei a frequentar seu apartamento na cidade de Tubarão. Conheci a Paty no mês de maio, era um sábado de noite fria. Eu e Gabriela saímos de carro para conhecer os bares da cidade, o *fervo*, a *pista*, e lá estava a Paty Estrela *fazendo um 20*⁵¹ na avenida. Descemos do carro e fomos ao encontro dela. Num primeiro momento ficou desconfortável, pois era o nosso primeiro contato e me viu como ameaça. Para ela, eu seria mais uma concorrente, *novidade*, que poderia tirar o seu ganha pão. Neste nosso Universo toda concorrência é um atraso na conquista de clientes. Nesta noite, deixamos a Paty batalhar e fomos para um barzinho no centro da cidade. Depois desta ocasião, encontrei com Paty outras três vezes.

Paty Estrela é uma travesti loura, *platinada*, dos olhos verdes, ainda, com pouco seios: os famosos “peitinhos de hormônios”. Ela relatou-me suas angústias por estar com seu marido internado em uma clínica de reabilitação, em consequência do uso de drogas. Eles se conhecem desde os 14 anos, foi seu primeiro amor.

Tubarão, 21 de outubro de 2018

A entrevista foi marcada por telefone e, prontamente, ela se colocou à disposição. Foi num domingo à tarde. Realizada na cozinha de sua casa, estava somente eu e ela. Sempre com cigarro na boca, fumando um atrás do outro, parecia ansiosa. Por não ter procedimento de *laser*, no dia, os pelos do rosto estavam mais acentuados. As marcas da noite e da idade são visíveis, aparentando expressão de cansada. No transcorrer da entrevista se mostrou extrovertida e alegre, demos boas risadas e relembramos os momentos que vivenciou nas ruas e na noite.

⁵⁰ Apêndice A - Roteiro das Entrevistas.

⁵¹ Expressão utilizada para se referir ao exercício da prostituição.

Pérola Negra

Pérola Negra é uma travesti negra, tem um corpo escultural de deixar qualquer homem, cliente ou não, babando. Ela faz questão de enfatizar que seu *popô* é natural. Seu cabelo é um *manto*⁵², fica suspenso nas curvas sinuosas de um Senhor *edi*⁵³ de respeito. Pérola é *amapozíssima*⁵⁴, além de um corpo exuberante e avantajado, carrega traços harmônicos, a franja que cai sobre seus olhos a transforma em uma bonequinha de luxo. É o poder! Pérola é soteropolitana, começou a trabalhar com sexo nas ruas de Salvador quando tinha 15 anos, nos idos de 2010. Relatou-me que trabalhava em um salão de beleza, mas o salário que ganhava não supria suas necessidades. Então, ficou alguns meses juntando dinheiro e comprou mil reais de cabelo, equivalente a 300 gramas. Logo que colocou o *picumã*, Pérola viajou para Belo Horizonte/MG e se hospedou no pensionato de Anyky Lima⁵⁵.

Meu primeiro contato com Pérola foi em um *fervo*, no Boteco da Brava⁵⁶. Conhecia ela da rua, mas éramos distantes, cada uma no seu canto, na sua esquina, até que um dia, em 2017, de tanto nos encontrarmos pelos *fervos* noturnos, começamos a conversar e nos tornamos mais próximas.

Balneário Camboriú, 22 de outubro de 2018

Neste dia, entrei em contato com Pérola pela manhã para confirmar o horário e o local da entrevista. Perguntei a ela se preferia em sua casa ou na minha, ficou indecisa e, então, convidei-a para vir até minha casa. Pérola estava empolgada com a ideia de ser entrevistada e foi muito solícita no transcorrer da coleta de dados. Às 19 horas, ela chegou em minha casa de *Uber*, fui busca-la no portão, entramos e minutos depois demos início à entrevista. Logo após, tomamos um café e ficamos algum tempo conversando sobre nossas experiências na prostituição, sobre as relações com os clientes, embaladas por muitas risadas. O tempo passou e Pérola foi embora, pois atenderia um cliente. Como dizemos: na prostituição é preciso ser ligeira. E, assim, ela voltava ao ofício.

Laura Brazil

⁵² Termo utilizado para se referir ao cabelo.

⁵³ Termo utilizado para se referir às nádegas.

⁵⁴ Quando a pessoa é muito feminina, muito semelhante à mulheridade cisgênero.

⁵⁵ Uma das maiores referências do Movimento Brasileiro de Travestis (MBT). É uma sobrevivente da ditadura, que exerceu a prostituição até os 50 anos de idade. Anyky é símbolo de resistência, uma das matriarcas do MBT, que tornou-se mamis de tantas outras travestis, abrindo sua casa (pensionato) para o acolhimentos de travestis prostitutas.

⁵⁶ *Pub*, com música ao vivo, localizado em Balneário Camboriú.

Conheci Laura Brazil logo que ingressei na UFSC, em 2013, em um dos inúmeros eventos promovidos pelo NIGS. L.B. era uma importante referência, à época. De todas as interlocutoras, Laura é a única que traz “oscilações” identitárias em suas narrativas, apresenta-se: ora como travesti, ora como transexual, uma particularidade de sua trajetória. Ela enfatiza que na década de 1990 a categoria “*mulher transexual*” não existia e que sua identidade, ao longo de muitos anos, moldou-se à luz da travestilidade. Neste sentido, diante destas “oscilações”, não tenho a intenção de defini-la, mas de resgatar o contexto histórico em que sua identidade se constituiu e as implicações à materialização de sua corporalidade.

L.B. nasceu e se criou em Florianópolis/SC. É uma das travestis-transexuais mais antigas da *Ilha da Magia* e trabalhou nas ruas de 1992 a 2008. No seu último ano de “pista”, teve a oportunidade de ir à Europa, onde morou em Gênova, Milano e Alexandria, na Itália. Laura também foi uma das fundadoras da Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), nos anos 1990.

Tive a oportunidade de estar com Laura em inúmeros eventos da Universidade e do ativismo. Lembro-me de um em específico, que ocorreu no Morro das Pedras: o *Redmencionando o feminino*, onde, em uma brincadeira impensada e imatura, fiz referência a sua idade e, prontamente, ela me interpelou, pedindo-me para que eu respeitasse a história das travestis mais velhas. Foi uma lição, até hoje recordo-me desta ocasião e busco cada vez mais, com cuidado e atenção, ouvir e aprender com as que vieram antes de mim. *Laurette a Europeia*, como carinhosamente a chamo, é dessas travestis-transexuais que *dá o nome*, sua presença brilha por onde passa.

Florianópolis, 24 de outubro de 2018

Cheguei à UFSC por volta das 11 horas, fui até o Instituto de Estudos de Gênero (IEG) para pegar o *banner* do NETRANS e, logo após, tive reunião. Entre uma atividade e outra, liguei para *Laurette*, confirmando o horário da entrevista. Ela disse que, por coincidência, estava a caminho da Biblioteca Universitária, onde faria a devolução de alguns livros. Perguntou a mim se a entrevista poderia ocorrer nas dependências da UFSC. Concordei e combinamos de nos encontrar no CED, às 16 horas. Neste dia, *Laurette* estava animada, como de costume, cheia de assunto e histórias engraçadas para contar. Tomamos um café demorado na cantina do CED e depois nos dirigimos até uma sala de aula vazia, onde eu costumo estudar, ao lado de Centro Acadêmico de Biblioteconomia (CAB), um ambiente com pouca movimentação, propício à realização da entrevista.

Situadas as características das entrevistadas, atenho-me, na sequência, às experiências de transformação corporal para a construção de identidade(s) travesti(s), narrando seus modos

de ser e estar. São, igualmente, apresentados os códigos de conduta construídos, pactuados e (re)apropriados por todas, inclusive por mim. Nesse processo, a construção da travestilidade produz dimensões estéticas, respondendo às representações de feminilidade necessárias às entrevistadas, mas, igualmente, à prostituição de rua. A pista “pede” e “cobra”, em termos materiais, uma corporalidade e estética. As dimensões estéticas são orientadas e instruídas pelas que se encontram a mais tempo no exercício da prostituição, sendo denominadas “mamis”. Para nós, a reprodução da vida e a manutenção da(s) identidade(s) travesti dependem da construção corporal, realizada com o exercício da prostituição. Logo, a pista promove processos contínuos de reconhecimento de si, de pertencimento e informações próprias desse meio, onde sexualidade é trabalho, mas também prazer, porque se torna uma possibilidade de inclusão e de acessos ao desejo e à aceitação da corporalidade travesti.

5 ANÁLISES TRANSITÓRIAS: DIÁLOGOS E FRONTEIRAS

Nesta seção, discuto os dados coletados a partir das experiências e vivências das travestis com a *pista* e a materialização da Travestilidade, incluindo-me como parte deste itinerário em busca de desvendar saberes e simbolismos travestis. As entrevistas foram analisadas coletivamente, à medida que as categorias de significados – Corpo, corporalidade e sexualidade como trabalho; Códigos de conduta - emergiram das narrativas.

5.1 CORPORALIDADES DAS TRAVESTIS: DIMENSÕES ESTÉTICAS E CÓDIGOS DE CONDUTA

Aquelas de nós que estão fora do círculo do que essa sociedade define como mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos caldeirões da diferença – aquelas de nós que somos pobres, que somos lésbicas, que somos **Negras**, que somos velhas, que somos travestis (grifo meu) – sabemos que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender a estar sozinha, impopular e às vezes insultada, e a fazer causa comum com aquelas outras identificadas como externas às estruturas, para definir e buscar um mundo nos qual todas nós possamos florescer. É aprender a tomar nossas diferenças e torna-las forças. Pois as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande. Elas podem nos permitir a temporariamente vencê-lo no seu próprio jogo, mas elas nunca nos permitirão trazer à tona mudança genuína. E esse fato só é uma ameaça àquelas mulheres que ainda definem a casa-grande como sua única fonte de suporte (LORDE, 1984).

Vasconcelos (2015), a partir do pensamento de Haraway (2009), afirma que as corporalidades, nos séculos XX/XXI, encontraram-se diante de um aparato de tecnologias criadas com a missão de adequar corpos a ideais estéticos, seguindo uma lógica de padronização a ser alcançada por um número considerável de pessoas. Essas possibilidades

ganham vida e estão expressas em nossos corpos travestis, que se transformam em plataformas Tecnovivas, em corpos “cibernéticos” (VASCONCELOS, 2015 apud HARAWAY, 2009). Tais avanços tecnológicos propiciaram uma busca desenfreada e, muitas vezes, inconsequente, por procedimentos estéticos, intervenções cirúrgicas e outras práticas de transformação do corpo de forma clandestina, como é o caso de uso do silicone industrial.

Para além de um dado natural e/ou biológico ou, ainda, material, seguimos uma leitura de corpo que acompanha os investimentos das Ciências Sociais, como um aparato construído, inclusive em sua dimensão biológica – por meio de hormônios –, e não como um destino. Considerando que qualquer pessoa pode estar em tratamento hormonal, há que se compreender a produção de identidades que borram as normas de gênero como parte de um processo que também é biológico, e não meramente cultural. As dimensões culturais, históricas, linguísticas,

A revista *Playboy* estampou, em sua edição 176 de 1984, na capa: “A mulher mais linda do Brasil, era um homem”. Pela primeira vez na história do periódico, a principal atração não era uma belíssima mulher, mas um "homem". Este tipo de enunciado está relacionado a uma determinada representação do que convencionamos chamar de corpos masculinos, em relação a um determinado tipo de corpo feminino, que constitui o reforço da ideia de corpos coerentes e contínuos em que há uma relação simétrica entre gênero, sexo e sexualidade. Mas há corpos que escapam a esta lógica ou determinismo, assim subvertendo, transgredindo e desafiando as fronteiras do inteligível.

Com base nesta perspectiva, considero que a experiência e vivência que cada uma das travestis entrevistadas possui do que considera ser necessário para se constituir numa identidade de gênero inteligível é muito particular e singular. Entretanto, há alguns marcadores sociais que as mesmas partilham para construir esta categoria identitária. A Travestilidade opera em diferentes perspectivas e dimensões, passando pela construção estética do corpo, que se materializa na performatividade da *montação*, dos “trejeitos”, afirmando a vestimenta, entre outros atributos, como um artefato cultural de existir na feminilidade. Neste caso, é o corpo projetando sua experiência existencial, corpo-laboratório, no qual estabelece uma encenação do que reconhece na/pela categoria de feminino.

A corporalidade torna-se consciência não somente para si, mas também para a Outra, pois a performatividade está na estilização de tudo que as travestis consideram necessário para existir, construindo seu corpo segundo sua identidade de gênero. A Travestilidade não perpassa somente o/pelo desejo de pertencer ao gênero feminino, mas à necessidade de ser reconhecida numa identidade de gênero. Esta necessidade se constituirá também pelo padrão

estético e normativo daquilo que os clientes exigem e reconhecem como sendo características de uma travesti profissional do sexo.

Da Consciência à Autonomia é uma questão central para desvendar a compreensão de si de cada travesti, sendo esta a primeira referência para a constituição corpo-mente. A travestilidade opera em muitas dimensões: desde as primeiras noções de corpo – que se materializam na experimentação da *montação*, uma espécie de corpo-laboratório – até a *siliconização da travestilidade*. Algumas transformações se realizam no campo da “(des)montagem”, assim, as corporalidades atingem suas formas por meio de vestimentas, acessórios, maquiagens e trejeitos, mantendo forte ligação com o Universo feminino.

O momento em que cada uma se compreende travesti é muito singular, o que nos distingue nesse percurso rumo à feminilidade e à constituição de si é o período em que, imbuídas de simbolismos e saberes, tornamo-nos conscientes de nossas identidades. Ouso dizer que a corporalidade travesti é única em sua concepção e que o que nos diferencia são os processos de constituição de si, de construção e de ação do corpo. Questionadas sobre o momento em que se perceberam travestis, três delas se reportaram às primeiras expressões de gênero na infância.

(Marilu): Então, por isso que eu digo, desde criança, os pais da gente já vai percebendo a diferença. Então, não é uma coisa imposta, não é, assim, eu me tornei gay, eu me tornei travesti. É uma coisa que já vem desde criança a vontade. Eu brincava, na época tinha Xuxa, eu brincava de Xuxa e eu colocava um pano na cabeça pra dizer que eu era como ela, pra dizer que aquele pano era um cabelo longo. E eu pegava sapato de salto da minha mãe. Quantas vezes a minha mãe entrou no quarto e me pegou com o pano na cabeça e com o salto no pé. Então, quer dizer, é uma coisa inexplicável, é uma coisa que já vem da gente desde criança.

(Laura Brazil): Eu sou a L.B., tá, e eu me percebi a partir da minha infância ser diferente, a questão da orientação sexual (tosse). A identidade de gênero eu me dei conta quando comecei a me sentir mal nas idas aos banheiros masculinos, né, eu senti que não me adequava ali. Que não era apenas uma questão de orientação sexual, tinha alguma coisa a mais. E daí, com 18 anos para 19, fiz curso de cabeleireira no SENAC, conheci duas travestis [...]

(Musa dos Bombeiros): Quando eu tinha mais ou menos já uns nove ou dez anos eu já queria me vestir de mulher. Porque eu me identifico com o gênero feminino desde quando eu era bem novinho, bem novinha. Porque eu sempre perguntava pro meu pai e pra minha mãe porque eu era diferente do meu irmão. Eu via os gurizinhos e eu queria beijar na boca, abraçar, e o meu irmão, não. Eu sempre tive atração pelo sexo masculino. E já com nove, dez anos eu vestia, colocava sapato da minha mãe, calçava, colocava vestido da minha mãe, passava maquiagem da minha mãe. E eu comecei a iniciar, assim, bem travesti eu tinha mais ou menos já onze ou doze anos, se montava, na casa de amigas escondido, pra ir na balada, nas Matinê.

(Pérola Negra): No início foi bem difícil pra minha família aceitar, mas minha mãe sempre me abraçou, ela via que desde pequeno aquele era o jeito, tanto que quando

ela vê alguma coisa na televisão, “ah porque viado é doença”, ela fica muito filha da puta, porque ela fala que com dois, três anos, quatro, eu já botava toalha na cabeça e dança globezeira, entendeu? Então, ela aceita numa boa. [...]. Então, acho que desde sempre a gente tem uma coisa nossa, né. Mas o medo de familiares complica. O momento foi quando eu me senti um pouco mais independente. Mesmo morando com meus pais, eu sentia confiança, trabalhava num salão desde sempre, e eu sempre tive amigas. Minhas amizades nunca eram com gays mais masculinos, sempre com as meninas já virando, já em construção. Então, eu sempre buscava elas como inspiração. Eu saía com as meninas e via os rapazes mexendo com elas e eu queria aquilo para mim também. Eu sempre tive esse corpo, eu sempre malhei, eu não tenho silicone industrial no meu corpo.

Memórias da infância e da adolescência são acionadas como motivações que se colocam a serviço da produção de sentidos sobre as corporalidades travestis de Marilu, Musa dos Bombeiros, Laura Brazil e Pérola Negra, como investimentos estratégicos para sinalizar certas adequações de gênero. Tais entrevistadas apropriam-se da ordem normativa de gênero, daquilo que se convencionou ser masculino ou feminino. Revelam, então, aproximações, por meio de posições generificadas às estéticas que remetem à produção de feminilidade das mulheres.

Entre os aspectos mais recorrentes na memória dessas travestis está a presença de simbolismos de gênero, expressões atribuídas ao “universo feminino”, seja no aspecto performático, construído a partir da *montação*, seja no aspecto emocional. Na fala das entrevistadas foram identificadas as rupturas precoces com o gênero assignado no nascimento – neste caso, o masculino. A narrativa de **Laura Brazil** explicita esses (des)encontros consigo: “[...] eu me olhava no espelho e não me reconhecia. Queria tirar tudo que era masculino em mim”. Passa, ainda, pelo o que bell hooks (2006, p. 8) descreve como “*tenho percebido que às vezes não amo a imagem ali refletida. Eu a inspeciono. Desde que acordo e me vejo no espelho, começo a me analisar, não com a intenção de me afirmar, mas de me criticar*”. Embora hooks (2006) analise a rejeição da autoimagem da mulher negra, é significativa para pensar o que ocorre conosco, nesse caso, acaba por ser o reflexo da realidade de outras travestis; ou seja, é a ***dimensão da autoimagem pela ótica dos espelhos (tecno)vivos***.

Desde muito cedo, nós travestis buscamos a nossa transformação inspiradas em outras travestis e nossas primeiras referências são as travestis prostitutas. As narrativas das interlocutoras colocam esta questão em evidência. Na infância reconhecemo-nos diferentes, manifestamos nossa primeira transgressão à ordem normativa por meio dos desejos, e nos “pensamos” com tendências homossexuais. Na adolescência atribuímos sentidos aos nossos desejos, sendo o primeiro momento de aproximação para a afirmação da travestilidade, à medida que nos reconhecemos em outras travestis. Estas que surgem como nossas primeiras

referências trazem as marcas da *Biotecnologia* em suas corporalidades, revelando-se como um espelho vivo à construção da nossa (auto)imagem.

Em razão da transição entre a infância e a adolescência pela saída de casa em busca de autonomia financeira e emocional, nós travestis deparamo-nos com relações e dinâmicas sociais excludentes, vivenciando um histórico de violências e abandono. A narrativa das entrevistadas revela um processo agressivo de amadurecimento, mostrando que as opções de sobrevivência são limitadas pelas opressões que nos constituem. Importante ressaltar que algumas poucas travestis, apesar dos tensionamentos familiares, são aceitas pela família, não vivendo a situação de abandono – no meu caso, no caso das interlocutoras: **Marilu Guidotti**, **Pérola Negra** e **Musa dos Bombeiros**. De modo geral, os primeiros sinais de afirmação da identidade travesti congregam uma miríade de situações e sentimentos a serem lidados, que vão da violência externa à libertação da violência interna, uma vez que vamos ao encontro da feminilidade almejada, em processos de descobertas contínuos.

Laura Brazil relatou-me que junto ao seu desconforto com o gênero masculino, percebeu o assédio dos homens em relação às outras travestis. Eis aqui outra dimensão estética, situada no campo do desejo. Sentir-se desejada como *amapô*⁵⁷ revela-se como uma das múltiplas possibilidades de constituição de si: o desejo como espectro de uma travestilidade em constru(a)ção. A *estética do desejo em composição* não só atribui outros significados à travestilidade, como produz efeitos à compreensão de si, para além da *corporalização*⁵⁸ estética, ganhando outros contornos à medida que a conduta (comportamental e moral) é acionada. “Vestir-se de mulher” é um recurso linguístico muito comum, presente na fala de nós travestis, para sinalizar a travestilidade, é como se essa forma de se expressar valorizasse nossa identidade.

(**Laura Brazil**): E daí eu percebi que... primeiro que elas diziam que eu tinha muitas características femininas e, segundo, que eu percebia o assédio dos homens com relação a elas, né, e para mim eles não olhavam daquela maneira. E daí eu me vi, eu percebi que quanto mais feminina eu fosse, mais eu conseguiria me adequar, né, ao que o homem vê como feminino.

Musa dos Bombeiros revela-nos suas desventuras no acesso à afetividade, desde muito cedo, lembra com certa tristeza dos afetos não-correspondidos, dos seus desejos mais íntimos, ainda na infância. A *estética dos enlaces afetivos* é uma dimensão que compõe uma

⁵⁷ Termo utilizado para se referir à mulher *cisgênero*.

⁵⁸ Corporalidade em ação. Entendo a corporalidade em ação como todo aquele corpo que produz simbolismos, saberes e linguagens peculiares a identidades subalternizadas, como é o caso da travestilidade, que se constrói e se desconstrói em processos de consciência e de autonomia.

linha tênue entre a compreensão de si e a constituição de si, pois é o sentimento de pertencimento que nos conduz à autoprodução e materialização da travestilidade, sendo a necessidade de sentir-se desejada e de envolver-se afetivamente sinalização fundamental ao corpo-laboratório. A partir desses primeiros desejos e (des)enlaces afetivos, constituímos-nos, como se fôssemos laboratórios ambulantes, experimentando formas de estar e ser travesti.

Os corpos, como observa Louro (1999, p. 15), “não são tão evidentes, como parecem. Nem as identidades são uma decorrência direta das ‘evidências’ dos corpos”. **Pérola Negra**, é uma travesti de curvas acentuadas, tem um bumbum naturalmente avantajado. Fez questão de enfatizar que seu corpo exuberante não é resultado de silicone industrial, mas que sempre teve *axé* para curvas. Ressaltou também que não dispensa os exercícios de academia. Seu corpo escultural perpassa a *estética das curvas naturais*, fenômeno isolado no que concerne aos aspectos que constituem a corporalidade travesti.

As transformações que nós travestis empreendemos sobre e em/com nossos corpos acabam por desafiar a binaridade do sistema sexo-gênero, amparada em essencialismos e normatividades. Os sexos e gêneros foram construídos, a partir do século XVII⁵⁹, de maneira dicotômica [pênis-vagina; masculino – feminino; homem-mulher] e intransponíveis, compreendendo-se que a “ferida do sexo” marca um corpo desde o nascimento, sendo um garantidor direto do gênero [vagina – feminino; pênis – masculino], e ordenando práticas e desejo [em uma lógica heteronormativa] (BUTLER, 2012 *apud* VASCONCELOS, 2015).

(Musa dos Bombeiros): Na verdade, eu nunca fui muito de usar peruca, porque eu fui deixando meu cabelo crescer, e eu usava muito aplique, rabo de cavalo. E, logo em seguida, o meu cabelo foi crescendo e aí eu parei de usar. Mas a minha transição de travesti foi bem curta, pouca, porque como eu te disse, eu me montava na casa de amigos meus, escondido, gays, que também se montavam para ir nas matinês que tinha em Londrina, que começava umas 14h da tarde e acabava 21h, 22h da noite. E nessas matinês, eu comecei a ter contato e conhecer outras travestis que já eram transformadas, que já não eram travestis que se montavam, já eram transformadas. Elas tinham o corpo todo desenhado de silicone, com hormônio feminino e tal (...) Eu queria ser igual elas, igual uma mulher, queria ter seio, corpo todo cheio de curvas desenhadas. E eu comecei a ter amizade com elas e perguntar como que elas faziam e elas começaram a me ensinar aonde que eu tomava hormônio escondido. Eu comecei a tomar hormônio escondido porque elas começaram a me ensinar onde elas tomavam e elas me levavam onde era, e eu comecei a tomar as dosagens de hormônio e foi onde o meu corpo começou a mudar.

⁵⁹ Segundo Tomas Laqueur (2001), até o século XVIII, não existia uma distinção em relação de exclusão entre os corpos sexuais, estes não reconhecidos como corpos diferentes e opostos, mas sim em uma relação de continuidade e/ou perfeição, onde, os corpos que hoje nomeamos de masculinos representavam corpos com calor vital ideal, perfeitos, e outros, hoje chamados de femininos, como corpos com menos calor vital e, portanto, ainda imaturos, “não perfeitos”.

Refletindo com a *Musa dos Bombeiros*, as *Travestis que se montavam*, fala recorrente em seu discurso, aparece como um dos modos de ser travesti (e, por que não estar travesti?), embora esta identidade atinja um horizonte comum a todas, ao qual deslocamo-nos em processos de transição. É possível compreender que não há corporalidade travesti sem a pluralidade de experimentos e testagens. A corporalidade travesti é um corpo-laboratório em pleno funcionamento. Essa diferenciação entre *travestis que se montam* e *travestis feitas* é muito comum no Universo Travesti, geralmente, acionada para desqualificar aquelas que estão começando a moldar os seus corpos. Corroborando com esta ideia, **Laura Brazil** contribui:

[...] tem dois tipos de travestis na rua, né, que os homens procuram. Tem o “traveção” que a gente chama, que é o meu caso, né, que eu trabalhava nua, de bunda de fora, com o peito, trabalhava já de bunda virada para os clientes, até no farol, né, de bota, numa linha Joelma do Calypso, né, muito bem maquiada, um aplique, com cabelo, olho puxado. Tem homem que é apaixonado por travesti assim. E tem a menina, né, que a gente chama de “a Pati”, né...

Pati. É, a ninfeta, no meu caso é ninfeta, no meu tempo era ninfeta, hoje eles chamam de Pati. Que é aquela menina que já acorda menina, sem chuchu, que já começou a tomar hormônio muito cedo, que é bonita e que simplesmente vai para a rua, coloca uma saia jeans, uma sandalhinha de dedo, uma blusinha e nem batom ela passa. Pega a bolsa, bota duas camisinhas na bolsa e vai pra rua. Quando ela volta, ela volta com dez mil e a outra volta com mil toda nua. Então quer dizer, muitas vezes, esse corpão não quer dizer que tu vai ganhar mais dinheiro do que aquela outra que está magrinha lá.

Partindo deste pensamento introduzido por **Laura Brazil**, é possível perceber que as corporalidades estão, a todo momento, em disputa, condicionadas a uma lógica de competição; ainda que a *sexualidade como trabalho* produza valor a todos os corpos e corporalidades. Adequar-se às demandas da pista é conduta fundamental à permanência no exercício da prostituição, e a construção da corporalidade está implicada neste processo.

Narrativas que nos remetem a processos de busca de um lugar de referência identitária, uma nomeação para significar a existência e/ou, ainda, compor espaços de pertencimento. No balanço desse vai-e-vem de descobertas, (des)encontros, (des)caminhos e tensionamentos, orientamo-nos pelas vozes da experiência, voltamo-nos àquelas que trazem consigo as marcas da subversão à ordem normativa de gênero. Recorrendo a estes trânsitos, entre nomear uma existência e intervir/fabricar o/no corpo modos de Ser, as interlocutoras trazem também narrativas de trânsitos solitários e apoiados em redes de solidariedade, especialmente, em outras travestis, a produzirem saberes, corporalidades e tecnologias, muitas vezes, percebidas socialmente como saberes e produções marginais, por desviarem-se dos saberes oficiais.

(Paty Estrela): Foram várias, porque eu também já morei em Florianópolis, eu vivi no meu de trans. Quando eu conheci a Gabriela, que já era mais avançada nesse meio, estava passando por uma transformação também e foi o meu espelho.

(Laura Brazil): Quando eu caí e comecei a ir na Praça Quinze, eu tive contato com a Luana. E a Luana já era bem respeitada. E a Luana, pelo fato dela ser de Saco dos Limões e eu ser da Serrinha, a gente teve contato, inclusive ela morava numa pensão na Serrinha, quando ela estava em transformação ainda, bem recente, e eu trabalhava no Angeloni, e ela passava e mexia comigo, que ela sabia que eu era gay.

(Musa dos Bombeiros): Eu me espelhava nelas para eu poder me transformar. Ai com catorze, quinze anos, eu era um mulherão, já de tanto hormônio feminino que eu tomei. E, depois, logo em seguida, em Londrina no Paraná, eu conheci uma trans muito famosa, muito antiga aqui de Balneário.

Algumas que eu conheci, elas tinham quinze, dezesseis anos, já eram mais velhas do que eu na época, eu tinha doze, né, recém feito doze anos. Elas que foram o meu espelho e eu via nelas. E com catorze, quinze anos eu já tava bem transformada já. Porque como a gente tá no corpo de reconstrução quando é muito nova, eu comecei muito cedo, e quando eu já estava me desenvolvendo, então, o organismo da gente absorve aquilo com muita rapidez. Então, o hormônio faz efeito muito rápido.

(Marilu): Foi daí que eu comecei a andar junto com elas, pouco a pouco elas foram me ensinado a falar os bajubá, porque eu não sabia nada... ‘cuendar o coco do oco, coquá’. Eu não entendia nada, eu achava tudo muito engraçado, eu falei ‘que gíria que é essa, fazer chuca, cuendar o oco, cuendar a neca?’ Tal tal, aí elas foram me ensinando devagarzinho, tudo o que significava, que a gente tinha que falar nesse bajubá pras outras pessoas não entenderem o que a gente tava falando, que assim era como se a gente criasse uma nova língua. (...)

E daí, o que aconteceu, fui na casa da Carol, fiquei, assim, muito encantada por ela e a gente marcou de ir na primeira domingueira. Só que nessa primeira domingueira eu já quis colocar uma calça da minha irmã, uma calça apertada que eu roubei do guarda-roupa dela, da minha irmã mais velha. E eu coloquei uma blusona de homem, então eu fui uma coisa meio andrógina, né, fui junto com uma calça bem agarrada e uma blusona de homem, mas ainda não tava me sentindo confortável. Fui na domingueira, adorei, elas eram super fervedas, todo mundo conhecia elas e tal tal tal. E eu peguei, na próxima semana, na segunda semana, eu virei pra Carol e falei ‘Carol, você me monta pra ir junto com você na festa, porque eu tenho muita vontade. E até então, o Fabiano, que era nosso amigo, ele era muito alto, ele se sentia, assim, muito grandão, estilo a Vera Verão, ele tinha vergonha de se montar e de achar que ia ficar muito feio. Então, ela meio que adia isso, mas depois que ela viu a coragem que eu tive de na segunda semana já chegar de blusinha rosa, que a Carol me emprestou, uma calça Jeans boca de sino, que na época usava-se muito. O meu cabelo era bem curtinho, quase de menininho mesmo, mas eu colocava uma tiarinha assim e fazia uma make rosa, que a gente não sabia fazer maguiagem e fazia aqueles olhão rosa, que parecia um palhaço e achava que tava tudo lindo. Realmente, acho que pra época até tava lindo mesmo. E fui na domingueira. Então, foi a Carol montadíssima, que ela era a mais querida de todos os homens, e foi daí que eu vi os olhares se mudarem. Quando eu cheguei, todo mundo olhou, todo mundo começou a comentar na domingueira ‘nossa, você tá com roupa de mulher’. Os meninos passavam ‘ê, tá gostosinha hein’. Então, quer dizer, aquele mundo já me físgou na primeira balada que eu fui.

Ao mesmo tempo em que as sujeitas são construídas pelo discurso coletivo, estas se apropriam dos signos que envolvem essa identidade (travesti) e reconfiguram novas possibilidades de discurso, influenciando a Outra em sua produção identitária. Ou seja, corpos são construídos e escapam à norma, entre desejos, afetos e inspirações estéticas, ao olhar atento e minucioso de uma Travestilidade que produz feminilidades dissidentes, por meio de um processo que personifica sujeitas travestis à imagem de suas semelhantes - *Espelhotização das Corporalidades*, atribuindo sentidos às intervenções estéticas e produções de si. As interlocutoras trazem narrativas acerca dos saberes sobre vestimentas, hormonização, códigos de conduta, silicone industrial, próteses e demais intervenções estéticas. Explicitam, ainda, as automedicações, superdosagens, riscos e satisfações, revelando tecnologias recorridas.

No quadro a seguir, apresento as tecnologias utilizadas pelas interlocutoras, tais como: terapia hormonal, silicone industrial, próteses e demais procedimentos cirúrgicos.

Quadro 6 - Tecnologias de intervenção corporal narradas pelas interlocutoras

Interlocutora	Quando começou a intervir no corpo...	Biotecnologias utilizadas
Musa dos Bombeiros	Aos 20 anos, década de 2000	Terapia hormonal Silicone industrial Próteses de silicone (seios e bumbum)
Marilu	Aos 16 anos, década de 2000	Terapia hormonal Silicone industrial
Paty Estrela	Aos 25 anos, década de 1990	Terapia hormonal Silicone industrial
Pérola Negra	Aos 16 anos, década de 2010	Terapia hormonal Próteses de silicone (seios) Rinoplastia
Laura Brazil	Aos 20 anos, década de 1990	Terapia hormonal Próteses de silicone (seios) Silicone industrial

Fonte: Dados sistematizados pela autora

As interlocutoras passaram por dois momentos distintos de transformação, um, anterior à entrada na prostituição, sendo este a montagem; outro, que se materializa no interior do exercício da prostituição, sendo este a intervenção propriamente dita no biológico, por vezes, com cirurgias e aplicação de silicone industrial. A única a não passar pela aplicação do silicone industrial foi **Pérola Negra**, embora tenha feito rinoplastia e implante de próteses de

silicone. É preciso considerar que as interlocutoras compõem três gerações de travestis, com especificidades, mas em comum o silicone industrial: **Paty Estrela** e **Laura Brazil** – década de 1990, do século passado; **Musa dos Bombeiros** e **Marilu** – década de 2000; **Pérola Negra** (e Eu) – década de 2010. Na sequência, analiso as narrativas sobre os usos destas tecnologias, meios de acesso e significados, simbolismos e saberes.

Estética do manto de amapô como o atributo-mór de feminilidade

O cabelo e suas representações – manto, picumã, *canecalon*, peruca, *mega-hair*, aplique, tela – é uma das primeiras manifestações de feminilidade da/na corporalidade travesti para muitas. Para **Pérola Negra** e **Marilu** foi o *start* de um corpo em experimentação: o despertar de uma Travestilidade adormecida. As narrativas apontam para o sentimento de satisfação das travestis com a conquista do tão desejado manto de amapô, sendo acionado, inclusive, como atributo essencial à prostituição. Este tem como função atrair os clientes, operando como arma de provocação e sedução.

(Pérola Negra): Não, eu botei o cabelo e não tomava hormônio, porque eu não sabia, na verdade, eu achava que era só botar o cabelo. Nem sabia de peito, na verdade, pra mim, eu botava o cabelo e tava me sentindo bonita.

(Marilu): Os momentos mais felizes foi quando o meu cabelo começou a crescer bastante, que daí eu me senti bem feminina. Porque, eu acho que o cabelo, ele deixa o rosto da gente mais feminino. E o cabelo tem todo um charme, né? Travesti sem o cabelo comprido, ou pelo menos, assim, um pouquinho mais abaixo do ombro, eu acho que não fica muito bom. Pra mim, eu acho o cabelo a parte mais feminina da mulher, aquele cabelão bonito, bem tratado, que você pode jogar ele pro lado, sensualizar com ele. Os homens ficam loucos, né?

Nesse sentido, recordo-me dos meus primeiros momentos na *pista*. O picumã sempre foi o atributo-mór em minha experiência, ainda no início da carreira. Eu ia à batalha cheia de confiança, com um cabelão longo, louro, que batia no *edi*⁶⁰. Diferentemente das minhas companheiras de *pista*, meu picumã sempre foi natural, provocando a imaginação dos clientes que passam à procura de *bonecas* femininas. A conversa sobre cabelo e suas representações é a mais recorrente no *Universo das Travestis*.

Estética dos efeitos hormonais

Dentre as tecnologias de adequação do corpo, a hormonização assume certa centralidade no que se refere a ser comum a todas as interlocutoras, sendo uma importante tecnologia, ainda que por meio da automedicação, utilizada nas experiências travestis com a

⁶⁰ Referência às nádegas, bumbum.

finalidade de promover transformações corporais (PRECIADO, 2008). A hormonização, no caso das interlocutoras aparece como o segundo plano interventivo, logo após as práticas de montagem: uso de vestimentas, acessórios e adereços, visto que as imagens corporais mais aproximadas às feminilidades se fazem necessárias.

Nos estudos sobre as travestis de Salvador, Kulick (2008) aponta que a hormonização é imprescindível porque marca o início do processo de transformação mais profunda do corpo. É o momento em que começamos a nos realizar como travestis. Com o uso contínuo de hormônios, o corpo vai ficando levemente curvilíneo, arredondado, compondo formas femininas: crescimento dos seios, traços faciais suaves, acúmulo de gordura na região dos quadris.

(Laura Brazil): Quando comecei a tomar hormônio, no meu curso de cabeleireira, que meu peito começou a crescer, é que eu fui demitida e fui para fora de casa também, minha mãe me colocou para fora de casa. Foi onde eu fui para a prostituição, que daí fui morar com uma amiga, e eu mandava currículo e não me via empregada de jeito nenhum, e eu não sabia até então por quê, né... desconhecia esse preconceito que a gente conhece muito bem hoje. E daí eu via as outras, minhas... meus pares indo para a rua, que já eram hormonizadas, já estavam em um processo mais (entrevistadora pergunta “avançado?”) à frente do meu com relação à transexualidade, à feminilidade, e daí eu fui indo, fui indo, quando me vi já estava dentro da prostituição.

(Paty Estrela): Primeiro a gente começa na fase “tudo devagarzinho”, tomando hormônios, roupas femininas, vai deixando o cabelo crescer, vai deixando o peito crescer e depois têm muitas que já vão para o silicone, vão pro silicone industrial, vão para as próteses, e assim que a gente vai se construindo, mas o momento essencial da gente é o cabelo.

(Marilu): Eu fui colocando uma blusinha de menina, uma partezinha de homem, um colar de mulher. Então quer dizer, eu fui começando aos poucos. [...] Foi aonde, eu resolvi assumir mesmo perante a sociedade, entendeu? Comecei a me vestir, sair da minha casa mesmo vestida de mulher. E é muito gostoso, porque é uma coisa que vem, assim, da alma mesmo. Entendeu? Uma coisa que eu me identifico muito, então, foi muito bom eu ter saído, como o povo fala, saído do armário né? Eu não tinha mais que me preocupar com mais nada, com ninguém, entendeu? Eu saía livremente, e daí foi aonde eu comecei perceber que os homens olhavam muito pra gente e foi quando eu descobri que os homens tinham muito desejo na gente. Eu fiquei assim de boca aberta. Gente, eu não acredito que aquele menino me quer. Eu não acredito que aquele menino tá me paquerando. Eu não acredito que aquele menino tá mandando mensagem pra mim, escrevendo bilhete e tudo mais. Então, aquilo lá ergue teu ego de uma tal maneira que você se vê, assim, como se fosse uma diva. Eu me via como se fosse uma diva, porque até então, eu não saía com ninguém, quando eu era gayzinha, era um menino ou outro do bairro. Aí depois, quando eu me transformei mesmo, que o meu cabelo começou crescer, as minhas unhas começaram a crescer... Eu comecei a ficar mais feminina do que eu já era. Foi aonde a Carol sentou comigo e falou ‘você quer ser travesti, então eu tenho uma coisa pra te falar, você tem que tomar hormônio, porque o hormônio vai diminuir as seus pelos, o hormônio vai deixar sua voz mais fina e o hormônio vai deixar você mais delicada, além de, talvez você tenha mais axé, teu peitinho vai crescer um pouquinho e seu corpo vai ficar um pouquinho mais arredondado. Então, aí você vai começar a ficar uma menininha mesmo, entendeu? Foi aonde eu comecei a tomar um monte de hormônio, que na época se chamava unociclo, diane 35. Eu tomava perlutan que era uma injeção, que a gente ia na farmácia aqui perto de casa e tomava naturalmente, sem receita médica, sem nada.

Refletindo com **Marilu**, volto-me às memórias do passado, tempo em que as descobertas destes modos de Ser à luz da travestilidade causaram-me a mesma euforia sentida pela interlocutora. Eu queria ser olhada pelos meninos, ser desejada, ser tratada no feminino; tão precocemente, já entendia os dissabores deste entre-lugar, deste sentimento mal resolvido. É preciso desvelar nossas identidades, localizando-nos, a partir dos desejos mais íntimos. Estes momentos nos são esterilizados, higienizados, em nome da ordem normativa de gênero.

A hormonização é apontada como uma das primeiras intervenções e de uso contínuo, sendo seu uso realizado por meio de métodos clandestinos, contrapondo-se aos discursos oficiais (sobretudo o de saúde). Faz-se recorrente nestas narrativas, alusões à automedicação e hiperdosagens de hormônios com a finalidade de atingir resultados mais satisfatórios. Entretanto, há também narrativas sobre possíveis riscos. Volto-me novamente às memórias do passado, quando, no ímpeto de mudar as formas do corpo, em busca de uma formato curvilíneo e avantajado, eu aplicava até quatro *Perlutans*⁶¹ por mês, o que é altamente contraindicado.

A hormonização aparece como responsável por romper com os signos masculinos corporificados, levantando a questão de que por meio de intervenções químicas se produzem poderes sobre os corpos, moldando-os, esculpindo-os. Estes saberes se colocam como um contra discurso às teorizações sobre a produção de saúde, aparecendo para o discurso oficial como uma prática que produz doenças, ao passo que não percebem (ou não lhes interessa perceber) que as alterações deste corpo masculino é uma das principais demandas de saúde das travestis (SAMPAIO, 2013). Outras marcas acabam por posicionar, nomear, hierarquizar os corpos, valendo-se de significações estéticas para a produção da travestilidade (PRECIADO, 2008).

(Marilu): Até então, eu nunca tinha tido contato com uma travesti, magina, tinha visto de longe, mas eu nunca tinha tido conversado, nem tinha visto de perto uma travesti. E daí eu fui com a minha amiga, com o Fabiano, que na época ainda era Fabiano. A gente foi lá na casa da Carol, chegamos na casa dessa Carol, ela tava lavando o cabelo, tinha um cabelo perfeito, levemente ondulado, preto. Ela tava lavando o cabelo na caixa d'água, um cabelo bem comprido, duns 55 centímetros e daí a hora que eu cheguei, eu fiquei encantada na hora que eu vi ela, que ela virou assim. Eu fiquei encantada de ver ela com a sobrancelha tirada. Ela com uma sainha bem curtinha, aquele cabelão compridão assim, e aí a Carla (eu falo Carla, porque aí depois o Fabiano virou Carla, você entende né?), o Fabiano então, na época, virou pra mim e falo pra Carol 'ah, essa aqui é minha prima, ela mora lá no Campestre, é uma bixinha'. Aí a Carol olhou pra mim 'hum, ela é bonitinha, nossa vai dar sorte sim'. Na hora que eu vi a Carol, eu sabia que era aquilo que eu queria pra minha

⁶¹ Hormônio feminino injetável, conhecido por mudar as formas do corpo mais rapidamente.

vida, eu não sei explicar como, mas na hora que eu vi, eu fiquei tão encantada, que eu falei ‘eu quero ser igual ela’.

Refletindo com *Marilu*, percebemos que as travestis mais velhas exercem a função de orientar sobre as modificações corporais. Estas costumam encorajar as mais jovens a tomar hormônios, sabendo que quanto mais cedo for iniciada a hormonização melhor será seu efeito, muitas vezes, por meio da automedicação. Os hormônios reduzem pelos, deixam a voz mais suave, feminilizam o corpo, constituindo uma corporalidade treinada, cotidianamente, a desfazer as marcas dos signos masculinos. À medida que a hormonização atinge seus resultados, é preciso materializar uma corporalidade mais feminina.

Os processos mais lentos, combinados a certas urgências em se colocar em um corpo de alguma forma reconhecido na humanidade, de promover retornos a corporalidades inteligíveis (BUTLER, 2004; 2006), suscita as narrativas que buscam intervenções diversas que promovam resultados satisfatórios, de forma mais rápida. Entra em cena o silicone (industrial e em próteses) e Marilu nos descreve a *Siliconização da Travestilidade*:

(Marilu): Aí chegou a hora da transformação, fiquei com um medo, menina, eu falei ‘o que que eu tô fazendo aqui, gente?’. Uma coisa clandestina. Uma loucura. Só que quando a gente é mais novinha e a gente tem muito desejo, a loucura passa por cima de tudo isso, que a gente tem coragem, coisa que hoje em dia eu já não teria mais. Mas naquela época eu tinha, porque eu tinha muita vontade de ter aquele corpo, foi quando eu coloquei os meus 3 litros de silicone no corpo. Doeu muito, eu lembro, eu senti muita dor, porque eu sou muito cagona pra dor, pra qualquer coisa. Eu lembro que no último litro, eu comecei a chorar, porque eu não tava aguentando mais, só que como eu fiz um lado e depois eu precisava fazer o outro, tive que ficar aguentando. Passei mal depois, minha pressão caiu, fiquei toda suada. Ela fez eu comer, me alimentar, aí depois eu vomitei. Achei até que ia morrer. Aí passou um dia, eu vi que não fez nada, daí eu fui melhorando. No segundo dia, eu me senti melhor. No terceiro, eu já tava ótima. No quarto dia, eu já peguei e já vim embora pra minha casa. Eu não podia sentar, então eu peguei o ônibus de Leme até Araras, e eu vim de pé dentro do ônibus, imagina a cena, todo mundo sentado e eu com aquela bunda, inchada, enorme e não podendo sentar. Aí tive que vir de pé no ônibus pro silicone não descer pra perna né?

As narrativas trazem, igualmente, os riscos do uso do silicone industrial e das satisfações dos resultados. Na época em que fizeram as intervenções, seus resultados não as fizeram se arrepender, embora, não se arriscariam novamente a fazer o mesmo procedimento. Inclusive, em um movimento crítico e reflexivo, problematizam os usos de silicone industrial por travestis.

Contudo, estes traços no corpo ganham importância estética no que se refere a aparecerem como marcas somáticas de produção de identidade: neste caso, a corporalidades

travesti. Para **Laura Brazil**, há uma linha tênue entre a homossexualidade e a Travestilidade no *Universo das Travestis*, onde esses modos de Ser se diferenciam por meio de signos corporais.

(Laura Brazil): No mundo das travestis tem essa coisa muito de... tem uma linha que divide, que dividia até então na minha época, né, a travesti do gay. Então o que era a travesti? A travesti pra nós era assim, aquela que já tinha se submetido a colocar silicone e principalmente aquela que já tinha colocado prótese. E se tivesse peito de hormônio tinha que ser grande, tinha que aparecer pra gente considerar travesti, entendeu? Então o pessoal chamava de ‘viadinho’, né, que a gente chamava no meio delas.

Ademais, a cirurgia é pensada algumas vezes como artifício a reinserir as travestis nas mesmas regras culturais que foram “excluídas”, como meio de restaurar, costurar as linhas lógicas que foram, de algum modo, rompidas por suas subversões (BENTO, 2006; LANZ, 2014). Os corpos carregam marcas, que nem sempre conseguimos dizer precisamente onde elas estão inscritas, e estas marcas hierarquizam e posicionam as pessoas nos grupos que fazem parte (LOURO, 2008).

5.2 SILICONIZAÇÃO DA TRAVESTILIDADE: DA CASA DE BARTÔ AOS DIAS ATUAIS...

*Casa de Bartô*⁶² é um documentário que data de 1987, que conta a história de travestis e sua relação com a aplicação clandestina de silicone industrial. Bartô, dona da casa de aplicações, elabora algumas explicações no início da entrevista, sobre como proceder no processo de aplicação. O corpo de Bartô é *todo feito* por ela mesma. De acordo com ela, para que a aplicação seja bem-sucedida, três dias antes é preciso tomar uma injeção de *benzetacil*, para evitar contaminação ou problemas decorrentes da aplicação. Logo depois, ela narra que é preciso “riscar” o local da aplicação, com as formas desejadas. Em seguida, sugere como próximo passo um vidro de anestesia: xilocaína sem adrenalina, pois a adrenalina faz mal para o coração. Explica que é necessário introduzir a anestesia com uma agulha fina e, posteriormente, o silicone líquido com uma agulha mais grossa.

Bartô mostra cada parte do seu corpo *bombado* por silicone industrial, indicando que ainda faltam fazer alguns retoques no bumbum. Como falamos nos dias de hoje, falta *dar um realce*. Bartô é interpelada por outra travesti, que evidencia ao jornalista, os efeitos do silicone em seu corpo, sinalizando as manchas e deformidades causadas pela aplicação. “*Bartô teve muita sorte, pois ela tem um organismo muito bom, uma vez que o silicone é tóxico*”, diz

⁶² Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YQjPfouRaAk> >. Acesso em 10 nov. 2018.

Andréa. Bartô revela que tem cerca de 9 litros de silicone aplicado em seu corpo. **Andréa** narra as aplicações no corpo de Bartô, afirmando a mesma foi muito inteligente, à medida em que soube aplicar e dar formas ao rosto, amenizando as formas da sua “condição de homem”. Sinaliza as seguintes aplicações: nos braços para disfarçar os músculos, característica comum aos homens; nas costas para “arredondar e dar formas femininas” e nos pés para dar um “formato redondinho”; nas canelas e pernas. De acordo com elas, *o silicone é a beleza que é um esplendor: “nasce homem, não tem peito, não tem nada, de repente, da noite para o dia, tem umas mamas bonitas, um corpo escultural”*. Em seguida, exibem outra travesti, chamada **Grazielly**, com o corpo todo feito também, à espera de mais um realce nos peitos. O jornalista pergunta se o silicone faz mal, prontamente, **Grazielly**, em tom de brincadeira diz que *“graças a Deus não, a única maldade que me faz é não conseguir outro tão rápido, porque eu estou resfriada”*.

Marcela, é outra travesti que aparece em cena, recém aplicada de silicone, de acordo com Andréa: *“a Bartô fez o peitinho dela ontem”*. **Bartô** diz que fez seis furos em cada peito de **Marcela** para a aplicação de silicone. **Andréa** mostra o instrumento utilizado para colocar no meio dos peitos após a aplicação, uma espécie de molde, que serve para evitar que o silicone se espalhe e forme “um peito de pombo”. Logo depois, aparece outra travesti no vídeo, sem silicone no rosto. Esta, por sua vez, devido a uma marca de cicatriz no rosto, causada por uma briga de território na *pista*, não pode fazer a aplicação. Ao falar sobre como foi feito o corte em seu rosto, ela diz: *“foi navalha. Problema de esquina né. Eu saía mais do que a outra, tinha mais cliente né, e ela sempre entrava na minha onda... e eu colocada, bêbada, e ela também... a gente se atracou e eu levei a pior”*. Em um sofá, ao fundo, outras duas travestis aguardavam na fila para realizar as aplicações de silicone com **Bartô**. Todas muito entusiasmadas. De forma recorrente, falavam: “Quero me fazer com a Bartô”. Bartô inicia os procedimentos em Marcela que estava à espera de um realce, embebe algodão com álcool para “esterilizar” a região a ser aplicada. Após, desinfetar, faz as marcações, medindo a separação dos seios e a “bolsa do peito”. Em seguida, ela anestesia a região com xilocaína: “meio cê-cê”. Ao aplicar o silicone, **Bartô** pergunta à **Marcela** se ela está sentindo alguma coisa, ou dor de cabeça. Conforme o silicone vai entrando, intercutâneo, formam-se calombos que são desfeitos com massagem para que o silicone se espalhe. Sendo aplicado lentamente. O jornalista fala à **Bartô** que “tudo é muito rudimentar, não poderia ter uma forma mais confortável para fazer isso?” e ela replica: *“o confortável para mim é isso: ela se joga numa cadeira, fica eu-ela, uma garrafa de café, um maço de cigarro e eu tô sempre perguntando ‘sente alguma dor de cabeça?’”*.

Caso de Bartô é um retrato da realidade social das travestis e suas experiências com o uso clandestino de silicone industrial. Uma realidade imbuída riscos e perigos, embora o discurso da conscientização esteja presente nos relatos da maioria de nós, que em menor ou maior grau de segurança nos submetemos a este procedimento, motivadas, muitas vezes, pela *Espelhotização da Travestilidade*, buscando atingir as mesmas formas corporais de nossas semelhantes. Passaram-se 31 anos e, ainda, na atualidade a *bombaço* permanece como prática recorrente. À época o silicone industrial era injetado em quase todas as regiões do corpo: extremidades faciais, ombros, costas, peitos, quadris, bumbuns, pernas, e pés e em quaisquer outras regiões identificadas como apropriadas à aplicação. Algumas travestis que convivi, relatam-me que a “aplicação de silicone tornou-se um vício”, é sempre necessário mais, com a justificativa de que será apenas mais um realce e, assim, o corpo vai ganhando cada vez mais formas. Em alguns casos, o realce é feito para corrigir imperfeições, marcas de má aplicação, diferença de tamanho, entre outros aspectos.

No início do ano, estive presente no *II Encontro Nacional de Redes formadas por Travestis e Transexuais*. No decorrer do evento, conheci uma travesti de Brasília que tinha três meses de *bombada*, bem recente. Na ocasião, mostrou-me algumas deformidades que, de acordo com ela, a *bombadeira* tinha deixado propositalmente, visando ganhar valores acrescidos com o retoque. Prática comum entre as *bombadeiras*. Há três anos, em 2015, fui a Porto Alegre, injetar pela primeira (e última) vez o silicone industrial, na casa de uma cafetina muito conhecida no meio travesti. À época, lembro-me que pedi à *bombadeira* para colocar uma pequena quantidade de cada lado do “bumbum”, totalizando 1 litro.

Passaram-se mais de três décadas do *boom* que foi a aplicação do silicone industrial e seu uso segue sendo uma alternativa de construção da Travestilidade, considerando, ainda, que as primeiras orientações sobre como proceder e onde encontrar o produto surgem no interior da *pista*. Neste sentido, a prostituição de rua assume papel central na corporificação da Travestilidade, moldada pelo silicone líquido.

5.3 CONDUTAS FORJADAS NA *PISTA*: CÓDIGOS E LINGUAGENS

Parto da ideia de que a prostituição de rua produz uma Travestilidade imersa nas fronteiras da *Sexualidade como Trabalho* e que essas fronteiras fazem com que se (re)criem códigos de conduta peculiares ao Universo das Travestis. Entendo como código aquilo que é criado e compartilhado de modo consensual: códigos legitimados por todas; enquanto que conduta corresponde aquilo que se faz: comportamentos efetivos, que podem ou não ser

legítimos, e por isso geram conflitos. Em síntese: código é o significado e conduta é o que eu faço com esse significado.

Pensar os códigos de conduta desenvolvidos pelas travestis, a partir das relações e (inter)ações experienciadas no exercício da prostituição de rua, implica em um processo de análise capaz de dar conta tanto das nossas resistências, como sujeitas *identitárias*, quanto dos “efeitos da moral” que recai sobre nós que vendemos sexo. Cabe, nesse sentido, pensar os códigos de conduta a partir desses dois marcadores sociais: sujeita na experiência de uma **identidade marginalizada** e em condição de **trabalho precário e estigmatizado**.

Em um primeiro momento, projetemo-nos à realidade social das travestis para o exercício de compreensão: a ocupação da “pista”, as negociações com cafetinas e clientes, o acesso aos pensionatos, a comunicação por meio da linguagem *pajubá*, a transformação do corpo com silicone industrial. A identidade travesti reconfigura-se a partir dessa “ordem social”, retroalimentada pela prostituição de rua, onde os códigos de conduta ganham outros contornos e se desenvolvem de outras formas. Nesse caso, é possível pensar num conjunto de códigos e valores que, além de contraporem à moral, estabelecem-se nas relações com o “sexo”.

(Laura Brazil): Eu acho que a prostituição, com relação à feminilidade, pra eu me assumir travesti, é... Tem duas questões, né. Tem a questão do tu-eu, né, de tu querer ser mulher, de tu te olhar no espelho e se sentir mulher, hormonizada, com cirurgias quando necessário e tal – não tô falando de cirurgia de sexo, tô falando de cirurgia de feminilização – e a questão realmente da necessidade de tu ficar mais feminina para chamar mais atenção dos homens na rua e tu ter mais rotatividade nos programas, né. Que daí tu consegue mais clientes, chama atenção dos homens, eles param mais, né... Isso eu senti quando eu coloquei o silicone a primeira vez, né. A minha bunda ela ficou muito perfeita.

Laura Brazil narra a experiência com a feminilização da corporalidade como fundamental à “rotatividade nos programas”, revelando-se como um dos múltiplos códigos de conduta da *sexualidade como trabalho*. Nesse sentido, refletindo com Laura, volto-me ao meu processo de corporificação, em busca de um “ideal feminino”, no contato com a *pista*, para exercício de compreensão de uma *feminilização evolutiva*, gradual e necessária para a conquista de clientes.

(Marilu): As que tinham bumbum grande ganhavam bem mais. E, as que, no meu caso, eram hormonizadas, que nem eu, ganhava, mas não era tanto igual as outras. Ganhava, porque era novinha, então, tem homem que gosta de novinha. Às vezes, eles preferem e falam ‘ah, essa eu vou fazer de boba’. A gente ia, queria agradar eles, ficava muito mais tempo do que eu preciso, tal tal tal. Hoje em dia, eu vejo que eu agradei muita gente que não valeu a pena. Tipo, eu ganhei meu dinheirinho ali, mas eu poderia ter sido mais rápida, como eu sou hoje. Eu já vou, já faço o que tenho que fazer, já despacho. Ai, se tá colocado, tchau, entendeu? É uma coisa que quando a gente é novinha, a gente não tem noção.

Para **Marilu Guidotti**, há uma diferenciação nos valores dos programas: as travestis que têm a corporalidade esculpida ganham mais. Neste sentido, adequar o corpo a um modelo-padrão procurado pelos clientes também se configura como um código de conduta, fundamental ao exercício da prostituição, pois é a estética da corporalidade travesti, figurada em suas variáveis dimensões, a responsável por atribuir mais ou menos valor aos serviços sexuais. Na batalha dos espelhos da corporalidade como vitrine, alguns corpos produzem mais valor que outros. A *corporalidade como vitrine* nos conduz, mais uma vez, mobilizadas por códigos, a produzir corpos de alto custo. Como nos ensina Maria Clara Araújo dos Passos⁶³: *Travesti é caro!*

Assim, as experiências das travestis com a *pista*, apesar de atravessadas por uma concepção moral normativa, nos revelam uma transgressão da conduta em resposta às dinâmicas sociais dessa sociabilidade em específico. Destarte, há um deslocamento de sentidos sobre a conduta quando as travestis vivem a experiência da prostituição. Na *pista*, as travestis se encontram em constante processo de retorno para si e, quando em situações de controle e poder, em “outro lugar” distinto de si.

(Marilu): Quando eu cheguei para fazer meu primeiro programa eu tinha 16 anos. E naquela época, eu achava o que, que os homens queriam a gente apenas para ser passiva. Eu nunca sonhava que os homens queriam uma ativa. Então, eu cheguei na rua, toda quietinha, tomava hormônio, não gostava que pegavam em mim, na minha neca. Eu não gostava de mostrar. Eu queria ser a mais menininha possível. E com o passar dos tempos, eu fui notando que a maioria dos homens que brecava pra gente, eles até, assim, queriam fazer sexo com a gente, comer a gente. Mas, na verdade, eles queriam também pegar no pau da gente. Eu não entendia isso, não entendia o porquê que eles queriam isso. Eu tava lá que nem uma menina. Aí como eu fui acostumando, hoje em dia a gente já entende claro, os homens pegam as travestis por causa do pipi. Porque o que que acontece, se eles for pra sair com a gente só pra comer, ou é porque ele tá meio receoso, não saiu com tantas travestis, ou então é porque, tipo assim, ele quer uma coisa rápida, ali, limpar a sujeira. Não achou ninguém na noite, parou ali, limpou a sujeira e quis ir embora, entendeu? Porque, caso contrário, os homens que gostam de travestis mesmo, que saem direto, eles vêm pegar a gente por causa do pipi. Eles gostam. O desejo sexual deles é esse, eles estão lá vendo o corpão de uma mulher, um cabelão, mas que tem o órgão masculino.

A partir do pensamento de **Marilu**, reflito sobre as vezes em que o genital foi primordial para a venda do sexo na pista, havendo, neste sentido, uma cobrança estética, quase uma exigência, à permanência no exercício da atividade. É preciso ter *neca*, mais ainda, é preciso que ela seja *odara*. Ou seja, terá êxito profissional a travesti que tiver a libido alta e conseguir deixar a *neca* dura para penetrar os seus clientes.

⁶³ Travesti, Afro-Transfeminista, Estudante de Pedagogia – UFPE.

A *pista* produz sentidos às relações que nós travestis estabelecemos com o corpo, (re)criando corporalidades que tencionam, à medida que se moldam às demandas daqueles que contratam seus/nossos serviços sexuais. A partir deste movimento, transitivo, de (re)descoberta de si e da sexualidade, nossos corpos circunscrevem novas formas de se relacionar com a Outra. Neste percurso, é necessário compreender as fronteiras entre corpo e *pista*, entre o real desejo e a demanda da clientela, separando as práticas da vida sexual privada das práticas sexuais do exercício laboral. Há quem não as separe. Assim como, há quem considere uma delícia uni-las, para assim transbordar de prazer.

Sobre o conceito de experiência, Scott (1998) nos revela que não são os sujeitos que constroem a experiência, mas as experiências que os tornam possíveis. Destarte, articulo o conceito de “experiência” não como conceito central da minha análise, “não como a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz” (SCOTT, 1998, p. 304).

Para se estabelecer sua *localização* e sua *distância*, sobre este lugar, esse “fora de si” de que é necessário o retorno, é preciso também compreender os códigos de conduta de um micro-sistema – prostituição de rua, venda do sexo e suas negociações –, que rompe com a moral, ou que, num ato de resistência, propõe outras morais (possíveis). A prostituição como parte das relações de trabalho também é estruturalmente operacionalizada em hierarquias: as trabalhadoras são as travestis que ocupam a *pista*; os patrões são as *cafetinas* e os *cafetões*; os financiadores são, geralmente, os clientes da classe trabalhadora e pequeno-burguesia.

O vir-a-ser-travesti é parte desse processo das práticas laborais, de experiência com a *pista*, de subjetivação. O corpo como “campo de batalha”, como expressão estética, constrói-se e desconstrói-se em um aparato de **Composições Estéticas** e **Condutas Travestis**: de trabalho, de territorialidade, de migração, de tempo-espço, de desejo e de encontro com os regimes internos de poder, constituintes de um micro-sistema que reproduz a ordem do “mundo externo”. O corpo das travestis nesse processo-trânsito é corpo-mutante, é corpo que se faz.

5.4 MOBILIDADES, MIGRAÇÕES E APROPRIAÇÕES COMO CÓDIGOS DE CONDUTA

Em diálogo com Ana Paula Barreto, presidenta da Associação de Travestis e Transexuais de Balneário Camboriú (BC), constatei uma particularidade histórica da

prostituição na cidade: pouquíssimas travestis em contextos de prostituição de rua, à época até os dias de hoje, são oriundas de BC. Ana é uma das travestis mais antigas a exercer a prostituição nas avenidas da cidade e revela a intensa migração de travestis à cidade do litoral catarinense, sendo ela uma migrante. Relatou-me que saiu de Londrina/PR, sua cidade natal, aos quatorze anos de idade para se prostituir na Dubai brasileira.

Minha inserção na atividade de prostituição em convivência com outras travestis que ocupavam a região da Avenida do Estado, permitiu-me perceber como produziam, viam e se relacionavam com aquele espaço e com a própria cidade de BC. Até os idos de 2012 a Avenida do Estado, estima-se que, era ocupada por dezenas de travestis, onde ficavam posicionadas em grupos, estrategicamente para protegerem-se das violências cotidianas, de acordo com A.P.B., em função das transformações urbanísticas e conflitos internos entre as travestis no exercício da prostituição. Percebi em meus primeiros contatos com a *pista* que as travestis se apropriavam da categoria socioespacial *Rua*⁶⁴ para designar os territórios em que são ocupados por nós travestis que exercemos a prostituição, tratada aqui como uma extensão da *pista*. Utilizarei o termo como categoria êmica, tecendo diálogo com os argumentos presentes em DaMatta (1991); com o conjunto de categorias proposta por Magnani (1998; 2012) – pedaço, mancha, trajeto e circuito – e com o conceito código-território presente em Perlongher (1987), evidenciando novas potencialidades para expansão da reflexão sobre apropriação do espaço urbano pelas travestis.

A partir das percepções das travestis é inverossímil que as observações e considerações sobre a rua em DaMatta (1991) não sejam pertinentes e compreensivelmente identificadas na *Rua* e em sua relação com a produção de significados, simbolismos e saberes travestis na construção de suas corporalidades. A (des) territorialização das migrações em disputa produzem estratégias de acesso à *Rua* que nos direcionam às regiões com maior circulação de capital financeiro aos contratos de serviços sexuais, permitindo-nos diferenciar *territórios milhões de territórios penosos*. Tais reflexões suscitaram também outra questão, a saber, a possibilidade da existência da categoria *Rua* nas cidades e lugares presentes nesses deslocamentos, e as potencialidades que carregam para a fabricação das travestilidades e suas corporalidades. Pensando o corpo como mediador da sexualidade como trabalho, para ser colocado em *vitrine*, exibido e conduzido à prática sexual, a relação entre corpo e *Rua*, identidade e *Rua* parecem-me produzir dimensões estéticas e códigos de conduta acerca de

⁶⁴ Aqui *Rua* é um termo usado pelas travestis em contextos de prostituição de rua, com um significado peculiar às exercentes da atividade, configurando-se como uma expressão nativa.

corporalidades que se constroem em meio aos processos de constituição de si e de exercício laboral.

Pensar a questão social da prostituição implica em considerar os aspectos que a constituem, como os processos de exercício referentes aos trânsitos, às circulações e às imigrações de mulheres para prostituição, tecendo um debate também sobre turismo sexual e tráfico de mulheres (KEMPADOO, 2005; MAYORGA, 2010; PISCITELLI, 2013). Pelúcio (2009) e Teixeira (2008) desenvolveram estudos sobre a migração de travestis brasileiras para a Espanha e Itália, mostrando que a declaração de **Laura Brazil** sobre sua viagem à Europa fazia eco em um contexto onde a mobilidade era pressuposto, tomando os deslocamentos como estratégias de procurar oportunidades econômicas e sociais em outros lugares. A prostituição de rua é um fenômeno que expressa distintas possibilidades de exercício, permeadas por estigmas e violências de toda ordem, embora os contextos sejam múltiplos, considerando aspectos regionais, de classe e mobilidade (EMAKUNDE 2002; OSBORNE, 2004).

5.5 RACIALIZANDO A PROSTITUIÇÃO E A TRAVESTILIDADE

A partir de uma análise interseccional, histórica e crítica é possível observar que – em muitos momentos de enfrentamento e organização política – o *feminismo negro*, de trabalhadoras sexuais (prostitutas) e travestis se encontraram do mesmo lado. Nesse sentido, as contribuições de Ângela Davis⁶⁵ são de suma importância para a construção de um novo pensamento sobre a prostituição e a identidade travesti. De acordo com Davis (1999), na década de 1970, as primeiras questões relacionadas à indústria do sexo foram suscitadas por meio dos debates em torno da violência sexual, fortemente relacionadas à época. Em discurso proferido na Marcha das Mulheres [*Women's March*] contra Donald Trump, Davis⁶⁶ afirmou:

*Sim, nós saudamos o 'Fight for 15'. Dedicamos nós mesmas para a resistência coletiva. Resistência aos bilionários exploradores hipotecários e gentrificadores. Resistência a privatização do sistema de Saúde. Resistência aos ataques contra muçulmanos e imigrantes. Resistência aos ataques contra as pessoas com deficiência. Resistência a violência do Estado perpetrada pela polícia e através da indústria do complexo prisional. Resistência a violência de gênero institucional e doméstica, **especialmente contra mulheres trans negras.***

⁶⁵ Filósofa, professora (aposentada) de História da Consciência (Universidade de Califórnia, USA), dirigente do Partido Comunista de EEUU, ex-integrante das Panteras Negras e investigadora especializada em feminismo, marxismo, abolicionismo do sistema penitenciário, teoria crítica e estudos afro-americanos.

⁶⁶ Ver discurso na íntegra em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/23/o-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contr-trump/>>.

Neste contexto, “abrasileirando” a discussão, trago à cena **Maria Clara Araújo dos Passos** (2018; 2014)⁶⁷, uma importante pensadora contemporânea que tem se dedicado a produzir saberes acerca da Travestilidade com base na perspectiva de raça, especialmente, quando propõe *travestilizar o movimento negro* e *racializar o transfeminismo*, pautando seu pensamento no enfrentamento consciente e político de uma melhor qualidade de vida para as travestis negras. Refletindo com M.C. (2018)⁶⁸, penso que é emergente a necessidade de produzir um horizonte comum às travestis negras, prostitutas ou não, ainda que as travestis negras que exercem a prostituição tragam marcas específicas em suas Travestilidades, que as constituem nos contextos de prostituição de rua.

Para M.C. (2018), há uma dificuldade no exercício da interseccionalidade, no âmago do “devir transfeminista”, ainda que, em algum momento, travestis brancas e negras compartilhem das mesmas “mazelas”; suas identidades não podem ser analisadas em um único vetor. Para além de ser travesti, M.C. também é negra. Proponho, a partir desta reflexão, pensar a adição de outras identidades: **Pérola Negra**, para além de ser travesti e negra, também é prostituta.

A corporalidade da travesti negra personificará às representações legitimadas tanto pelo discurso racista quanto sexista. Piscitelli (1996) aponta que o consumo do discurso de uma hipersexualidade inata é um marcador na prática da prostituição. De acordo com a autora (1996, p. 33), “Nessa perspectiva da ‘sensualidade tropical’, apresentada nas notas, as brasileiras bem sucedidas são aquelas que, assumindo e explorando a associação íntima entre ‘cor’ e ‘feminilidade nativa’ que elas supostamente encarnam, ingressam na prostituição exterior”. De acordo com Woodward (2000), a identidade é relacional e sua diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. Na estrutura social racista e sexista é designado à travesti negra o perfil da hipersexualidade, através dos discursos dos meios de comunicação de massa e as falas dos seus clientes, as travestis negras que se prostituem assumem os papéis a elas destinados.

De todas as entrevistadas, apenas a **Pérola Negra** trabalha em *site* de acompanhantes – especificamente o “*Travesti com Local*” (onde descreve-se como “Negra Loira”), conciliando

⁶⁷ Usina de Valores. “Minha existência é política”: o pensamento de uma afrotransativista. Disponível em: <<https://usina.devalores.org.br/minha-existencia-e-politica-o-pensamento-de-uma-afro-transativista/>>. Acesso em: 20 out. 2018; Revista Capitolina. Prostituição enquanto profissão para mulheres trans. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/prostituicao-enquanto-profissao-para-mulheres-trans/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

⁶⁸ Usina de Valores. Afrotransfeminismo: travestilizando o movimento negro e racializando o transfeminismo. Disponível em: <<https://usina.devalores.org.br/afrotransfeminismo-travestilizando-o-movimento-negro-e-o-transfeminismo/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

com a rua. Para ela, a prostituição de rua se caracteriza por uma clientela de homens “mais ativos” (sexualmente), na contramão da clientela dos fóruns e *sites* de travestis, onde a procura dos clientes é pelas travestis *necudas*. Refletindo com **Pérola Negra**, entre os aspectos que caracterizam a prostituição de rua aqui no Sul, existe a possibilidade para as travestis negras de conseguir a oportunidade de maiores ganhos financeiros.

(Pérola Negra): Lá eles preferem as meninas mais brancas e loiras. Quer ganhar milhões vai pro Nordeste, se você é branca, se você é loira vai pra lá. E aqui em Santa Catarina, meu cachê custa 250, 300 reais e eles pagam, por que? Porque eu tenho a cor preta [...].

Aqui no Sul ela me favorece. Não que lá não ganhe dinheiro, ganho o quanto eu quero. Mas eu gosto mais daqui e aqui é mais favorável pra gente negra sim.

(Pérola Negra): No Nordeste, em Salvador, eu ganhei muito dinheiro, mas pelo fato de eu ter o corpão e ser bem dotada. Os homens gostam, ganho dinheiro em qualquer cidade. E pelo carisma, eu sou uma pessoa muito educada, em qualquer lugar que eu vou eu sou bem comentada nos fóruns e tal. Mas na região Nordeste, uma menina que não é conhecida como eu, e da minha cor ir pra lá, não vai ganhar tanto dinheiro como eu.

Na fala de **Pérola Negra** um elemento identificador e diferencial na prostituição é a questão da idade, as mais jovens são as mais valorizadas no mercado do sexo, as prostitutas mais velhas vão corroborar essa afirmação e veem a juventude como principal fator de sucesso e ganho. Segundo Guimarães e Merchán – Haman (2005, p. 537), “A idade da prostituta é considerada, por elas, como um dado do perfil que exerce grande influência, no âmbito da concorrência pelo cliente, especialmente no momento de negociarem as condições do programa”.

É muito recorrente nas falas de **Pérola** a relação que faz entre o seu genital (avantajado) e os seus ganhos financeiros, bem como o recorte de raça e geracional. Para ela, a maioria dos homens que a procuram estão interessados no tamanho do seu genital. O genital, outrossim, atinge uma dimensão estética que transita entre os desejos do Outro, expressos pelo fetiche, e a satisfação de estar no controle da situação (do programa), que se caracteriza como código de conduta atravessado por corporalidades, estéticas, marcadores de raça, geração e classe social.

6 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Este exercício de intersecção no campo da produção de saberes distintos, os legitimados pela academia e referenciados, bem como aqueles a serem reconhecidos, possibilitou-me a reflexão sobre esse trabalho. Em alguma medida, podem ser as iniciais de tantos outros problemas de pesquisa que surgiram no trajeto da escrita. Destarte, penso que estas considerações são transitórias, perpassam um início e um processo, produzem outras perspectivas, para além das que estão postas e/ou foram propostas nos “aspectos germinativos” desta intervenção textual. Não tenho o intuito de apontar conclusões, “verdades científicas” ou universalizar os “saberes” travestis – que são, essencialmente, plurais.

Trouxe à luz do pensamento travesti, as dimensões estéticas e os códigos de conduta da/na corporalidade travesti em contextos de prostituição, por meio da “*Autoetnografia Travesti*”, evidenciando outras possibilidades de ser e estar na prostituição, distanciando-se dos discursos “vitimistas” e/ou salvacionistas. Neste sentido, a prostituição é exercida por nós a partir da ideia de *Sexualidade como trabalho*, muito presente em nossas narrativas, ainda que esta (sexualidade como trabalho) não seja um conceito em tradução literal na “linguagem travesti”.

O campo-*pista* me colocou diante de experiências com a travestilidade que revelaram uma miríade de processos de construção da(s) identidade(s) travesti(s) experimentados pelas interlocutoras e por mim, desde os processos de *montação* até as intervenções estéticas no biológico – sendo o silicone industrial uma biotecnologia constante nas três gerações de travestis entrevistadas. Ao mesmo tempo que explicitaram especificidades relacionadas aos marcadores sociais (sexualidade, raça, geração e classe social), apontaram partilhas que convergiram em termos de corporalidade e estética para uma afirmação da identidade Travesti e maior aceitação no exercício da *sexualidade como trabalho*. A *pista* é de fato local de aprendizagem, não apenas da venda do sexo, mas da forma encontrar a autonomia de ser e estar travesti, de uma “cultura” experienciada, bem como de linguagem e códigos a serem respeitados e reproduzidos.

Entre os aspectos interseccionais, a geração aparece como marcador da diferença central para compreender a relação entre história e “cultura” *Travesti*, revelando-nos que esse conjunto de dimensões estéticas e códigos de conduta é comum a todas as épocas. Outrossim, esse aparato de significados e simbolismos, produzidos na *pista*, é passado de geração em geração pelas travestis mais velhas, conhecidas como *mamis*, gerando continuidades e deslocamentos em função dos contextos. No entanto, algumas estratégias permanecem no

processo de construção da estética e corporalidades travestis: o silicone industrial e a algumas intervenções cirúrgicas para feminilização. O conjunto dos resultados indica um intercâmbio de “saberes” e produções particulares, que ganham mídias alternativas (*blogs*, páginas feministas, entre outras), ativismos e, há pouco tempo, espaços acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marília dos Santos, SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira; TONELLI, Maria Juracy Figueiras. Do travestismo às travestilidades: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001 e 2010. **Psicologia e Sociedade**, v.26 n.2, p. 301-311. 2014.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera: The new mestiza**. San Francisco, Califórnia: Aunt Lute Books, 1987.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, p. 229–236, 2000.
- BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história: Prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2015.
- BENEDETTI, Marcos R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.
- BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, ANA MERCÊS BAHIA (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15– 28.
- BOCK, Ana Mercês Bahia et al. Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso social da Psicologia”. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 46–56, 2007.
- BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.
- BRAH, Avtar. **“Diferença, diversidade, diferenciação”**. In: Cadernos Pagu, n. 26. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2006, 329-376 p.
- CALAME-GRIOULE, Geneviève. **Ethnologie et Langage**. Paris: Institut d’Ethnologie, 1987.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, ROBERTO (Org.). **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp/Paralelo 15, 2000. p. 17–35.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHATEAUVERT, Melinda. **Sex workers unite: A history of the movement from Stonewall to Slutwalk**. Boston: Beacon Press, 2014.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Considerações sobre a interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI JR., ARLINDO (Org.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 52–70.

CORNEJO, G. La guerra declarada contra el niño afeminado: Una autoetnografía “queer”. ‘conos: **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 39, p. 79 – 95, Janeiro 2011.

CORVID, Magpie. *Marxismo para prostitutas* (tradução de Monique Prada). 2016. Disponível em: <<http://mundoinvisivel.org/marxismo-paraprostitutas/>>. Acesso em: jun. 2018.

DAGENAIS, Huguette. *Méthodologie féministe et anthropologie: une alliance possible*. **Anthropologie et Sociétés**, v. 11, n. 1, p. 19–44, 1987.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 1991.

DAVI, Edmar Henrique Dairell. **Belíssima: um estudo Merleau-Pontyano da corporalidade travesti**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2013.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: N-1 Edições, 1996.

DUARTE, Vera. **Precis e Súplicas ou os Cantos da desesperança**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

EMAKUNDE. **La prostitución ejercida por mujeres en la C.A.E.**, 2001.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FEDERICI, Silvia. *El patriarcado del salario: “Lo que llaman amor, nosotras lo llamamos trabajo no pagado”*. Prensa Comunitaria, 2015.

FEDERICI, Silvia. *On Sexuality as Work*. Disponível em: <<http://www.commoner.org.uk/wp-content/uploads/2012/02/05-federici.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FONSECA, Claudia. *Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 10, p. 58–78, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

FREITAS, Renan Springer De. **Bordel, bordéis: negociando identidades**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa:** prostituição em Copacabana e identidade social. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1989. Disponível em: <https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122511/mod_resource/content/0/Leituras/Geertz01.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. & SILVA, C. F. R. **Organização, processamento, análise e interpretação de dados:** o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. & SOUZA, E. R. (Orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005c. p. 185-221.

GRANT, Melissa Gira. **Playing the whore:** The work of sex work. Jacobin, 2014.

GREEN, James N. **Além do carnaval:** A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRUPO DAVIDA: “Prostitutas, ‘traficadas’ e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o ‘tráfico de seres humanos’”. In: **Cadernos Pagu**, n.25. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2005, 153-184 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 7 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais; (Org) Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende... [et al]. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, n. 5, p. 7–41, 1995. HARDING, Sandra. Ciencia y feminismo. 1. ed. Madrid: Ediciones Morata, 1995.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor.** In WERNERCK Jurema et al. (Orgs.) O livro da saúde das mulheres: nossos passos vêm de longe. Trad. Maisa Medonça, Marilena Agostina e Maria Cecília MacDowell dos Santos. 2ª edição. Rio de Janeiro: Pallas, p. 188-198.

JEFFREYS, Sheila. **The idea of prostitution.** 2. ed. North Melbourne: Spinifex Press, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes De. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros,** para formadores de opinião. Brasília: EDA/FBN, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em 12 out. 2018.

JULIANO, Dolores. El peso de la discriminación: debates teóricos y fundamentaciones. In: OSBORNE, RAQUEL (Org.). **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2004. p. 43–55.

JULIANO, Dolores. Prostitución: El modelo de control sexual femenino a partir de sus límites. In: GUASCH, ÓSCAR (Org.). **Sociología de la sexualidad**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2003. p. 178–197.

KEATING, A. **The Gloria Anzaldúa Reader**. Durham e Londres: Duke University Press, 2009.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 55–78, 2005.

KILOMBA, G. *Plantation Memories. Episodes of Everyday Racism*. Münster: UNRAST-Verlag, 2010.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LANZ, Letícia (Geraldo Eustáquio de Souza). **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2014.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu se prostituir**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE JUNIOR, Jorge. **“Nossos corpos também mudam”**: Sexo, gênero e invenção das categorias ‘travesti’ e ‘transexual’ no discurso científico. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

LIM, Lin Leann. El sector del sexo: la contribución económica de una industria. In: OSBORNE, RAQUEL (Org.). **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 57–83.

LISBOA, Teresa Kleba; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Serviço Social com perspectiva de gênero: o que a “cegueira ideológica” não permite ver. **Revista feminismos**, vol.3, n. 2 e 3, mai/dez. 2015. Disponível em: < file:///C:/Users/Notebook/Downloads/312-1065-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGNANI, José Guilherme. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MARTEUIL, Morgane. **Le travail du sexe contre le travail**. Revue Periode, 2014.

MAYORGA, Cláudia. Cruzando fronteiras: Prostituição e imigração. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 323–355, 2011.

MORÍN, Edgar. **Epistemologia da complexidade**. In: SCHNITMAN, DORA FRIED (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 274–289.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 5 set. 2018.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas Ciências Sociais. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 18, n. 3, p. 408–412, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas. Aspectos Constitucionais e Penais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

OLIVEIRA, Mônica Queiroz De. *Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: O trabalho na vida nada fácil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7WSPSZ/disserta__o_m_nica.pdf?sequence=1>. Acesso em 2 set. 2018.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. Tese de doutorado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

PERES, William Siqueira. **Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. 201 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**. São Paulo, São Paulo, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PERLONGHER, Néstor. **“Territórios marginais”**. In: GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e Outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. 263-290 p.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero do mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, v. 25, p. 2–10, 2005. PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção do conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 29–63, 2008a.

PISCITELLI, Adriana. Feminismos e prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cadernos de antropología social**, v. 36, p. 16, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263–274, 2008b.

PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 717–744, 2007.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos**: Brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

PRADA, Monique. Putafeminista. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonki**. Madrid: Espasa, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMAZANOGLU, Caroline; HOLLAND, Janet. **Feminist methodology**: Challenges and choices. London, Thousand Oaks, New Delhi, Singapore: Sage Publications, 2002.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, v. 11, n. 1, p. 65-69, Abr. 2006.

RODRIGUES, Rafaela. Prostituição, reconhecimento e outras coisas. In: Blog da Marcha Mundial das Mulheres, 2012. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/09/21/prostituicao-reconhecimento-e-outras-coisas/>>. Acesso em 17 out. 2018.

ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade. In: LINS, DANIEL (Org.). Cultura e subjetividade. Campinas: Papirus, 1997. p. 25– 34.

RUBIN, Gayle. “Pensando sobre Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade”. In: **Cadernos Pagu**, n. 21. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2003, 01-88 p.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda. **Metodología de la investigación feminista**. Centro de investigaciones interdisciplinarias em ciências e humanidades (UNAM): México/DF, 2008.

SAMPAIO, Juliana Vieira. **Viajando entre sereias**: Saúde de transexuais e travestis na cidade de Fortaleza. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, 2013.

SANTOS, S.M.A. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios**. Plural (São Paulo. Online) 24 (1), 214-241, 2017. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>>. Acesso em 17 jul. 2018.

SCHETTINI, Cristiana. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro no fim do século XIX. **Cadernos Pagu**, v. 25, p. 25–54, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. “A invisibilidade da Experiência”. In: **Projeto História**. São Paulo, 1998. 297-325 p.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Tradução de Beatriz Sioux. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SILVA, H. R. S. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil: EdUFF, 2010.

SMITH, C. Epistemological intimacy: A move to autoethnography. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 4, n. 2, Junho 2005.

SPIVAK, G. C. **¿Puede hablar el sujeto subalterno?** *Orbis Tertius*, n. 6, p. 175 – 235, 1998. Tradução de José Amícola.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade. In: BUARQUE DE HOLLANDA, HELOÍSA (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187–205.

TAVARES, Manuela. **Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista**. 2002. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>>. Acesso em 2 nov. 2018.

TREVISAN, João S. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

VASCONCELOS, Thaíssa Machado. **Corpos em trânsitos, transes e tranças: produções de corporalidades por/com mulheres trans**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2015.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 36–45.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

ZANELA, Maria. Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: Resoluções do Nome Social como estratégia de inclusão. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 367-396, maio 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/795>>. Acesso em: 5 set. 2018.

WEITZER, Ronald. **Legalizing prostitution: From illicit vice to lawfull business**. New York and London: New York University Press, 2012.

WHISNAT, Rebecca; STARK, Christine. Introduction. In: WHISNAT, REBECCA; STARK, CHRISTINE (Org.). **Not for sale: Feminists resisting prostitution and pornography.** Melbourne: Spinifex Press, 2004.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** São Paulo. Vozes, 2009. p. 8 - 86

APÊNDICE A - Roteiro das Entrevistas

Este roteiro foi elaborado com o intuito de desvendar as dimensões estéticas e éticas da corporalidade travesti, a partir da experiência de travestis com a prostituição. Os dados obtidos farão parte da dissertação de mestrado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da UFSC, sob a orientação da Profa. Dra. Luciana Patrícia Zucco.

O roteiro está dividido em três (3) seções, a saber:

- Seção 1. Dados de Identificação;
- Seção 2. Corpos e Condutas Travestis;
- Seção 3. Trajetórias na Prostituição.

Obrigada por sua atenção e colaboração!

Maria Zanela

Travesti Mestranda / PPGSS – UFSC

aprendereler@gmail.com ou mariazanelabiblio@gmail.com

(47) 996670306

1. Dados de Identificação

- Nome:
- Idade:
- Raça/etnia:
- Identidade de Gênero:
- Escolaridade:
- Situação Conjugal:
- Religião (caso tenha):
- Naturalidade:
- Local de moradia (município/estado):
- Filhos/as:
- Companheiro/a:

1. Corpos e Condutas Travestis

- Discorra sobre o momento em que se percebe travesti.
- Comente o momento em que assume a identidade travesti.
- Situe as pessoas que foram centrais para a construção de sua identidade travesti/corporalidade.
- Fale sobre o acesso aos recursos necessários para a construção da identidade travesti.
- Aborde as características necessárias para se ter um “corpo ideal” de travesti.
- Narre sobre a relação corpo e pista.

3. Trajetórias na Prostituição

- Situe a idade em que fez o primeiro programa (PG).
- Discorra sobre as motivações que a levaram à prostituição.
- Fale sobre seu primeiro local de trabalho com sexo e de moradia.
- Indique o tempo de *pista*.
- Comente como você chegou à pista.
- Teve orientação para trabalhar na pista.
- Mencione as pessoas que te orientaram a como trabalhar com sexo.
- Fale sobre seus locais de prostituição/pista (cidades).
- Narre sobre sua relação com as colegas de pista.
- Comente sobre sua relação com os/as clientes.
- Aborde as “exigências” que a pista faz em relação à estética corporal.
- Discorra sobre a comunicação mobilizada na pista pelas travestis – códigos e símbolos (saberes)
- Aborde sua visão sobre a prostituição de rua.
- Comente a existência de códigos ou normas para venda do sexo na rua.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada,

Gostaríamos de convidá-la para fazer parte desta pesquisa na condição de entrevistada. O estudo encontra-se vinculado à dissertação de mestrado que tem por título: **“DA VENDA DO SEXO À MATERIALIZAÇÃO DA TRAVESTILIDADE: Identidades, Corporalidades e Res(ex)istências”**⁶⁹, a qual se propõe pensar a experiência com a prostituição como o lugar que constitui uma estética de corporalidade travesti.

Existem duas pesquisadoras responsáveis por esta investigação: Maria Zanela como pesquisadora principal, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Prof^ª. Dr^ª. Luciana Patrícia Zucco, orientadora do projeto de pesquisa e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Por meio deste termo, informamos os seguintes pontos:

- ✓ Será garantido o direito de sigilo de seu nome e outros dados pessoais que permitam sua identificação. Você será identificada no estudo e em outros, que serão produzidos como resultados da dissertação, como você indicar;
- ✓ Sua participação nesta pesquisa é em caráter voluntário e, mesmo depois de iniciada, você pode recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento. É garantido a você o direito de acessar informações coletadas diretamente sobre seus dados e resultados gerais obtidos. Em nenhum caso haverá qualquer tipo de penalização;
- ✓ Sua participação nesta pesquisa se dará por meio de um encontro para realização da entrevista (ou mais, caso consideremos necessário em nossos contatos iniciais e você concorde);
- ✓ Esses encontros serão gravados (em áudio) e transcritos, mediante sua autorização, sendo possível interromper a gravação sempre que você assim desejar;

⁶⁹ No processo de escrita e análise dos dados, o título da pesquisa foi modificado, a saber: “Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta”.

- ✓ As informações coletadas na(s) entrevista(s) realizada(s) serão utilizadas com fins estritamente da pesquisa, podendo ser utilizadas para possíveis publicações, mas resguardando sempre o sigilo e o anonimato (se assim a interlocutora desejar), ficando isentos de ônus de qualquer espécie a pesquisadora e a entrevistada;
- ✓ Sua participação é totalmente voluntária e, durante ou após esta investigação, não terá direito a nenhum tipo de remuneração;
- ✓ Os possíveis riscos da pesquisa podem ser os decorrentes da imersão em temas íntimo-pessoais e da história de vida, o que poderá gerar algum desconforto associado à carga emocional dos conteúdos tratados. Caso haja desconforto que impossibilite a conversa, a entrevista poderá ser interrompida transitoriamente ou de forma permanente, abandonando sua participação na pesquisa, se assim desejar. Você também poderá concordar em continuar a entrevista sem abandonar os temas que considere de difícil acesso.
- ✓ Este termo é elaborado em duas vias, ambas serão rubricadas em todas as páginas e assinadas pela convidada a participar da pesquisa, assim como pela pesquisadora principal. Uma cópia ficará de posse da participante e outra de posse do Núcleo referido. É importante que você guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.
- ✓ Se tiver dúvidas em relação ao estudo, como questões de procedimento, riscos, benefícios, ou qualquer pergunta, você tem o direito de obter respostas. Endereços para contato da pesquisadora principal e da responsável são listados no final.

Assinam abaixo:

- A participante, consentindo que leu o documento e obteve das pesquisadoras todas as informações necessárias para se sentir esclarecida e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa, aceitando o uso das informações concedidas na forma prevista neste termo.
- A pesquisadora principal (mestranda).
- A pesquisadora responsável (orientadora), colocando-se ciente de sua participação.

Local e data:

Participante

Maria Zanela
Pesquisadora Principal

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Patrícia Zucco
Pesquisadora Responsável

Endereços para contato:

Pesquisadora principal: Maria Zanela

E-mail: mariazanelabiblio@gmail.com

Fone: (47) 996670306

Pesquisadora Responsável (Orientadora): Prof^ª. Dr^ª. Luciana Patrícia Zucco

E-mail: lpzucco@uol.com.br